

<p>ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS: Adolf Berle Jr., <i>Roosevelt na educação e na cultura americanas</i>; Afranio Peixoto, <i>Mestre, humanidade</i>; Roquette Pinto, <i>Um cavaleiro do Graal</i>; A. Carneiro Leão, <i>Roosevelt. apóstolo e mestre de educação democrática</i>; Abgar Renault, <i>A obra Roosevelt</i>; William Rex Crawford, <i>Roosevelt foi mais que um líder</i>; M. A. Teixgua.de-Freitas, <i>Franklin Delano Roosevelt</i>; John E. Englekirk, <i>Roosevelt e a juventude dos Estados Unidos</i>; Lourenço Filho, <i>Roosevelt educador do mundo</i>; Arthur Ramos, <i>Roosevelt e a educação da liderança</i>; Hermes Lima, <i>O idealismo de Roosevelt</i>; Raul J. Bittencourt, <i>As três lições de Roosevelt</i>; Francisco, Venâncio Filho, <i>Roosevelt. Mestre da paz</i>; Celso Kelly, <i>Mestre da energia e da vontade</i>; Paschoal Leme, <i>ideais de Roosevelt e os educadores</i>; Aracy Muniz Freire, <i>Roosevelt orientador</i>.....</p>	301
--	-----

Atos oficiais:

<p>LEGISLAÇÃO FEDERAL: Decreto-lei n.º 7.399, de 19-3-945 — <i>Prorroga, por dois anos, a locação de imóvel ocupado por estabelecimento de ensino</i>; Portaria Ministerial n.º 204, de 5-4-945 — <i>Fixa os critérios para a determinação da remuneração condigna dos professores de estabelecimentos particulares de ensino</i>; Portaria Ministerial n.º 204-A, de 5-4-945 — <i>Autoriza aos estabelecimentos particulares de ensino a cobrança de uma cota de inscrição em prova final</i>; Portaria n.º 135, de 14-3-945, do Diretor Geral do D.N.E. — <i>Regula o regime de aulas de instrução pré-militar</i>; Portaria Ministerial n.º 165, de 27-3-945 — <i>Aprova instruções expedidas pelo Reitor da Universidade do Brasil</i>.....</p>	316
<p>LEGISLAÇÃO ESTADUAL: Regulamento da Escola Normal Rural, do Estado do Pará, aprovado pelo Decreto n.º 242, de 3-3-945.</p>	321

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

As extensas e profundas modificações da vida social, nos últimos tempos, vêm impondo a todas as coletividades, como premente condição de organização, o problema da educação supletiva de adolescentes e adultos. A questão se apresenta mesmo nos países em que a vida econômica tem facilitado o desenvolvimento da escola popular, pondo-a ao alcance de todos, nas idades próprias. Com maior anuidade, ela se oferece, porém, nos países novos, com vastas zonas de baixa densidade demográfica, e em fase de transição do regime agrário para o de industrialização. Entre estes, está o Brasil. Pelos dados do censo de 1940, estimou o Serviço Nacional de Recenseamento, em janeiro do corrente, a população, nos grupos de 18 e mais anos, em 22.935.378 habitantes, dos quais pouco mais de dez milhões, ou apenas 45 %, estariam alfabetizados. Certo é que os coeficientes regionais variam muito. No Distrito Federal, a cota de alfabetização eleva-se a 82 %. Nos Estados meridionais — São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — atinge a 60 %. Mas, na região Norte, cai para 46 %; na região de Este, para 45 %: nos Estados de Centro-Oeste, para 36 %, e, no Nordeste, para cerca de 30 %. São mais animadoras as taxas de alfabetização, nos grupos de idades inferiores, sobre os quais tem incidido o esforço de difusão do ensino primário, nos últimos dose anos. Ainda assim, não dissimulam o problema, que à Nação se apresenta, e agora com maior gravidade em face da rápida mudança econômica do país e das complexas questões do após guerra. A solução para essas questões não poderá conter-se, apenas, num programa de mera alfabetização das massas, mas em oferecer, a todos, oportunidades educativas mais amplas. No entretanto, a aprendizagem da leitura e da escrita não poderá ser subestimada, pois que significa o primeiro passo para que essas oportunidades se realizem, tornando a todos inteligíveis os textos de difusão da cultura popular, com imediata aplicação na vida do trabalho, na preservação da saúde, e na vida cívica em geral. Para tal resultado, as forças viivas do país devem congregar-se, numa campanha que a todos interesse

e mobilize. A obra da educação popular generalizada, como por toda a parte se tem evidenciado, não pode resultar apenas de esforços governamentais, mas há de ser largo e permanente empreendimento em que esteja atenta e vigilante a consciência pública. Já celebrou a União, com os Estados, o Convênio Nacional de Ensino Primário, cuja execução começou a ser feita no corrente ano, e de que largos benefícios advirão, no sentido de maior disseminação de escolas elementares. Urge, no entanto, considerar enérgicamente o problema específico da educação de adolescentes e adultos analfabetos, a fim, de que a sua "recuperação", digamos assim, se possa processar de forma a mais rápida, na formação dos contingentes dia a dia reclamados pela indústria e o trabalho agrícola mecanizado, e afim de que maior esclarecimento possa existir no povo para a efetivação das práticas de vida verdadeiramente democrática. Nesse sentido, atendendo à recomendação do Ministro da Educação, e no cumprimento de suas funções de órgão de assistência técnica, dirigiu-se o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a todos os órgãos de administração do ensino nos Estados, Territórios e Distrito Federal, expondo o problema, do ponto de vista nacional, e sugerindo, desde logo, medidas de ordem prática para o desenvolvimento da necessária campanha de educação de adultos. Tais medidas que visam o alargamento imediato da rede de ensino supletivo, por trabalho a ser coordenado por Comissões de Educação de Adultos, estaduais, territoriais e municipais, deverão ser consideradas ainda como a fase preparatória da grande campanha a desenvolver-se, com intensidade crescente. Para isso, prevê-se a aplicação de parte dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, e de que as respectivas dotações figuram no orçamento federal, pela primeira vez, no corrente ano. Prevê-se também melhor coordenação de esforços entre os poderes públicos, associações de qualquer natureza e particulares. O movimento deve ter a maior amplitude e o maior vigor, para que possa atender às necessidades de cultura que o Brasil de hoje está reclamando.

ASSIMILAÇÃO E EDUCAÇÃO

EMÍLIO WILLEMS

Da Universidade de São Paulo e Escola
Livre de Sociologia e Política.

Talvez não haja assunto mais entravado por preconceitos e outras idéias estereotipadas do que o problema de assimilação. Mais rica em descargas emocionais do que em idéias novas, a discussão está girando, há anos, com uma insistência quase neurótica, em torno de meia dúzia de afirmações pouco coerentes. Palavras como "quisto", "enquistamento", "afinidade étnica", "inassimilabilidade", "miscibilidade" e outras exercem na boca de sociólogos bisonhos o efeito de embasbacar o público. Lembro-me de um artigo cujo autor começou falando dos "quistos" de "alemães" em Santa Catarina, lamentou em seguida o erro de introduzir no Brasil uma "raça completamente inassimilável", passou a falar da imprevidência do regime democrático liberal que teria descurado, criminosamente, a educação escolar dos imigrantes e rematou o artigo exigindo mais escolas para apressar a nacionalização das "populações estrangeiras" do Brasil meridional. O exemplo é típico no sentido de mostrar uma falta de lógica rudimentar que caracteriza talvez 80% de todas as publicações sobre assimilação. Pois se determinado grupo é realmente inassimilável, crença compartilhada por dezenas, talvez centenas de milhares de brasileiros, então toda obra educacional realizada para "apressar a nacionalização" é completamente inútil e todas as verbas destinadas à construção de escolas e remuneração de professores, nas zonas de colonização daqueles grupos, estão sendo criminosamente desperdiçadas.

As opiniões sobre se certas etnias são assimiláveis variam consideravelmente. Quanto aos japoneses parece não haver dúvida nenhuma sobre a sua completa inassimilabilidade. (Talvez alguns fazendeiros de café, que já dispõem de mão de obra para a limpeza de seus cafezais, divirjam dessa opinião). Quanto aos alemães, a unanimidade não parece ser integral. Há quem queira admitir austríacos ou mesmo alemães *cato-*

licos à grande e tão esperada imigração a começar logo depois da guerra. Há poucas semanas fiquei muito surpreso ao deparar com a opinião de "conceituado intelectual" que considera os judeus como inteiramente inassimiláveis. Contudo, maior foi o meu pasmo ao ler uma referência (aliás amistosa) que a mesma pessoa fez aos ingleses, incorporando-os ao número de grupos inassimiláveis.

A despeito das sábias lições do professor Donald Pierson, a natureza do processo de assimilação continua ignorado pela maioria das pessoas interessadas em questões relacionadas com a imigração. Não será demais repetir que a assimilação é um processo social ou, mais acertadamente, social-psicológico, mas *nunca* biológico. O fato de um indivíduo ter cabelo loiro, olhos amendoados, a tez morena ou o nariz chato nada, mas absolutamente nada tem que ver com as possibilidades de assimilá-lo à uma sociedade diferente daquela em que ele passou os primeiros dez, vinte ou trinta anos de sua vida. Também não importaria o indivíduo ter nascido em Nicarágua, na Dinamarca ou na Indochina. Importante é apenas o que aconteceu com ele *depois* de haver nascido. É em outros termos, a formação da personalidade que interessa do ponto de vista da assimilação, pois todo o ser humano, desde que responda à ação de outros seres humanos, é sujeito a uma espécie de "assimilação" a que damos, em geral, o nome de *socialização*. A julgar pela natureza complicada das instituições que entre nós se destinam a socializar os seres humanos, este processo não é nada fácil. A aquisição de hábitos e a integração desses hábitos em uma "estrutura" chamada personalidade, preocupa incessantemente, pelo menos nas sociedades modernas, milhares de pessoas, sobretudo pais, professores e ditadores. Há leis que impõem a obrigação de freqüentar escolas e, nelas, inúmeros cidadãos passam um terço da sua vida adquirindo hábitos. Mesmo assim muitos não adquirem os hábitos desejados pelas mães, os vigários e juizes de menores.

Será preciso lembrar a imensa complexidade de um moderno sistema educacional para mostrar a que ponto a formação da personalidade é obra da sociedade? É incrível como duas idéias genuinamente nazistas, *sangue e solo*, (*Blut und Boden*) se arraigaram na mentalidade da maior parte dos povos ocidentais. Expressões como a "voz do sangue" ou "estar na massa do sangue" atestam credices racistas corriqueiras também em nosso meio. Ter sangue "italiano", "espanhol", "alemão",

etc, parece ser algo de perfeitamente real no modo de pensar do povo. O suposto papel do solo aparece na associação da pessoa à terra natal: A construção jurídica do *iuis soli* transformou-se, no modo de pensar de milhões de indivíduos, em determinismo místico. O indivíduo, de uma maneira misteriosa, é "marcado" pela terra em que nasceu. Já se vê (papel atribuído a sangue e solo há uma espécie de predeterminação, um fatalismo que escapa ao controle individual. Na concepção vulgar, a pessoa é determinada, *inexoravelmente*, pelo sangue e pelo solo.

Observei muitas vezes como esse misticismo prejudica a socialização da criança, sobretudo na família e na escola. Poucos educadores, embora talvez conheçam os rudimentos da genética, adquiriram uma noção exata dos limites entre o genético e o social, na formação da personalidade. Incapazes de transferir os conhecimentos biológicos aos problemas relacionados com a socialização, inúmeros professores, e em escala muito maior, pessoas de pouca instrução, se equivocam completamente quando procuram raciocinar sobre a assimilação. Não somente as concepções místicas sobre a importância de sangue e solo, mas, associados a elas, determinados preconceitos raciais ou nacionais deturpam por completo o pensamento dando-lhe a feição "prelógica" que Lévy-Brühl atribuiu aos primitivos.

A fim de adquirir uma noção clara sobre a natureza da assimilação, é indispensável refletir sobre o alcance dos seguintes fatos:

1.º Todos os traços que caracterizam determinada pessoa como francês, russo, brasileiro ou chinês são *adquiridos*. Ninguém nasce cantando a Marselhesa, falando francês e amando a França. Cada qual dessas três capacidades é adquirida por meio de um longo processo de aprendizagem. O fato de um indivíduo ter ascendentes franceses não significa que possua qualquer disposição inata que lhe facilite a aprendizagem da língua francesa, por exemplo. Tal indivíduo *não leva a menor vantagem* sobre, digamos, um descendente de chinês, educado em *igualdade de condições*. Expostas às mesmas influências, na mesma sociedade e durante o mesmo tempo, o descendente do chinês se torna tanto francês como o outro cuja família reside na França há mil anos. Os olhos amendoados, a cor de pele e dos cabelos nenhum efeito exercem sobre a aquisição desta ou daquela cultura nacional, regional ou local. O Brasil apresenta milhares de exemplos do que estou afirmando: muitos descendentes de camponeses alemães, por exemplo, cujos antepassados residiram na Alemanha desde a Idade Média. não se distin-

guem, culturalmente, dos caboclos com que formam as mesmas comunidades locais. Espécimes vivos podem ser vistos, por exemplo, em Santo Amaro, Itapecerica, Sorocaba ou Guareí, no Estado de São Paulo. Esses indivíduos, "apesar" dos olhos azues ou cabelo loiros de que pelo menos alguns são portadores, pensam, sentem e agem exatamente como caboclos.

As influências culturais vão muito mais longe do que há bem pouco tempo se pensava, abrangendo inúmeros hábitos motores. Os movimentos da musculatura facial representam um exemplo particularmente interessante. Na maioria dos povos europeus, os músculos faciais refletem, em escala muito maior, os estados emocionais do indivíduo do que entre os povos da América do Sul ou da Ásia Oriental. Muitos europeus estranham a relativa imobilidade facial que o brasileiro, normalmente, ostenta. A impenetrabilidade fisionômica dos japoneses induziu muitos americanos e europeus a falarem, pitorescamente, da "esfinge asiática" ou da "máscara impenetrável do japonês" (ou chinês ou malaio).

Não são característicos raciais que produzem essas diferenças, mas padrões *culturais*, normas de comportamento diferentes que se apresentam ao indivíduo como diretrizes da conduta pessoal, como moldes socialmente aprovados que ele, em largos e inconcientes processos de aprendizagem, incorpora à sua personalidade. Deixar transparecer estados psíquicos nos movimentos da musculatura facial é considerado atitude desprezível e indigna, na maioria das sociedades asiáticas, ao passo que as sociedades européias facilmente julgam "falso" o homem que "dissimula" seus sentimentos. No conceito do europeu, a fisionomia é o "espelho da alma". Observei inúmeras vezes, entre descendentes de japoneses em São Paulo, que a imobilidade facial desaparece à medida que esses indivíduos se vão subtraindo às influências culturais asiáticas.

2.º O processo de assimilação *somente* abrange a modificação e substituição de caracteres *adquiridos*, visando, portanto, a personalidade e *nunca* o indivíduo no sentido biológico. Já se percebe a afinidade estreita entre assimilação e socialização. Definindo esta como seqüência de ajustamentos e reajustamentos a situações diversas da vida social, a própria assimilação pode ser compreendida como *fase* desse processo, com a diferença de que ela abrange reajustamentos a uma *cultura diferente* e não apenas a condições variáveis da mesma cultura. Sem dúvida, a assimilação requer reajustamentos que atingem mais profundamente a personalidade do que a maioria dos reajustamentos ine-

rentes à socialização. Aliás, a importância que a assimilação reveste para o indivíduo varia em razão direta das diferenças culturais que caracterizam as sociedades em contacto.

3.º A assimilação é um processo inteiramente distinto da *miscigenação*. Entre nós tornou-se muito comum confundir esses dois processos ou considerar a miscigenação como índice único da assimilação. "Não se casa com brasileiro, portanto é inassimilável": eis um chavão corriqueiro com que se rotula a suposta ou real atitude de certas etnias. Observações sobre miscigenação feitas em várias regiões do mundo, onde contatos raciais e culturais são frequentes, levaram ao resultado de que miscigenação ocorre quando:

- a) há falta de mulheres no grupo imigrado;
- b) não há preconceitos entre os diversos grupos em contatos;
- c) há afinidades culturais entre os grupos em contatos.

As afinidades culturais a que estou aludindo existem, por exemplo, entre imigrantes de países mediterrâneos. Daí a relativa facilidade com que, entre nós, portugueses, italianos e espanhóis se casam com brasileiros ou entre si. *Mas a afinidade cultural também pode ser resultado de uma assimilação parcial ou total* que se nota, frequentemente, entre sírios, alemães ou japoneses. Tratando-se de grupos culturalmente muito diferentes, não é razoável esperar uma miscigenação em grande escala *enquanto persistem as diferenças culturais*. A assimilação, pelo menos parcial, é anterior à miscigenação. Esta está condicionada àquela. Se há poucos intercassamentos entre nativos e os membros de certos grupos imigrados, a razão está, não na "inassimilabilidade" desses grupos, mas simplesmente no fato de que a sua assimilação ainda não chegou a ponto de remover certas diferenças culturais consideradas obstáculos muito sérios à constituição do grupo social mais íntimo que é a família.

De mais a mais, não se deve perder de vista que casamentos são atos bilaterais. Não dependem exclusivamente da vontade do imigrante. Não é de todo inútil indagar se o nativo aceita certos imigrantes como cônjuge ou, pelo menos, como membro da sua família. O dogma popular de que "no Brasil não existem preconceitos raciais" produziu uma estranha unilateralidade de visão no que diz respeito à questão de miscigenação. "Japonês não quer casar com brasileiro", repete-se incessantemente. Mas será que "brasileiro quer casar com japonês"?

À guisa de resposta, apresento aqui o resultado de um inquérito, realizado antes da atual guerra com o Japão, entre os alunos de sete

escolas normais do Estado de São Paulo (duas na capital e cinco no interior). Entre outros quesitos relativos à distância racial, figurava um que indagava se o interrogado admitiria japoneses como membro da sua família pelo casamento. Obtive um total de 1960 respostas de indivíduos em idade núbil. Somente 100 respostas (ou 5,62% sobre o total) foram afirmativas (1). Portanto, uma maioria esmagadora das pessoas interrogadas não admite o japonês como membro da família. O inquérito mostra que seria inútil esperar a assimilação dos japoneses e seus descendentes *mediante* cruzamentos em grande escala. De fato, a assimilação está se processando independentemente da miscigenação, cuja ocorrência é rara, a ponto de não influir sobre a absorção social e cultural dos imigrantes japoneses. É provável, no entanto, que, uma vez removidas certas diferenças culturais entre japoneses e brasileiros, os cruzamentos sucedam em escala maior, contribuindo, como fator secundário, para apressar a assimilação dos nipônicos e nipo-brasileiros.

Sendo a assimilação um processo exclusivamente social, semelhante à própria socialização, é óbvio o papel que a educação pode desempenhar na integração de imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira. Assimilar-se significa aprender novos hábitos e, por isso, toda assimilação é educação *lato sensu*. É preciso reconhecer a inexistência de uma diferença *fundamental* entre socialização e assimilação. Quem compreendeu realmente a íntima afinidade desses dois processos, facilmente se desvencilhará da prenoção de haver grupos "inassimiláveis". Na realidade, *todos os grupos humanos são assimiláveis*, porque todos podem substituir sua cultura por outra. Em alguns casos essa substituição é rápida, em outros ela é lenta, o que equivale a dizer que em determinadas condições certos grupos se assimilam rapidamente, outros com maior ou menor lentidão. Mas o ritmo da assimilação não é, como se poderia pensar, à primeira vista, uma qualidade inerente ao grupo. Observações inúmeras vezes repetidas mostraram que o grupo A, por exemplo, se assimila *rapidamente* na situação X e lentamente na situação Y. Nos Estados Unidos, a assimilação dos italianos é mais demorada do que no Brasil, ao passo que dos alemães se pode afirmar o contrário. A análise das duas situações revela, ao lado de outros fatores, diferenças quanto ao grau de afinidade cultural.

(1) Alguns pormenores desse inquérito serão publicados em meu livro *Contribuição para o estudo da aculturação dos japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo*, (no prelo) .

Existem também grupos que, a despeito da sua localização multissecular em um ambiente culturalmente diferente, aparentemente não se assimilaram. Há quem aponte nessa altura os judeus, os rumenos, checos, bretões, franco-canadenses e outros grupos minoritários que ciosamente conservam sua cultura respectiva. Em primeiro lugar é preciso dizer que a perpetuação da cultura originária *em caso algum* foi completa. Ao observador pouco treinado escapam *fácilmente* as inúmeras influências que as citadas minorias receberam da cultura circundante. O exemplo mais eloqüente representam os judeus. Basta comparar judeus poloneses com alemães, ou franceses com ibéricos para se convencer das influências poderosas que sofreram das respectivas culturas nacionais.

Quais são as razões da perpetuação de culturas minoritárias? Limite-me aqui a mencionar duas, fundamentais:

- 1) o isolamento;
- 2) a existência de um mecanismo específico de defesa.

O primeiro item dispensa comentários. É inútil e absurdo esperar a assimilação de grupos isolados. O contacto social é a condição básica de toda assimilação.

O segundo item requer algumas explicações. Penso que é importante frisar a *especificidade* do mecanismo de defesa a que estou aludindo. Em toda cultura existem padrões de defesa, pois a perpetuação do patrimônio cultural é uma questão de vida e de morte para os grupos humanos. A defesa e não o abandono da cultura é a situação "normal". (2)

Todavia, em situações especiais, os grupos humanos constroem um sistema de defesa que ultrapassa tudo que pode ser considerado "normal". O antagonismo, a oposição, a prevenção, a discriminação, o preconceito, o não-reconhecimento, o *boicote*, a perseguição, os *pogroms* e outras atitudes hostis põem os grupos minoritários de sobreaviso, provocando-lhes medidas defensivas as quais, no decorrer do tempo.

(2) É, portanto, absurdo chamar de "quistos" certos grupos que procuram conservar parte de sua cultura. "Quisto" é por definição um fenômeno patológico e, por isso mesmo, o termo é inadequado para denominar o objeto em apreço. Verdade é que a perpetuação de certas culturas pode ser indesejável do ponto de vista de quem se propõe a homogeneização cultural de uma determinada população. Todavia, faz parte do A B C do cientista que a introdução de desejos no raciocínio científico deve ser cuidadosamente evitada. Por isso, a palavra "quisto" merece ser eliminada da terminologia das ciências sociais.

se transformam em padrões da própria cultura minoritária. Os judeus representam, nesse sentido, um caso extremo. Talvez não seja exagerada a afirmação que toda a chamada cultura judaica assumiu, no correr do tempo, uma feição defensiva. Durante séculos não se permitiu ao israelita que se assimilasse. Fases de aproximação foram interrompidas por novas perseguições. Mesmo assim, com o advento da cultura capitalista, a "cultura israelita" entrou em colapso. Apesar das experiências multisseculares, os judeus se assimilaram em grande escala. Nesse processo, a experiência nazista significa nova interrupção. Mais uma vez, os israelitas tiveram de convencer-se de que o seu papel de bode expiatório está demasiadamente arraigado na consciência dos povos ocidentais para lhes garantir uma absorção fácil. Mesmo assim, as correntes "assimilacionistas" entre judeus continuam vigorosas.

Não admira que, em tais condições, a lenda da inassimilabilidade dos israelitas encontre adeptos convictos até nas camadas mais instruídas do povo brasileiro. Na verdade, a assimilação dos judeus depende apenas de uma longa época de paz, de ausência completa de preconceitos e de discriminação. Somente assim, o caráter defensivo de seus padrões culturais pode tornar-se obsoleto e desaparecer por fim.

Tudo isso sugere que a assimilação como forma de educação e aprendizagem não pode ser compreendida apenas como educação escolar: Assimilação como educação é, em primeiro lugar, educação difusa exercida pelo meio social mais amplo. É claro que, antes de mais nada, esse meio precisa ser educado para atuar de modo a favorecer a assimilação em determinadas situações. Melhor do que exemplos construídos, o seguinte caso ilustra o que estou expondo.

Depois dos acontecimentos de Pearl Harbour, o governo estadunidense evacuou da costa do Pacífico a população de origem japonesa recolhendo-a em "Relocation-Centers". A redistribuição dos japoneses em outras regiões do país encontra naturalmente grandes dificuldades. Mas, "o coração da América é sadio", declara um destacado sacerdote americano. A experiência de um jovem nipo-americano, sua mulher e um irmão, num Estado do *Middle West*, corrobora essa afirmação. Os três acharam emprego numa grande fazenda, propriedade de uma grande companhia manufatureira. Prontamente, um cidadão de uma vila vizinha reuniu alguns amigos e anunciou que "expulsariam os japoneses". Como não desejava um levante racial e títulos garrafais desfavoráveis da imprensa, a companhia devolveu os nipo-americanos à grande cidade onde obteve seus serviços. Mas a história não acaba assim. Alguns mi-

nistros e o diretor de um dos clubes de serviço masculino da mesma cidadezinha convocaram uma reunião e chegaram à conclusão de que aquela não era a maneira americana de acomodar uma tal questão, pelo menos não era a maneira democrática. A pedido deles, o prefeito convocou os cidadãos e anunciou que ambos os lados, teriam o mesmo prazo para definir sua posição, que haveria votação e que esse voto seria definitivo. A tarde marcada chegou, o povo se reuniu, os pontos de vista foram apresentados de modo ordeiro e a votação realizou-se. O resultado foi de dois a um, aproximadamente, a favor dos cidadãos americanos de ascendência japonesa. Eles foram reconduzidos ao emprego e um método democrático de tratar um problema discutível foi demonstrado. (3)

Se esse exemplo fosse seguido por todas as comunidades americanas, os nipônicos, dentro de poucos anos, estariam redistribuídos e a assimilação poderia prosseguir sem grandes dificuldades.

A tarefa máxima da educação assimiladora pode ser definida em termos negativos: *excitar que os imigrantes construam um sistema específico de defesa da sua cultura*. Em outras palavras: é preciso evitar atitudes e medidas discriminatórias ou coercitivas. Isto não quer dizer que em casos individuais não possa haver coação. Contraproducente é apenas a *generalização* das medidas coercitivas, a sua aplicação *ao grupo* e não, como deveria ser, aos indivíduos recalcitrantes.

O educador propriamente dito, que lida com imigrantes ou filhos de imigrantes, está colocado numa situação excepcionalmente difícil. Não tenho dúvida de que a solução dos inúmeros problemas pedagógicos relacionados com a assimilação requer um preparo que o currículo das escolas normais não oferece, talvez nem possa oferecer. Um inquérito realizado há poucos anos entre 220 professores públicos do Estado de São Paulo, que lecionavam em zonas de colonização japonesa, revelou que apenas meia dúzia tinha uma compreensão adequada, se bem que meramente empírica, dos problemas que se lhes deparavam.

Para tornar a escola um instrumento de assimilação realmente eficiente, necessário será instalar cursos de especialização para professores encarregados de lecionar em escolas freqüentadas predominantemente por alunos filhos de imigrantes. A organização desses cursos, as matérias a serem administradas e seu programa já não constituem objetivo do presente artigo em que me limitei ao exame de algumas questões gerais.

(3) Emory S. Bogardus, "Resettlement Problema of Japanese Americans" *Sociology and Social Research*, Vol. XXIX. Nol. 3, pág. 222.

INQUÉRITO SOBRE QUALIDADES DO PROFESSOR (*)

EVERARDO BACKHEUSER
Da Faculdade Católica de Filosofia.

Entendido o exercício do magistério no duplo aspecto *de quem ensina* e *de quem educa*, e de certo modo, no terceiro, *de quem administra*, que predicados elevem ser pedidos a alguém para exercer com eficiência a função de professor ?

Fazê-lo de modo geral não custa, mas para fixá-los com precisão a resposta não é fácil. Basta examinar os muitos tratados de pedagogia. Há umas tantas qualidades que aparecem uniformemente em todas as penas, mas outras existem que variam de um para outro livro.

E a quantidade de predicados apresentada, principalmente nos compêndios e monografias norte-americanas, é às vezes de assombrar. CHARTERS and WAPLES (1) enumeraram 1001 qualidades e deveres, dos quais 122 se referem à função de ensinar e 879 a funções educacionais e administrativas sem direto contato com o ensino. Inquérito realizado em 1931 (2) entre 1002 professores secundários — e que é interessantíssimo — aponta nada menos de 1513 tópicos diversos sobre os ornamentos do bom professor, do "excellent teacher", como o autor do volume prefere qualificar.

Na impossibilidade de reproduzir, discutindo-as, todas as classificações que tivemos ao alcance da mão — empreendimento cujo desenvolvimento escaparia ao modesto quadro deste trabalho — preferimos tomar, quase ao acaso, uma delas e focalizá-la em rápido exame. Da por nós escolhida para tal fim consta resumido rol de requisitos, dez apenas,

(*) O presente trabalho constitui matéria de um dos capítulos do livro do A., a aparecer brevemente, sob o título "O Professor". edição da Livraria Agir.

(1) CHARTERS and DOUGLAS WAPLES. *The Commonwealth Teacher*, Traming Studies, Chicago, 1929.

(2) *The Excellent Teacher, A book by teachers, for teachers, about teachers*, 1931.

rol que seguramente ficou assim condensado após demorado exame e madura reflexão.

Os predicados constantes dessa lista são: 1) Sociabilidade; 2) Capacidade de afeição em geral, e, em particular, amor à criança; 3) Boa aparência pessoal (donde simpatia); 4) Afabilidade; 5) Aptidão técnica; 6) Personalidade sugestiva; 7) Capacidade de trabalho e de execução; 8) Condições de decisão e de liderança; 9) Generosidade; 10) Discernimento rápido.

Essas dez qualidades do professor, escolhida a lista (repetamos) entre as muitas que constam de tratados estrangeiros de pedagogia, podem ainda sofrer nova contração para enquadrá-las dentro de duas das estruturas da teoria de SPRANGER (3), pois que de fato se amoldam às características do *homo socialis* e do *homo dux* (líder) da nomenclatura do psicólogo germânico. Mas como o "homem-líder" é em essência um "social", embora em modalidade especial, pode-se dizer que dos dez requisitos acima, ficam, afinal, todos (exceto o quinto) dentro de uma única estrutura psicológica: a de líder.

Parecerá, ao primeiro exame, que o professor, sendo, sob vários pontos de vista, entidade de cota superior ao nível dos alunos, não pode ser um representante do grupo social "alunato", um "líder dos alunos", pois que líder é "aquele que comanda e orienta o seu grupo e com ele sente" e o "seu" grupo, o grupo do professor, não é o dos discentes. Mas, considerada a questão no rumo da pedagogia moderna, o professor é de fato um líder. O professor que não se identifica com o sentir e querer dos discípulos, que não vibra com eles em seus anseios e aspirações, será um fornecedor de conhecimentos, não será um educador, *latu sensu*.

A qualidade de líder não exclui, senão acrisola, as características do *homo socialis*, das quais uma das mais típicas é a caridade, o verdadeiro amor ao próximo, nas incoercíveis manifestações não só de apego e afeição ao seu semelhante, como no desejo de "elear" (4), por novos conhecimentos e melhoria de situação individual, os jovens que o cercam.

Não querendo, porém, levar ao extremo a condensação das qualidades para resumir nove delas em um único item estruturalista, poderíamos todavia fazer três chaves, duas a serem encaixadas na doutrina de

(3) Para detalhes da "teoria estruturalista", ver EVERARDO BACKHEUSER, "Ensaio de Biotipologia Educacional" e "Manual de Pedagogia Moderna", bem como no original SPRANGER, *Lebensformen*, e o resumo de Kiung, *Die Tiefen der Seele*.

(4) Lembremo-nos sempre de que "elear" (élever) quer dizer "educar"..

SPRANGER e a terceira, aliás de um único item contendo indicação de ordem técnica.

Os itens: de sociabilidade (1), de capacidade de afeição (2), de simpatia (3), de afabilidade (4), de generosidade (9) seriam índices da *estrutura social propriamente dita*. O de personalidade sugestiva (6), de capacidade de trabalho e execução (7), de decisão e liderança (8) e de discernimento rápido (10) indicam tipicamente o *lider*. O item de habilidade técnica (5) refere-se diretamente à *tarefa de ensinar*.

A redução a três chaves, ou mesmo a dez itens, das qualidades do professor talvez seja exagerada, porque deixa fora do quadro representativo muitas outras que a própria doutrina estruturalista indubitavelmente formula e nós mesmos já apresentamos algures. De fato, o tom professor precisa possuir o senso da pesquisa ou curiosidade (*estrutura científica*), o do belo na formação da personalidade do aluno (*estrutura estética*), o da modéstia e simplicidade (*estrutura religiosa*), o do método (*estrutura econômica*). Pode-se alegar que, assinalando apenas as qualidades sociais e de liderança, estão indicadas "as principais" sem todavia dispensar as outras. E' verdade. Arrolar *todas* as qualidades do professor é quase impossível, e leva ao exagero, acima aludido, de organizar listas com mais de milhares de qualidades, o que redundaria em confusão de outra ordem. Mesmo que se agrupem esses milhares de qualidades, com método e critério científico, em algumas grandes chaves, ainda assim as listas ficam sempre muito pesadas de itens.

Em face dessa dificuldade de catalogar *todas* as qualidades, 08 tratadistas, em regra, cortam o nó górdio organizando cada um deles o rol mais de acordo com as suas teorias ou com as suas próprias observações pessoais, e apresentando-o na forma (que lhes parece mais acessível ao leitor).

Em casos tais, os autores se valem de leituras, de informações, do que conhecem de pedagogia, do que eles mesmos observaram em si, em seus mestres, em colegas. Mais ou menos a mesma coisa faria qualquer pessoa, fora dos quadros técnicos do professorado, se lhe perguntassem quais seriam, no seu entender, as qualidades de um bom professor. Têm esse fundamento os inquéritos sociais de que são tão férteis os norteamericanos, levados, pela prática eleitoral, a querer resolver tudo "por maioria de votos".

Muito melhor que "por maioria de votos" (afinal apenas uma soma de opiniões sem grande autoridade) as questões técnicas são, sem dúvida, melhor solucionadas por "medidas objetivas". A medida objetiva é im-

parcial e científica. Mas nem sempre pode ser utilizada. Dificuldades práticas cerceiam seu uso. Este caso de que nos estamos ocupando é um deles. O recurso é, portanto, o inquérito.

Ora, para ser valioso o inquérito precisa ser endereçado a copiosa coleção de pessoas, ou, na falta do número, a elementos bastantes significativos. Ao primeiro relance parece que os mais idôneos a depor são os profissionais do ensino, que já foram alunos e agora enfrentam as dificuldades teóricas e práticas de educação. Têm, por dever de ofício conhecimento das teorias pedagógicas antigas e recentes, e, ao mesmo tempo, a cada passo são colhidos por dificuldades das quais saem aprendendo muita coisa. Tudo isso qualifica os membros do magistério como bons informantes em pesquisas dessa natureza.

Não esqueçamos, porém, que esse grupo social é de certo modo suspeito, pois que julga a si mesmo. E' juiz em causa própria. São professores apreciando e "avaliando" professores. Aquilo que "*esse grupo*" acha convinável talvez não o seja para outros grupos sociais. e a educação não é, afinal de contas, assunto de simples técnica: é fenômeno social que atinge e interessa a toda a sociedade.

Ao ler, por exemplo, o volumoso e de certo modo precioso inquérito apresentado no livro *The excellent Teacher*, inquérito no qual foram ouvidos 1002 professores secundários e primários de diversos Estados da União Norte-Americana, sente-se o "cheiro" dos homens de *metier*. O subtítulo da obra proclama com certo orgulho que é um livro "de professores para professores a respeito de professores", mas, no nosso modo de pensar, é essa legenda que lhe tira o valor de documento social *imparcial*. Apresentando o problema em uma visão unilateral, como que o •está deformando.

Refletindo sobre a questão nesses diversos aspectos resolvemos tentar nós mesmos um inquérito sobre o assunto — qualidades do professor — mas em outras bases.

Como o nosso empreendimento, sem caráter e apoio oficiais, não disporia de recursos em operadores e em dinheiro, ficamos impossibilitados de nos dirigir a avultado número de pessoas, ou no dizer dos estatísticos a um grande *universo*. Resolvemos então endereçá-lo a um grupo representativo. Esse grupo seria constituído, em parcelas tanto quanto possível iguais de elementos, por indivíduos com evidente aparência de

pertencerem as seis estruturas psíquicas fundamentais de SPRANGER (5). Dentro dessas estruturas, metade dos consultados seria formada de elementos de padrão mais alto e metade de padrão mais baixo, por exemplo, um comerciante e um operário, para a *estrutura econômica*; um pintor e um estudante do Instituto de Música, para a *estrutura estética*; um cientista e um rapaz nos últimos anos de uma das nossas escolas de medicina ou engenharia, para a *estrutura científica* e assim por diante.

Mesmo que o projeto do inquérito não conseguisse a farta riqueza das "enquetes" norte-americanas, apresentaria duas vantagens: 1) ser dirigido à sociedade brasileira, a qual, que nos constasse, jamais houvera sido consultada sobre tão interessante tema, interessante para a pedagogia e para a própria sociedade; 2) alcançar o depoimento de uma amostra estatística bastante significativa, pois formada de componentes seguramente pertencentes a vários níveis sociais e a várias qualificações psicológicas.

Para conduzir a bom termo o inquérito dispusemos de excelente corpo de pesquisadores: os alunos de Administração Escolar da Faculdade Católica de Filosofia no ano de 1944. Exposta em classe a proposta — que seria uma das pesquisas pedagógicas daquele ano — recebeu caloroso apoio. E, assim, foi realizado. Foi conduzido até o ponto permitido pela angústia do tempo, mas até ao ponto alcançado pode ser considerado plenamente satisfatório, principalmente graças à indiscutível dedicação e capacidade de trabalho do "comitê diretor" da pesquisa (6).. Cooperou também valiosamente no andamento do inquérito Revmo. Pe. Helder Câmara, professor de didática do mesmo estabelecimento, já pelos seus conselhos, já por ter despertado, em elementos menos vivos, o indispensável interesse. Ainda estamos longe do resultado final, mas já alcançamos algumas apurações provisórias que nos parecem dignas de divulgação, embora sem caráter definitivo.

O inquérito foi projetado na base de alargamentos sucessivos. Deporiam, em primeiro lugar, os próprios alunos das cadeiras de administração escolar e de didática. Nesse primeiro círculo do inquérito, reali-

(5) Como é sabido, essas seis estruturas são: a científica; a estética (ou artística); a econômica; a religiosa; a social e a de liderança (ou política).

(6) Esse "comitê diretor" ficou constituído pelos alunos Lúcia Maria Muniz Teles (presidente), Heloísa Fortes de Oliveira e Vera Guimarães Sant'Ana, a primeira do curso de pedagogia e as duas últimas do curso de didática.

zado tão somente entre os alunos, foram obtidas 47 respostas. Apuradas estas, que para efeitos de tratamento estatístico davam universo muito diminuto, foi fácil verificar a necessidade de agrupar, desde logo, as múltiplas respostas em reduzido número de grandes chaves gerais. Enriquecidas mais tarde, com a dilatação subsequente do inquérito a maior número de pessoas, as chaves gerais patentearam, sem demora, o esboço de um belo quadro de "qualidades do professor".

Houve, sem dúvida, dificuldades e um certo empirismo na maneira de proceder à tabulação das várias opiniões. As respostas surgindo, de cada cabeça, espontâneas, sem redação sistematizada, fora de qualquer padrão preestabelecido (e propositamente não o preestabelecemos para não induzir os inqueridos a esta ou aquela resposta) traduziam, por vezes, pensamentos completos e claros, mas difíceis de enquadrar nas molduras convencionais da tabulação. Esse demorado, cuidadoso e delicado trabalho realizado com dedicação e modéstia pelo pequeno e esforçado comitê diretor do inquérito, teve de ser feito não só para as primeiras quarenta e sete respostas dos alunos, como, depois, para as 205 outras alcançadas no segundo círculo de inquirição.

Para o alargamento do inquérito cada um dos alunos teve de entrevistar certo número de pessoas. No intuito de obviar a dificuldade de bem selecionar o novo grupo, resolvemos, como dito acima, coordenar o inquérito dentro, tanto quanto possível, das seis estruturas de SPRANGER. Se atingíssemos com felicidade essa meta, teríamos como que fotografado a sociedade por uns tantos de seus expoentes representativos. Para tal fim, cada aluno entrevistador organizaria uma lista até doze pessoas, em seis grupos de duas a duas (*padrão alto* e *padrão baixo*). Os dois componentes de cada grupo deveriam ter presumivelmente a mesma estrutura psíquica. O entrevistador pressuporia essas qualidades psíquicas de acordo com o que conhecesse do entrevistado, ou guiando-se pela sua profissão e atividades habituais.

Tivemos dificuldade real de preestabelecer regras para reconhecimento, pelos alunos, das estruturas psíquicas dos seus entrevistados. Preferimos dar alguns exemplos pêlos quais se guiassem. Assim, para os de estrutura científica lembramos serem escolhidos homens preocupados em *pesquisas*. Podiam ser ouvidos elementos das chamadas carreiras liberais, ou não. Tanto homens de nome consagrado, quanto estudantes, desde que amantes desse gênero de trabalho (indagações, inquéritos), esvurmadores de problemas, gostando de descobrir a causa das coisas.

Para a estrutura religiosa, pessoas de elevado misticismo, ainda que de religiões acatólicas e até acristãs, nas quais, porém, os sentimentos de bondade e humildade fossem patentes. A coleção de consultados neste setor seria gente de diversas idades, profissões e situações desde que com aquelas determinantes místicas, não apenas aparentes, de exterioridade, mas reais e efetivas. E assim para os representantes das demais estruturas psíquicas. Dada a inexperiência dos agentes do inquérito em trabalhos de psicologia diferencial teria havido, na realização prática desses prognósticos, enganos inevitáveis. Conforme foi possível verificar, não foram, porém, esses enganos de grande monta.

Além disso conseguimos dois grupos sociais bem nítidos, um de adolescentes e pessoas escalonadas socialmente em níveis mais modestos (*padrão baixo*), e outro de pessoas maduras ou socialmente bem aquinhoadas (*padrão alto*), dois grupos, portanto, também de bastante significação representativa.

Obtivemos nessa segunda etapa 205 respostas. O prosseguimento do inquérito nos dará cifras mais volumosas. Mas com as já obtidas é possível tentar uma primeira apuração, embora a que agora apresentamos não possa ter caráter definitivo. Não queremos, porém, perder a oportunidade de trazer a público resultados tão interessantes como os que se vão ler a seguir. A publicação que ora fazemos tem portanto apenas o valor de uma *nota prévia*, como nas academias de ciências.

O inquérito trazia em seu bojo, obviamente, um segundo objetivo. Verificar se na caracterização das qualidades do professor influíam o tipo estrutural e o nível social. Quanto ao tipo estrutural, teoricamente tudo indicava que sim, principalmente quando se sabe haver uma verdadeira afinação entre a percepção, memorização e inteligência dos fatos e fenômenos na corda de cada estrutura. Indivíduo de estrutura estética (um músico, por ex.) tem bom "ouvido", isto é, percebe e memoriza com facilidade os sons, interpreta com facilidade trechos musicais (inteligência voltada para esse setor). E assim com as outras estruturas. Era lógico de prever que o indivíduo, no julgamento das qualidades do professor, desse ênfase àqueles predicados sintonizados com as suas próprias características psíquicas.

A quantidade dos consultados de cada estrutura foi infelizmente pequena, nas cercanias de duas dezenas apenas, o que realmente é pouco

para ajuizar dos resultados; mas os apresentados por essas pequenas parcelas surgiram tão interessantes que não nos furtaremos a comentá-los.

Tivemos ainda, no inquérito, a preocupação de ouvir indivíduos de situações sociais muito diversas, acaso antagônicas. Com isso afastamos-lhe o caráter de unilateralidade. As qualidades do professor serão sem dúvida consideradas ótimas, boas ou ruins consoantes a situação estrutural e social do julgador. Qualidades sublimadas pelos pais, se-lo-ão menos pelos filhos; postas em destaque pelos proprietários dos colégios, serão acaso insignificantes para um técnico de educação, ou mesmo para os diretores do estabelecimento; olvidadas pelos colegas, serão consideradas importantes por antigos alunos. E assim por diante.

A riqueza e significação dos inquéritos reflete sempre a variedade policrômica das figuras sociais ouvidas. O nosso inquérito também refletirá esse aspecto.

Antes de apresentar os resultados, seja-nos permitida uma última consideração.

Devemos informar que nessa primeira fase do inquérito procurámos sistematicamente não nos dirigir aos professores propriamente ditos, deixando-os para constituírem novo grupo de consulta; grupo que, pela qualidade mesma dos componentes, tem valor significativo diferente dos demais. Houve todavia exceções, para pessoas cujo feitio estrutural era de contornos tão nítidos que seria pena perdê-los no cômputo que nessa direção se desejava imprimir ao inquérito. Assim sendo, houve, entre as respostas, algumas que possivelmente refletiram o julgamento "teórico" das qualidades do professor, isto é, respostas que talvez se deixassem influenciar pela opinião dos tratadistas. As destas classe são, porém, em pequena porção, e não podem alterar substancialmente os objetivos visados.

Embora ignorando os pontos de vista adotados pelos consultados. na redação de suas respostas, podemos imaginar que, por se não tratar de técnicos da especialidade, a maioria se deixasse guiar por critérios pessoais: recordação de um bom ou mau mestre; atributos que reconhecessem favoráveis à educação de seus filhos; predicados que racionalmente (isto é, mais pelo raciocínio que pela observação) parecessem os mais adequados. Uns teriam visto no professor apenas "aquele que ensina", outros "o que educa", isto é, o severo disciplinador, o rigoroso auxiliar dos pais na correção dos filhos; outros ainda, aquele que "ensina e educa". Raramente, "o que administra".

Nada disso importava ao inquérito, que visava obter uma "média de opiniões". Por isso mesmo, nenhuma insinuação foi formulada, deixando a todos a mais ampla liberdade de expressar seu pensamento, dentro ou fora dos rigores da técnica.

Também não se restringiu a extensão da resposta. Estes foram lacônicos; aqueles, prolixos. Quais, claros; quais, confusos, acarretando dificuldades na tabulação. O que interessava era exatamente a multiplicidade, a variedade, a policromia dos modos de pensar, de modo que a somação de todos os conceitos pudesse conduzir a uma súpula de qualidades apresentadas como possíveis padrões para aquilatar, no Brasil, das qualidades do professor.

A restritiva *no Brasil* se nos impunha, pois era ela que dava originalidade e maior interesse ao inquérito.

Não tratávamos, de fato, de apurar larga e vagamente as qualidades

"do" professor, mas daquele que no meio social e cultural brasileiro seria qualificado de "bom professor". A sondagem era feita na opinião pública "brasileira" e 03 resultados apurados traduziriam o escalão para aferir do "professor brasileiro" no largo sentido que em nosso país se dá ao termo, ao mesmo tempo, o "mestre primário", o "docente de grau médio", o "catedrático" das universidades. •

RESULTADO DO INQUÉRITO

Com todas as restrições que vimos de assinalar nas linhas precedentes, apresentamos, a seguir, os resultados colhidos do *inquérito sobre as qualidades do professor*, organizado e levado a cabo pela cadeira de Administração Escolar da Faculdade Católica de Filosofia.

Não são, insistimos mais uma vez em declarar, resultados finais. Quando estes, mais tarde, forem apresentados, todas as faces do problema serão devidamente iluminadas.

Dos verdadeiramente incontáveis itens formulados nas diversas respostas foi necessário proceder a uma tabulação de resumo, trabalho que não se mostrou nada fácil. Logo no primeiro esboço uma divisão se impôs, destacando em grupo geral as *qualidades físicas*. Quanto às outras: intelectuais, espirituais, psicológicas, estruturais, profissionais, sociais. preferimos, nessa primeira triagem, deixá-las ainda juntas, com o objetivo de permitir ao leitor a impressão de quais predicados pareçam

de maior importância à maioria dos inqueridos. Figuram no quadro estatístico englobadamente sob a epígrafe de *qualidades psíquicas*.

QUADRO DAS QUALIDADES DO PROFESSOR

(Inquérito da cadeira de Administração Escolar da Faculdade Católica de Filosofia. Rio).

QUALIDADES	TOTAL	P. D.	E	R	A	C	L	S	Pa	Pb
A — PSÍQUICAS:										
Solidariedade e adaptação aos alunos...	144	21	17	22	21	18	23	22	41	62
Cultura especializada	137	17	10	16	22	23	26	23	68	52
Retidão moral	134	19	18	23	10	25	21	18	69	46
Cultura geral	132	19	15	21	16	22	19	29	60	53
Auto controle	107	13	18	19	12	10	16	19	55	39
Clareza de expressão	96	14	10	8	14	22	19	9	43	39
Justiça	92	19	10	9	8	13	19	14	33	40
Preparo pedagógico	77	11	6	11	8	12	17	19	35	31
Conhecimentos bio-psicológicos	74	10	7	7	17	10	10	13	39	25
Faculdade intelectual desenvolvida	73	19	9	11	7	12	9	12	35	25
Autoridade	64	8	6	5	11	11	15	8	24	32
Ideal educativo elevado	64	7	6	16	11	13	5	6	32	25
Tato	58	9	1	2	9	9	10	18	27	32
Modéstia	49	5	5	12	9	6	6	6	21	23
Capacidade de tornar a aula agradável	46	19	2	4	12	6	8	4	21	15
Senso de responsabilidade	42	4	3	10	1	5	12	7	29	18
Método	41	5	6	7	5	9	4	5	21	15
Personalidade	39	6	1	6	10	3	7	6	15	18
Vocação	28	4	1	4	4	3	2	10	11	13
Pontualidade	25	4	2	3	1	4	6	5	15	6
Energia condescendente	24	2	5	3	0	4	3	7	11	11
Amor ao estudo	23	4	1	1	7	4	3	3	13	6
Espírito religioso	22	2	2	10	4	1	2	1	11	9
Alegria	18	2	0	5	1	2	5	3	6	10
Condescendência	17	4	2	1	4	1	2	3	9	4
Simpatia	15	5	4	2	1	1	2	0	6	4
Espírito de iniciativa	13	2	2	2	0	0	1	6	7	4
Concisa	12	0	3	1	3	3	1	1	5	7
O moral não importa	4	0	2	0	2	0	0	0	1	3
B) FÍSICAS										
Boa dição	74	24	3	10	7	13	11	6	28	22
Físico normal	71	28	5	5	4	8	11	10	29	14
Saúde	44	12	4	6	5	4	7	6	23	9
Boa aparência	29	0	2	4	7	6	9	1	14	15
Higiene (asseio)	28	8	3	1	4	2	4	6	10	10
O físico não importa	3	0	2	1	0	0	0	0	0	3

NOTA — As colunas estão designadas por letras, cuja significação é a seguinte: P.D. — Alunos do curso de pedagogia e didática da Faculdade Católica de Filosofia; E — Estrutura econômica; R — Religiosa; A — Artística (Estética); C — Científica: 1. — de Liderança; S — Social; Pa — Padrão alto; Pb — Padrão baixo.

De cada uma das qualidades físicas e psíquicas apresentadas no quadro geral daremos em outro artigo as definições, isto é, enunciaremos, por exemplificação fornecida pelas respostas, a largueza dos respectivos conceitos. Ver-se-á, então, que a amplitude a elas dada aconselharia talvez algumas novas subdivisões. Se as fizéssemos, porém, cairíamos acaso no inconveniente de, multiplicando os itens, tornar o leitor mais penoso a percepção do essencial. Velejando entre esses escolhos, seguimos derrota que nos parece mais acessível embora menos rigorosa. Tomem-se, portanto, em tal caráter, os itens enumerados.

Verifica-se que dos sufrágios recebidos foi possível organizar um quadro de 33 predicados, dos quais 28 psíquicos e 5 físicos.

Dos 28 psíquicos há um — *vocação* — bastante vago, e que encerra afinal em si aquilo mesmo que se deseja definir. De fato, quem conseguisse sumariar rigorosamente, em um certo número de alíneas, as qualidades do professor teria *ipso facto* caracterizado ao mesmo tempo e com suficiente rigor a vocação do professor, ou, pelo menos, posto nas mãos dos técnicos a melhor maneira de reconhecê-la com segurança. Compreendemos, porém, perfeitamente, o que com a palavra *vocação* desejaram dizer os inqueridos. For ela entenderam os dotes de propensão para o magistério, de amor a essa profissão, de prazer nos seus árduos trabalhos, mesmo que todos os demais requisitos faltassem ao professor.

Dois outras observações preliminares de ordem geral precisam ser ainda formuladas.

Em primeiro lugar vêm-se no QUADRO como últimos itens das qualidades físicas e psíquicas duas indicações de feição negativo: "o moral não importa", e "o físico não importa". Se houve pessoas consultadas que nem de leve se referiram a qualidades físicas ou morais, propriamente ditas, pequeno número entendeu todavia acentuar que, no seu ponto de vista, essas qualidades não influíam de modo algum para bem qualificar o professor. Precisávamos destacar esse ponto de vista e o fizemos por esse modo.

Em segundo lugar, desejamos fazer notar a quem passar os olhos pelo QUADRO que nele figuram três qualidades de certo modo antagônicas: "autoridade", "energia condescendente" e "condescendência". Houve quem entendesse dever o professor ser sobretudo enérgico (autoridade); houve quem propendesse para julgar melhor ser ele normalmente condescendente em relação aos alunos; e houve ainda quem desejasse, em meio termo, *energia condescendente*. Os que indicaram "energia" (autoridade) foram em número muito maior (64) do que aqueles que

opinaram (17) pela "condescendência", e mesmo pela "energia condescendente" (24). Considerando "energia condescendente" como "energia", esta se destaca, no inquérito, em relação à condescendência, na proporção de 88:17. Se preferirmos considerar a alínea "energia condescendente" como equivalente a "condescendência", ainda assim teríamos que a proporção entre energia e condescendência seria de 64:41.

Quer isto significar que o inquérito apurou, de modo significativo, que o professor deve ser enérgico; quando muito, que deve ter *energia condescendente*.

Passemos agora ao exame das várias colunas.

COLUNA DOS TOTAIS :

Penetrando na análise da *coluna dos totais*, verifica-se que os requisitos para professor receberam quantidades diferentes de indicações, quer dizer, foram uns achados necessários por grande número de pessoas, outros por pequenas parcelas de preopinantes.

Todos os itens do QUADRO devem sem dúvida ser considerados como qualidades do professor, com exceção, é claro, das restrições anteriormente formuladas quanto à "vocaçào" e quanto aos "predicados negativos", pois que estes não conseguiram nem 3% dos sufrágios, e aquela não é um índice específico. E' evidente que os índices mais sufragados devem ser considerados como os mais importantes.

Tomamos para base da classificação segundo a *importância relativa*, a percentagem de sufrágios recebidos em relação ao total (252) de pessoas consultadas. Os quatro grupos propostos seriam assim escalonados no sentido da importância crescente:

1) *qualidades convenientes* ao professor, as que receberam menos de 15% de sufrágios, ou seja, até 37,8: pontualidade, energia condescendente, amor ao estudo, espírito religioso, alegria, simpatia, espírito de iniciativa, concisão, boa aparência, higiene (asseio), *ao todo* 10, pois, como anotado acima, a condição "condescendência" deve ser excluída em face da "energia condescendente", já incluída no mesmo grupo;

2) *qualidades precisas*, as que têm mais de 15% e menos de 30% do total de sufragantes, ou seja, entre 37,8 e 75,6: conhecimentos biopsicológicos, boa dição, faculdade intelectual desenvolvida, físico normal,

autoridade, ideal educativo elevado, tato, modéstia, capacidade de tornar a aula agradável, saúde, senso de responsabilidade, método, personalidade, ao *todo* 13;

3) *qualidades necessárias* com mais de 30% e menos de 45% do total de sufragantes, isto é, com sufrágios entre 75,6 e 113,4: autocontrole, clareza de expressão, justiça, preparo pedagógico, ao *todo* 4;

4) *qualidades muito necessárias* com mais de 45% do total de pessoas consultadas: espírito de solidariedade e adaptação aos alunos, cultura especializada, retidão moral, cultura geral, ao *todo* 4. Convém notar que essas quatro qualidades da cabeça da lista receberam, todas elas, mais de 50% dos sufrágios, portanto, em linguagem eleitoral democrática, têm maioria absoluta.

A "coluna dos totais" pode ainda sofrer outro reagrupamento.

1) Cinco itens de "*qualidades físicas*" (todos os apresentados no quadro) : *boa dição, físico normal, saúde, boa aparência, higiene* (asseio).

2) Nove itens de "*qualidades técnicas*": *preparo pedagógico, clareza de expressão, capacidade de tornar a aula agradável, concisão, boa dição* e mais as seguintes que se refletem diretamente na técnica do magistério: *cultura especializada, cultura geral, conhecimentos bio-psicológicos*, e, ainda de certo modo, *pontualidade*.

3) Vários itens de "*qualidades estruturais*" (7) assim distribuídos;

a) nove de *estruturas de liderança*: *autoridade, auto controle, espírito de solidariedade e adaptação à classe, justiça, senso de responsabilidade, personalidade, espírito de iniciativa, energia condescendente*, e, de certo modo, *pontualidade*.

b) seis de *estrutura social* propriamente dita: *tato, energia condescendente, alegria, tornar a aula agradável, condescendência, simpatia*;

c) seis de *estrutura religiosa*: *retidão moral, justiça, ideal educativo elevado, modéstia, espírito religioso, senso de responsabilidade*;

d) cinco de *estrutura científica*: *amor ao estudo, método, inteligência, espírito de iniciativa, clareza de expressão*;

e) dois de *estrutura estética*: *personalidade e tornar a aula agradável*;

f) um de *estrutura econômica*: *método*.

(7) Alguns desses itens figuram em mais de uma chave, porque de tato tem feitos estruturais diversos.

Se em vez de seriar esta classificação pelo número de itens computados em cada uma das subdivisões, o fizemos pela quantidade total dos sufrágios que cada um deles recebeu, a "gradação de importância" se apresentaria sob esta outra forma mais racional:

	N.º de sufrágios
1 — Características técnicas073
2 — Características de liderança	552
3 — Características de estrutura religiosa	403
4 — Características físicas	240
5 — Características de estrutura científica	243
6 — Características de estrutura social, propriamente ditas (8)178
7 — Características de estrutura estética	85
8 — Características de estrutura econô- mica	41

Um resumo dos resultados acima ensejaria uma definição do *bom professor*. O bom professor é o indivíduo que além de possuir conhecimentos técnicos (qualidades de docente, "daquele que ensina") fôr dotado de qualidades muito acentuadas de liderança, bem como de características estruturais nítidas tanto religiosas, quanto científicas e sociais (qualidades "daquele que educa"), não lhe faltando também certo número de predicados físicos favoráveis a todo homem.

Eis o que, pelo resultado do inquérito da Faculdade Católica de Filosofia, parece pedir a sociedade carioca para que alguém possa com vantagem exercer o magistério em qualquer dos seus graus.

O tabulamento da pesquisa traduz resultados que à primeira vista parecerão inesperados a muitas pessoas fora dos meios técnicos e, até mesmo, a certo, número de pedagogos.

A maioria previria numerosas indicações de ordem técnica. Os que estudam pedagogia em livros americanos antecipariam por certo o resultado obtido quanto ao item de liderança, pois os tratadistas ian-

(8) Estamos **fazendo** esta restrição porque ha características de liderança que **também** são sociais. Neste item **excitámos** as sociais **de liderança**.

ques o sublinham de modo enfático nas suas obras. Boa porção de pessoas aceitaria que as sugestões focalizassem o lado físico, pois que a boa saúde, a boa aparência e a boa dição são geralmente consideradas muito convinháveis ao professor. Não teria talvez causado surpresa a cifra modesta dos índices sociais, depois da advertência de que muitas dessas características já haviam sido computadas no parágrafo liderança. O fato de serem reduzidos os sufrágios favoráveis à estrutura econômica também seria previsível, por isso que toda gente considera o professor como dotado de abnegação.

O espanto se estamparia, porém, nos rostos ao ver a cifra elevada de sufrágios para os índices de estrutura religiosa e os de menor monta para os característicos da estrutura científica. A muita gente pareceria que o lógico seria inverter a colocação dessas duas parcelas. Os que lembrassem tal estariam confundindo "estrutura científica" com "saber" e "estrutura religiosa" com "prática religiosa", o que entretanto são coisas diferentes, profundamente diferentes. Não o diriam, porém quantos se houvessem enfronhado nas doutrinas de SPRANGER, diretamente, ou através de seus divulgadores.

Só quem não estiver, portanto, intelectualmente apetrechado com o convívio da teoria do ilustre psicólogo teutônico terá tido a surpresa a que aludo. Os demais, não. Para os demais, os resultados do inquérito se enquadram nas previsões científicas normais. A porção dos itens fixando como predicados do professor certas sortes de conhecimentos, isto é, certa quantidade de "saber" foram por nós capitulados, com justa razão, como "qualidades técnicas" e não "de estrutura científica" cujo indício mais sintomático é o espírito de pesquisa (ou seja, *amor ao estudo, espírito de iniciativa*) e o método no trabalho (*método, claresa de expressão*).

Quanto à estrutura religiosa, caracterizada, em essência, pela veneração que implica a humildade e a caridade, não pode logicamente deixar de ser apanágio do *bom educador* que adora a Deus, venera seus superiores, seus guias, seus mestres, e tem caridade (amor) para com seus semelhantes, especialmente para com seus discípulos, não importa de que valor, inteligência ou perfeição.

Também o autor teve surpresa ao chegar à apuração final. Mas sua surpresa foi de ordem diferente. Foi a de ter havido confirmação tão brilhante e tão completa de idéias que já tem exposto, antes do inquérito ter tido conclusão, e que apresentará em livro.

Haverá possivelmente, à vista da concordância dos resultados; algum maldoso, ou indivíduo de má fé, que chegue a supor tendenciosidades na condução ao inquérito. Não a houve absolutamente. Se publicássemos a lista de nomes dos consultados (o que a ética de pesquisador nos proíbe) ver-se-ia que ela é legitimamente multiforme, acotovelando-se dentro do inquérito pessoas de todas as crenças e descrenças.

Caso não baste para avaliar o inquérito a nossa palavra de cientista leal poderemos acrescentar que surpresíssimo com o resultado também ficou o meu brilhante companheiro de trabalho nessa pesquisa, o Revmo. Padre Helder Câmara.' Ao participar-lhe o último apanhado geral ele se mostrou admiradíssimo, pois longe estávamos de pensar que os sufrágios de tantos elementos da policrômica e algo displicente sociedade carioca pudessem levar a resultados tão acordes com o pensamento dos que vêm a nossa ciência pelo ângulo dos nobres e imparciais' ensinamentos da pedagogia perene.

Outra contraprova da sinceridade na condução da pesquisa está em que, de um lado, alguns dos itens resultantes dela não foram intensamente focalizados por nós na parte expositiva do volume que compusimos (a alguns mesmo nem sequer aludimos), e de outro lado, houve qualidades a que imprimimos muita ênfase e que o inquérito não traduziu no mesmo grau de intensidade.

SEGUNDO A FUNÇÃO:

Prosseguindo a análise da "coluna dos totais", podemos examinar agora o que diz a pesquisa a respeito das qualidades do professor consoante sua atividade seja considerada como "daquele que ensina", "daquele que educa" ou "daquele que administra".

Não é por certo fácil estabelecer, mesmo fluidamente, as linhas de demarcação entre essas três funções do professor, e, seguramente por essa razão, alguns tratadistas ladeiam a questão a ela não se referindo. Mas é fora de dúvida que essas três funções existem, exercidas pelo professor, não raro concomitantemente e inseparável mente. Um professor em sua aula *ensina* matéria desconhecida da classe, organiza os trabalhos e mantém a ordem (*administra*) para que o ensino possa ser devidamente acompanhado, e, ao mesmo tempo, pelo seu exemplo, por suas atitudes, está *educando*. Há casos, porém, que as funções se podem destacar facilmente. Quando o professor está escrevendo o relatório dos

trabalhos do ano, desempenha função administrativa. Quando na classe se faz presente um inspetor de disciplina, ele, o professor, pode se entregar ao exclusivo trabalho de ensinar o ponto do dia sem "tomar conta" dos alunos. Existem, sabidamente, trabalhos educacionais extra-classe e até extra-escolares que estão todavia sob o direto encargo do professor.

Examinando o QUADRO fomos tentados a verificar se, do nosso inquérito, se tirariam conclusões do modo pelo qual a sociedade brasileira via o professor em suas três funções basilares.

O desejo dessa análise conduziu a proceder a uma classificação dos itens dentro dessas três novas chaves. Não é fácil tarefa. Há nos 33 predicados do inquérito alguns que de fato pertencem a mais de uma função, às vezes às três. E há indubitáveis predicados de cada uma delas que não foram lembrados sequer uma só vez. E claro que essas faltas se originam de haver inúmeros trabalhos do professor (arquivamentos, relatórios, problemas internos da escola) que passam inteiramente despercebidos ao grande público, que a eles, portanto, não podia fazer alusão nas entrevistas.

Limitamo-nos pois (como não podia deixar de ser) a computar os itens explicitamente formulados.

Que dizem essas apurações ?

DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES DO PROFESSOR

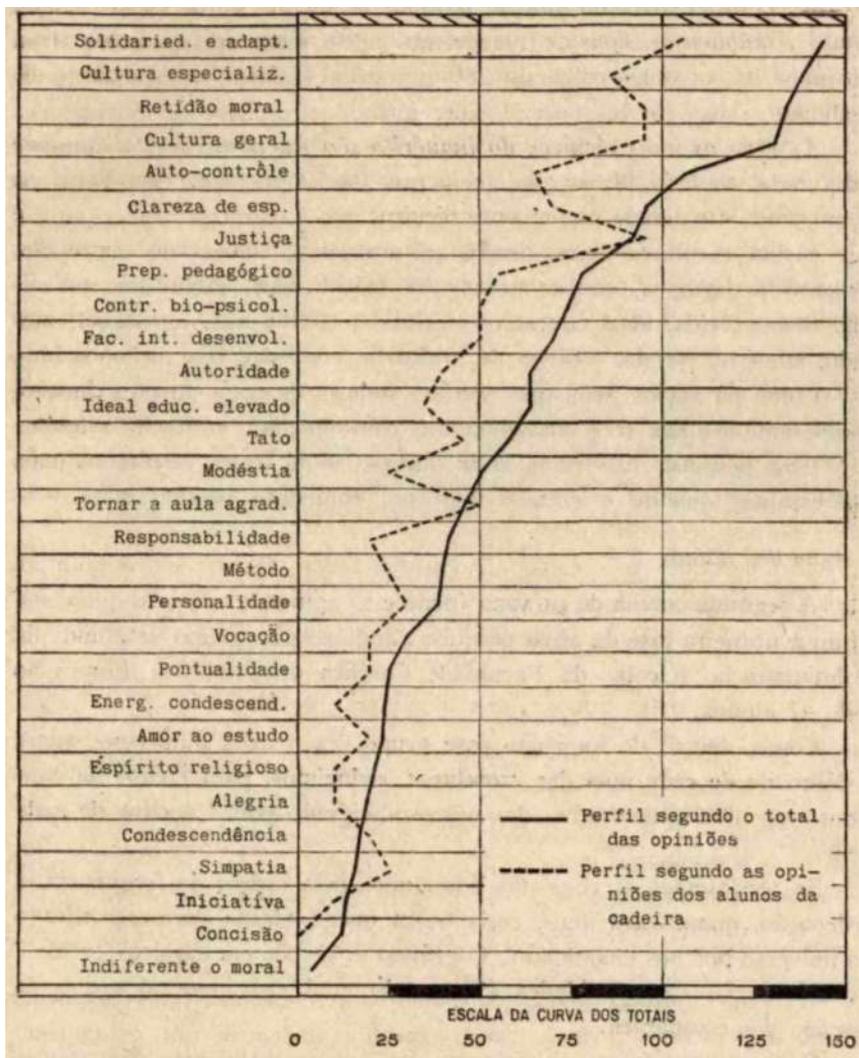
<i>Funções</i>	<i>Quantidades</i>	
	<i>Itens</i>	<i>Indicações</i>
Educacionais	22	1.207
Técnicas	14	898
Administrativas	6	289

1) *Que o público arrola em maior número qualidades propriamente "daquele que educa".* Nas rubricas tabuladas podem de fato ser considerados como aludindo a essa função nada menos de 22 dos 33 itens, congregando 1.207 indicações.

Os itens propriamente educacionais são a nosso ver, dentro do inquérito, os seguintes: espírito de solidariedade e adaptação à classe, retidão morai, auto controle, justiça, conhecimentos bio-psicológicos, faculdade intelectual desenvolvida, autoridade, ideal educativo elevado, tato, modéstia, senso de responsabilidade, método, personalidade, energia con-

0 10 20 30

ESCALA DA CURVA DAS OPINIÕES DOS ESTUDANTES



inquérito sôbre as qualidades do professor — (Gráfico I) Perfil resultante do total das respostas (linha cheia), e perfil obtido segundo os sufrágios dos alunos da cadeira de Administração escolar da Faculdade Católica de Filosofia. A escala da curva dos totais é cinco vezes menor que a utilizada para a curva representativa da opinião dos alunos.

descendente, espírito religioso, alegria, condescendência, simpatia, espírito de iniciativa, boa aparência. físico normal, higiene.

2.) *Que os itens da função administrativo em geral impressionam pouco o público brasileiro.* Inscrevemos nesse setor apenas 6 dos itens do inquérito, os quais colheram 289 sugestões (justiça, autoridade, pontualidade, senso de responsabilidade, método e espírito de iniciativa).

3) *Que os itens técnicos do inquérito são em número relativamente moderado, ao todo 14, os quais colheram 898 indicações.* Consideramos como tendo finalidade nimamente técnica, isto é, caracterizando "aquele que ensina": cultura especializada, cultura geral, clareza de expressão, preparo pedagógico, conhecimentos bio-psicológicos. faculdade intelectual desenvolvida, ideal educativo elevado, tornar a aula agradável, método, amor ao estudo, espírito de iniciativa, concisão, boa dição, saúde.

Como há vários itens que revelam índices de mais de uma função, computamo-los nas três chaves supra, como poderá verificar o leitor.

Uma pesquisa mais vasta neste campo poderá trazer resultados mais interessantes quando orientada com essa colimação particular.

Coluna dos alunos

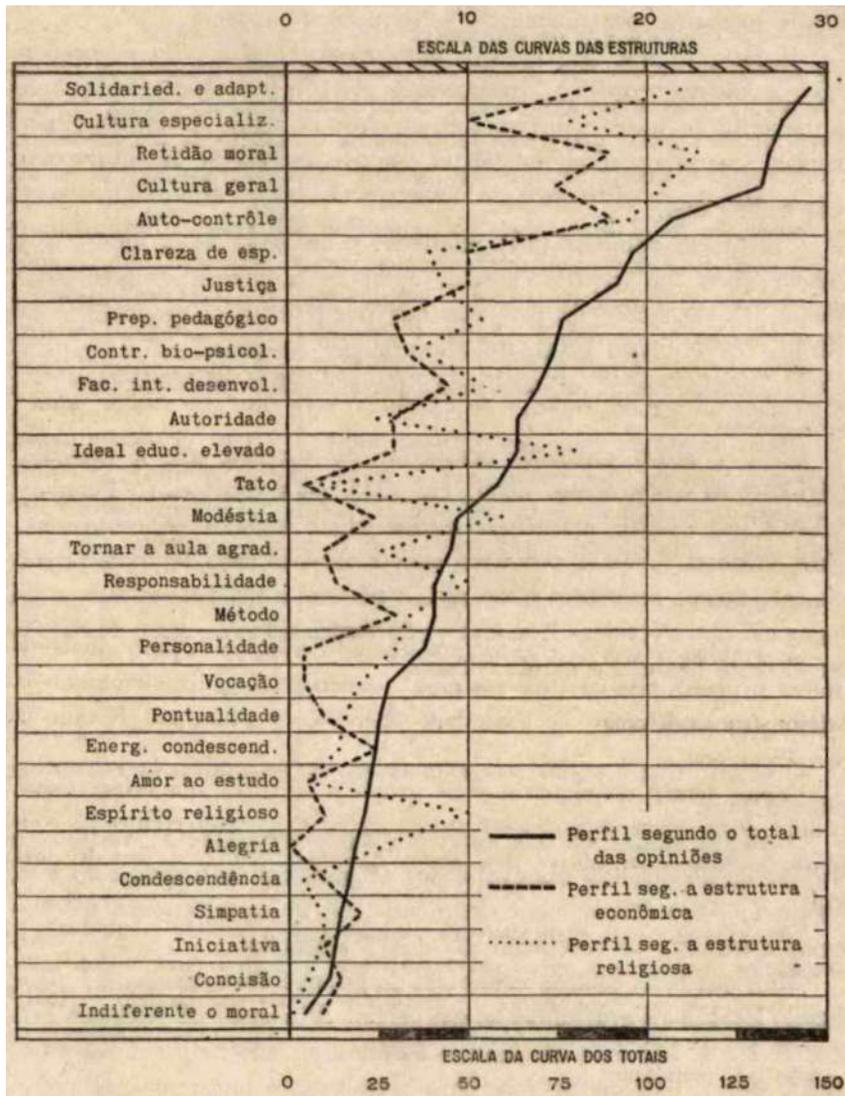
A segunda coluna do QUADRO fornece as apurações daquilo que constituiu a primeira fase da atual pesquisa: audiência ao grupo de alunos da Administração Escolar da Faculdade Católica de Filosofia. Foram ao todo 47 alunos.

Como, dentro do inquérito esse grupo era 0 mais numeroso, quase o dobro do de cada uma das *estruturas*, reduzimos, para efeitos de confronto. ao nível quantitativo dos outros dividindo por 2 a cifra de cada item.

Se seriássemos as respostas dos alunos pela ordem de freqüência, a ordenação, quanto aos itens, seria outra que a obtida para o conjunto do universo por nós examinado. O gráfico n.º 1 põe em paralelo "visual" os dois perfis das qualidades (9) : o do total dos inqueridos e o da opinião dos estudantes.

O simples confronto, à vista, mostra que os estudantes dão assinalada ênfase a certos predicados dos mestres, embora ao conjunto da sociedade pareçam eles de menor importância. Para o estudante apresentam-se em destaque os predicados de: *justiça*, ideal educativo elevado, tato, *capacidade de tornar a aula agradável*, personalidade, amor ao estudo, e principalmente *espírito de iniciativa*. (Grifamos, na lista, aqueles

(9) O dos totais está em escala cinco vezes menor que a dos alunos.



Inquérito sobre qualidades do professor — (Gráfico II) — Confronto entre o perfil resultante das opiniões, em geral, (linha cheia) e dois outros perfis correspondentes às respostas obtidas num grupo de pessoas de "estrutura econômica", e outro de "estrutura religiosa".

que, por desníveis mais frisantes, tomaram especial destaque, isto é, aquelas qualidades a que os estudantes dão muito mais valor. De fato: todo estudante anseia por justiça nos julgamentos e igualmente anseia para que as aulas sejam agradáveis. O inquérito mostrou, porém, (o que já era menos sabido) que o estudante estima o espírito de iniciativa dos docentes, isto é, deseja ter em seus mestres guias de trabalho, líderes de empreendimentos.

Constituem *mínimos* (10) relativos: o autocontrôle, a modéstia, e também (isso foi surpresa para o autor!) 'a cultura especializada. Parece, pelo resultado da pesquisa, que o estudante dá preferência ao professor de erudição geral, de vistas largas, e aprecia menos o professor demasiadamente especializado, que mergulha profundamente em sua matéria.

Como é nosso propósito prosseguir no corrente ano a pesquisa, dirigi-la-emos em primeiro lugar, em 1945, para esse setor. Faremos, se Deus nos ajudar, entrevistar muito maior número de estudantes. Como na nossa pesquisa pensamos adotar técnicas mais seguras, provavelmente nossos resultados virão mais rigorosos e mais significativos do que os até agora obtidos. E apurar-se-ão devidamente os casos de dúvida não só desta hipótese como de outras.

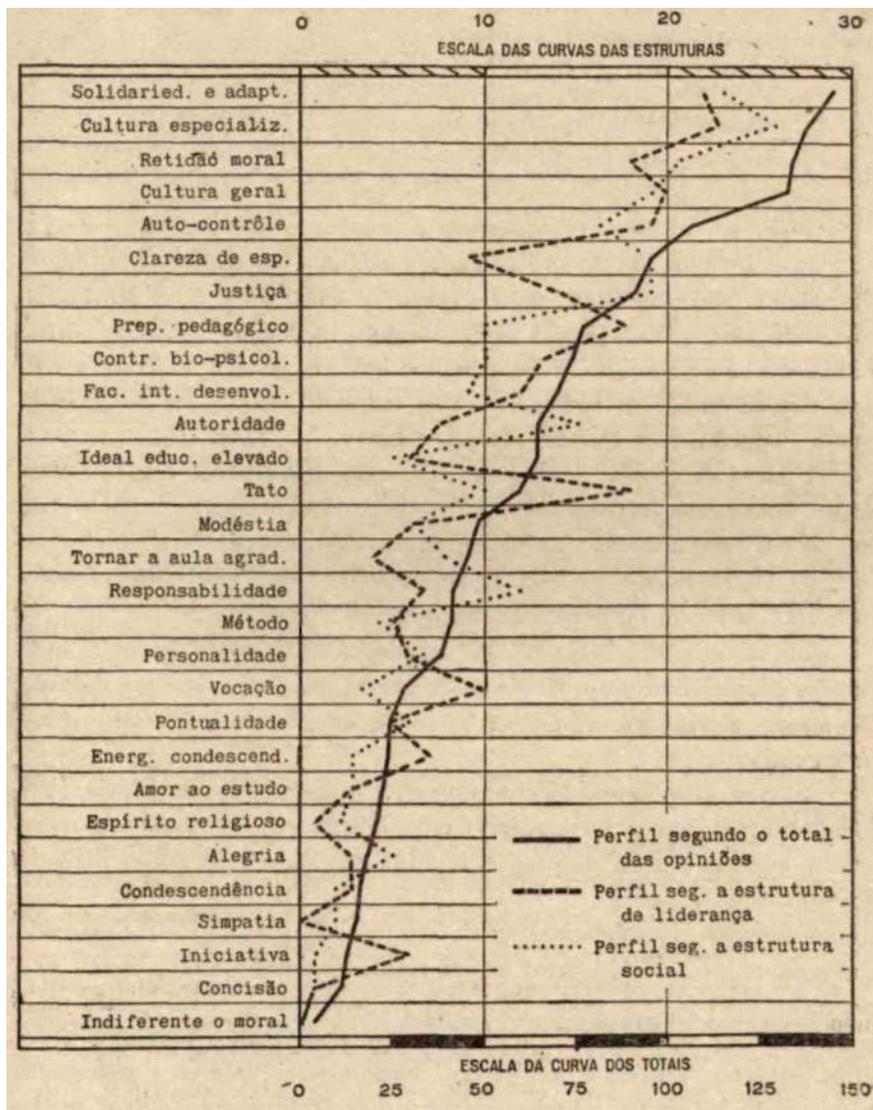
Coluna das estruturas

O quadro traz a seguir seis colunas que correspondem às estruturas sprangerianas.

A análise dessas colunas apresenta duplo interesse: *a)* verificar a variação da importância das qualidades do professor de acordo com cada estrutura; *b)* verificar, em consequência, se as características teóricas dessas estruturas se reveiaram no nosso inquérito.

Mais que pelas colunas numéricas do QUADRO esses ressaltam à vista, quando localizados graficamente, em perfis. E' o que está feito nos gráficos de 2 a 4. Em cada um deles, colocamos, ao lado do perfil dos totais (linha cheia), dois outros (em linha pontilhada e interrompida) representativas da frequência de cada par de estruturas. Ao passo que o gráfico dos totais está em escala menor (1 :100), os dois outros, para melhor sé destacarem, são apresentados em escala cinco vezes maior (1:20).

(10) Julgamos oportuno lembrar que em matemática são chamados "máximo" e "mínimo" os pontos "altos" ou "baixos" das curvas embora não sejam os *mais altos*] nem os *mais baixos* do fenômeno, mas apenas pontos de maior ou menor crescimento das ordenadas.



Inquérito sobre as qualidades do professor — (Gráfico III) — Confronto entre o perfil resultante das opiniões, em geral (linha cheia)", e dois outros perfis, correspondentes às respostas obtidas num grupo de "estrutura de liderança" e outro de "estrutura social".

Grupamos as seis estruturas em três binários, que, por motivos óbvios, são os seguintes:

- a) estrutura religiosa e estrutura econômica (gráfico 2).
- b) estrutura científica e estrutura estética (gráfico 3).
- c) estrutura social e de liderança (gráfico 4).

Vejam os que dizem esses gráficos em sua eloquência.

Grupo a — Estruturas religiosa e econômica (Gráfico 2).

Os indivíduos de *estrutura religiosa* acham (baseando-nos no inquérito) que o mais importante para o professor-educador é a retidão moral, colocando essa qualidade, em valor absoluto, acima de qualquer outra. Ainda em valor absoluto, entendem que cultura geral é superior a cultura especializada, em ambos os casos entrando em franca divergência com a "opinião mais comum" (traço cheio).

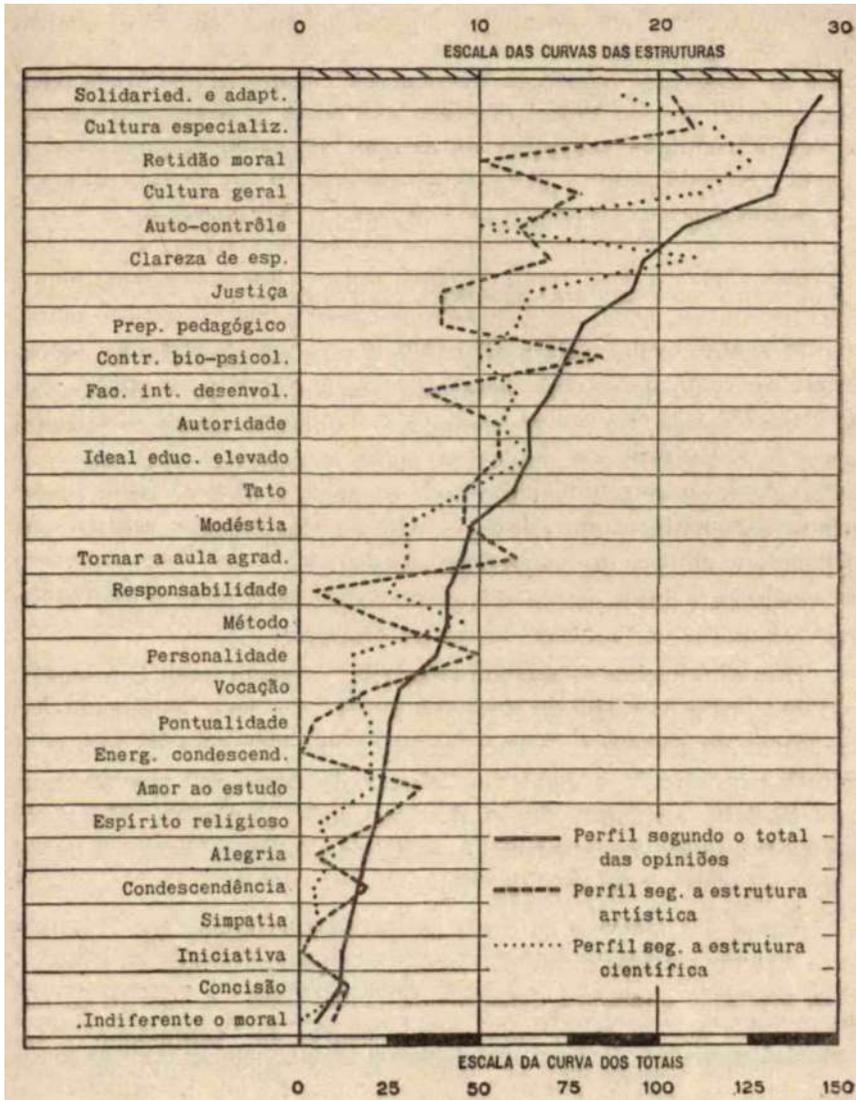
A curva da estrutura religiosa apresenta umas tantas cristas tipicamente diferenciais, algumas das quais de notável destaque relativo (na enumeração grifamos as qualidades cuja ênfase é mais forte): preparo pedagógico, faculdade intelectual desenvolvida, *ideal educativo elevado, modéstia, senso de responsabilidade, e espírito religioso*.

Conclui-se, assim, que para os portadores desse tipo psíquico as qualidades educacionais do professor estão muito acima das técnicas, e destas dão maior valor às que alargam o horizonte intelectual do professor (cultura geral).

Ao contrário do que fora de prever, a qualidade da obediência (isto é, autoridade) sofreu no inquérito uma inflexão descensional, tal como o tato, que sob o nome de prudência é um dos mais importantes dons do Espírito Santo.

A *estrutura econômica* se revela em um perfil muito menos marcado que a da estrutura religiosa. Embora zigzagueante é muito menos rica em contrastes. Não se pode dizer que corra paralela à da "opinião mais comum", mas dela se afasta muito menos. Seus pontos máximos absolutos estão na "retidão moral" e no "autocontrôle", que no ver dos econômicos do inquérito, sobrelevam no professor quaisquer outros predicados. Seus mais destacados índices são os de: método, energia condescendente e simpatia, qualidades essas que sem dúvida também figurariam em uma tabela de características da própria estrutura econômica, principalmente "método", que é a nosso ver o indício mais seguro dos homens pertencentes a esse tipo psicológico.

Os antagonismos que a teoria expõe como existentes entre essas duas estruturas, os resultados da nossa pesquisa não os traduzem. Pelo



Inquérito sobre as qualidades do professor — (Gráfico IV) — Confronto entre o perfil resultante das opiniões, em geral, (linha cheia) e dois outros perfis, correspondentes às respostas obtidas num grupo de "estrutura artística" e outro de "estrutura científica".

contrário: estereotipa-se no gráfico, ainda que com diferenças de intensidade certo paralelismo nas subidas e descidas, o que quer dizer que tanto os "religiosos" quanto os "econômicos", dentre os que foram ouvidos, seguramente por causas diversas, dão quase a mesma importância às várias qualidades constantes do QUADRO. Discordância nítida apenas quanto à "cultura geral" e ao "preparo pedagógico" que os "econômicos", em contraposição aos "religiosos", subestimam decisivamente.

Grupo b — Estruturas científica e estética.

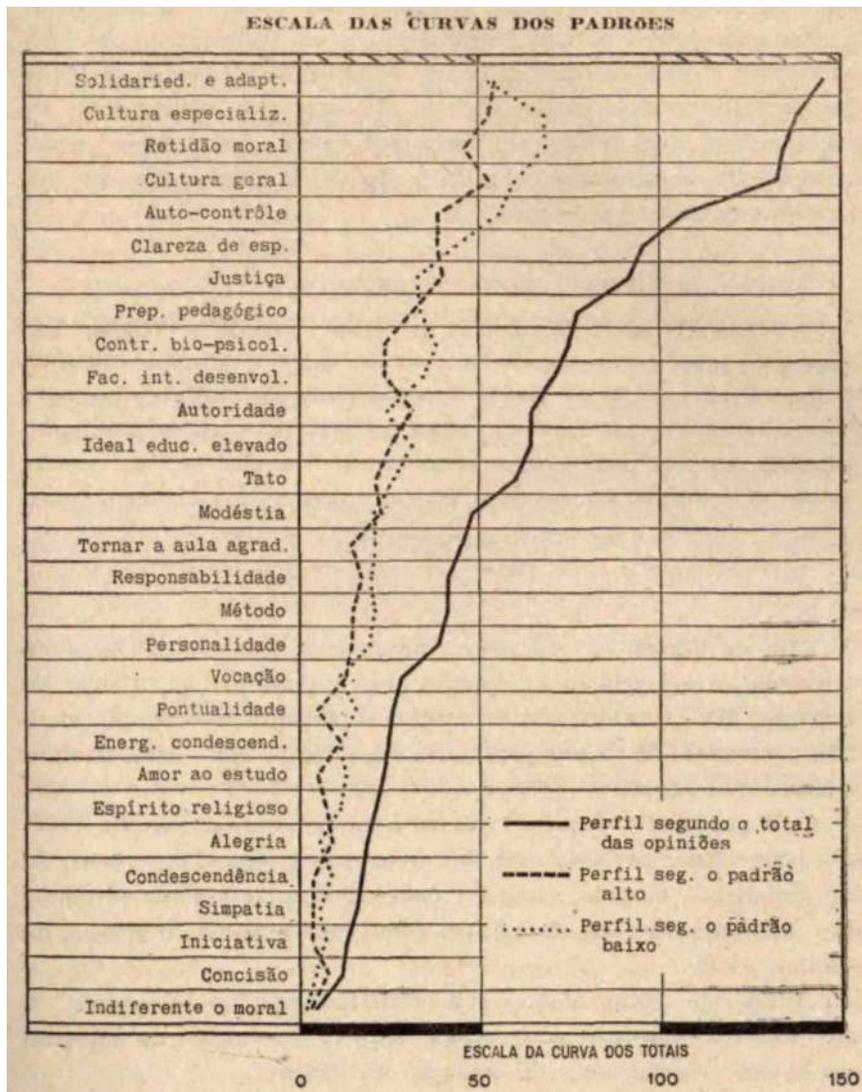
O confronto dos dois perfis deste grupo, em oposição ao eme se nota com os do grupo (a), apresentam uma *allure* quase permanente de discordâncias. O que é ponto máximo de uma se apresenta na outra quase sempre como ponto mínimo. Como a seriação dos itens obedece à ordenação imposta pela "opinião mais comum", é fácil de compreender que os antagonismos são efetivos e não ocasionais resultantes de uma disposição arbitrária das respectivas rubricas.

Vejam os que dizem os dois perfis do gráfico 3 sobre o julgamento que "científicos" e "artistas" fazem do professor.

Para os primeiros — estrutura científica — assim como já havíamos verificado para os religiosos, "retidão moral" é o mais importante dos predicados do professor. Seguem-se-lhe, como aliás fora de prever, a cultura especializada, a geral e a "clareza de exposição" que consegue para os desta estrutura psíquica destaque muito particular. São ainda dignos de menção, como de muita importância relativa, os itens: de tornar a aula agradável, método e concisão.

Alguns dos mínimos da curva da estrutura científica nos causaram certo espanto, principalmente os correspondentes às rubricas de auto controle, faculdade intelectual desenvolvida (inteligência) e espírito de iniciativa, pois que, *a priori* parecem reveladores do "pesquisador". Os demais pontos críticos, quer de "altos" quer de "baixos", não têm, para a estrutura científica, maior significação no inquérito.

O perfil da *estrutura artística* traz algumas surpresas. Aquilo que, em valor absoluto tem no professor maior relevo para os estetas (do inquérito) é a cultura especializada, e, logo depois, os conhecimentos biopsicológicos. Pouco valor relativo concedem ao preparo pedagógico, à inteligência, ao senso de responsabilidade, à energia (condescendente), ao espírito de iniciativa, qualidades estas a que de fato sonhadores não concedem grande importância. Também traduzem aspectos lógicos dentro



Inquérito sobre as qualidades do professor — (Gráfico V) — Confronto entre o perfil resultante das opiniões em geral (linha cheia), e dois outros perfis, correspondentes às respostas obtidas, em dois grupos de pessoas, diferenciados por seu mais alto ou mais baixo padrão social. Os três perfis estão desenhados na mesma escala.

da doutrina de Spranger os pontos de *maximum* que se avolumam nos itens de: tornar a aula agradável, de personalidade, e de condescendência.

Somando prós e contras constata-se que, em linhas gerais, há mais concordâncias que discordâncias entre os resultados obtidos no inquérito e os preceitos teóricos da doutrina de Spranger. Da análise desse segundo binário, salvo as exceções aberrantes, teoria e inquérito se harmonizam quanto às estruturas científica e estética, da mesma sorte que nas estruturas religiosa e econômica.

Grupo c — Estrutura social e de liderança.

Ao contrário talvez do que fora de prever, "sociais" e "líderes" não colocam no ápice das qualidades do professor aquilo que a "opinião mais comum" assim sugeriu, ou seja, a solidariedade e adaptação do professor à classe. Ambos, a este predicado social do educador, superpõem o índice técnico de cultura especializada.

A não ser em uns dois ou três pontos que anotaremos, os dois perfis marcham, como fora de supor, em paralelismo. E está certo que assim seja porque o líder é um "social" com muita iniciativa e com ímpetos de mando.

Para os líderes (do inquérito) foram consideradas qualidades de preeminência (em relação à "opinião mais comum"): (11) clareza de expressão, *justiça*, *autoridade*, *tato*, *senso de responsabilidade*, personalidade, *pontualidade* e *alegria*, predicados estes que de modo geral também pertencem aos líderes.

Os "sociais" (do inquérito) destacaram em confronto com a "opinião mais comum" os requisitos de: preparo pedagógico, *tato*, senso de responsabilidade, *vocação*, energia (condescendente) e *espírito de iniciativa*. Tais requisitos são de fato, em geral, peculiares aos indivíduos de estrutura social.

Ainda este último binário é também favorável ao julgamento, já anteriormente explanado, de coincidência entre o resultado do inquérito e os límpidos fundamentos da doutrina de Spranger.

Coluna dos padrões

Como já esclarecido em parágrafo anterior, designamos, para facilidade de exposição, pelas palavras *padrão alto* e *padrão baixo* dois conjuntos característicos de nossa apuração.

- (11) Vão em itálico as características mais marcantes.

Como deve estar recordado o leitor, ao mandar proceder às entrevistas com os diversos "representantes" (chamemo-los assim) das estruturas, recomendámos fossem escolhidos em cada qual delas um que exponeciasse o nível mais alto e um outro do nível mais baixo. Falando em "alto" e "baixo" sugere-se um desnível. Este não é, porém, propriamente social, porque em muitos casos apenas de idade, em outros de natureza de profissão, ainda que em mais outros a diferença seja principalmente social. Falando em "padrão alto" e "padrão baixo" usamos expressão larga dentro da qual ficam incluídas todas as hipóteses.

O gráfico 5 põe em paralelo a curva da "opinião mais comum" e as dos "padrões", sendo que neste caso as três foram desenhadas na mesma escala.

Como fora de prever, ambas as curvas "de padrões" correm a bem dizer no mesmo declive da dos "totais". E, também, como fora de prever, correm entrelaçando-se uma na outra, o que quer dizer que, para cada rubrica, aquilo a que o padrão baixo dá um pouco mais de ênfase o padrão alto desvaloriza a importância, e vice-versa.

O aspecto das duas curvas é, à simples vista, tão eloqüente que nos dispensamos de comentários para cada caso particular, pois seriam a bem dizer supérfluos. Os trechos de paralelismo são curtos; os de coincidência, raros.

Essa antinomia de opiniões entre os dois padrões de cada estrutura fora, como dissemos, de fácil previsão, pois que, no caso, as divergências decorrem do antagonismo de cultura e maturidade dos dois conjuntos considerados.

O VOCABULÁRIO ATIVO NA CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR

HELOÍSA MARINHO

Do Instituto de Educação do Distrito Federal.

A vocalização da criança, no primeiro ano de vida, resume-se nas expressões do choro e do balbucio.

Dos 12 aos 23 meses, encontramos, a princípio, os mesmos sons de balbucio, já com relativo valor significativo. Nesse mesmo período, podemos observar rápida evolução, desde a *palavra-frase*, ou simples som, relacionado com a satisfação de um desejo da criança, e assim interpretado pelos maiores, que convivam com a criança, até a *oração* de feitiço organizado.

Só dos dois aos seis anos, podemos, realmente, organizar listas de palavras, consideradas, então, como *vocabulário*, comparável com o da linguagem convencional do adulto.

E' bem de ver que, tanto mais baixas sejam as idades, mais dependerá o vocabulário das condições do lar. Depois, em qualquer idade, antes do período escolar, das condições de vida da comunidade e das próprias condições locais.

O meio rural impele, por natural interesse, à fixação dos nomes de certos animais, plantas e frutos, que a criança da cidade só em idade mais avançada vem a conhecer e a utilizar. Ao contrário, a criança da cidade emprega nomes de veículos e certas expressões típicas, que a criança da roça não pode conhecer.

Mesmo numa grande cidade, com aspectos naturais variados, como o Rio de Janeiro, o vocabulário infantil pode variar de um bairro a outro. Assim, nesta pesquisa, verificamos que certas crianças de 5 a 6 anos empregavam vocábulos relativos à vida do mar e tipos de embarcações que outras desconheciam inteiramente (praia, concha, onda, bote); mas essas mesmas crianças, em grande percentagem, desconheciam, por sua vez, o significado de palavras próprias da vida do campo.

A medida que a idade avança, aumentada a experiência, por brinquedos, livros de gravuras, passeios e viagens, o vocabulário tende a apresentar expressões médias relativas a cada ano de vida. Poder-se-á falar, então, de um vocabulário próprio de cada idade.

Claro que, muitas vezes, por influência do adulto, surgem na linguagem de determinada idade vocábulos normalmente acima do desenvolvimento natural dessa idade. Na organização deste vocabulário, de valor especial para as crianças da capital do país, tivemos o cuidado de proceder a várias verificações para a localização definitiva de certas palavras. (1)

Damos a seguir a lista das palavras por idades separadas. Primeiramente, o vocabulário registrado nas crianças de dois anos; depois, o vocabulário acrescido nas de três, e, assim seguidamente, até os seis anos. Enfim, em lista geral, o vocabulário ativo dos seis anos.

VOCABULÁRIO DOS 24 AOS 35 MESES

a (artigo)	bobo	carro	dentro
abotoar	boca	casa	dizer
abrir	bola	cavalo	do
acabar	bolo	chamar	doce
adeus	bom	chão	dodóe
agora	boneco	chapéu	dormir
água	bonito	cheio	e
ah !	botão	chorar	ele
ai !	botar	chupar	embora
andar	braço	chupeta	entrar
aqui	brincar	coelho	escrever
arroz	brinquedo	coitado	esperar
automóvel	cá	colher	esse
babá	cabeça	colo	estar
bala	cabelo	com	este
balançar	cachorro	comer	fazer
banana	cadeira	comigo	feijão
barco	café	como	feio
barriga	cair	dar	ficar
batata	caixa	dedo	figura
bater	calça	deitar	fita
bebê	cama	deixar	flor
beber	camisola	dele	formiga
bicho	carne	dente	galinha

(1) Muito nos auxiliaram nesta parte do trabalho as professoras DELHY NUNES VIEIRA, YVONE BRAGA e FLORA DA SILVA, bem como as professoras SARA DAWSEY e MARINA BESSONE CORREA.

gato	mão	papai	sentar
gostar	me	papel	ser
grande	meia (peça de	para	seu
guardar	roupa)	pau	sim
heim !	menino	pé	so
ih !	mesa	pedaço	sopa
ir	meu	pedra	sujar
isso	mexer	pegar	sujo
isto	moça	peixe	também
já	molhar	pente	rei
lá	morder	pequenino	terra
lápiz	mosca	perna	tio (antes do nome)
lata	muito	poder	titio
leite	não	por	tomar
levar	nariz	presente	tostão
limpo	nenem	que	trem
língua	no	quebrar	um
livro	nome	querer	uva
machucar	o (artigo)	quieto	vassoura
mais	olhar (verbo)	rabo	ver
mamadeira	olhos	saber	vestido
mamãe	outro	sair	vir
mamar	ovo	sapato	virar
manteiga	pão	segurar	você
			vovô

VOCABULÁRIO ACRESCIDO DOS 36 AOS 47 MESES

à	barata (animal)	contente	faltar
achar	beijar	daí	fantasia (de car-
açúcar	beijo	daquele	naval)
ali	beleza	daqui	fechar
almoçar	biscoito	dansar	filho
amarrar	bonde	dentada	fogo
anel	branco	depois	folha
ao	Brasil	depressa	fora
apagar	brincadeira	dinheiro	fruta
aranha	buraco	doer	gente
arranhar	buscar	dona (tratamento)	gordo
arrumado	cara	em	guarda-chuva
arrumar	carnaval	empregada	guarda-napo
assim	chave	empurrar	história
avental	chegar	engraçado	homem
avião	cheirar	então	igual
balão	cheiroso	enxugar	janela
banco	chover	esconder	jogar
banho	comida	falar	lamber

laranja	orelha	precisar	sabão
lavar	pa	prender	se (conjunção)
lenço	panela	prestar	subir
limpa	pano	preto	tirar
lixo	pasear	professor	todo
lua	pentear	pronto	tudo
mãe	perto	quarto (substantivo)	ué !
mamão	pescoço	quarto (substantivo)	unha
manga	piano	quem	urso (brinquedo)
mar	pintar	quente	varrer
mesmo (advérbio)	pinto	rasgar	velocípede
mim	ponta	rate.	vermelho
nada	pôr	riscar	vestir
navio	porção	roda	voltar
novo	porta	roupa	xicara
oh !	prato	rua	

VOCABULÁRIO ACRESCIDO DOS 48 AOS 59 MESES

a (pronome)	beliscão	casca	custar (demorar)
acordar	beliscar	cenoura	de
agulha	bem	cestinha	descalço
ainda	berço	céu	descascar
almofada	bica	chocolate	descer
amarelo	bicicleta	chorão	desenho
amassar	bico	chuchu	desmanchar
amigo	boi	chuva	desse
anos (fazer)	bolsa	cobra	deste
apanhar	borboleta	cobrir	dia
apitar	borracha	coçar	difícil
apito	brasileiro	colchão	direito (bem)
aquele	briga	começar	doente
aquilo	brigar	comprar	dois
armário	caber	comprido	eh !
arrebentar	cabo	concha	elefante
árvore	cacho	copo	em-baixo
asa	cada	cor	em-cima
até	calor	corpo	emprestar
atrapalhar	caminhão	correr	enfiar
atrás	camisa	coser	enrolar
avó	caneca	cozinha	esbarrar
azedo	cançado	cozinhar	escada
baixo	cantar	cozinha	escangalhar
balanço	capim	criança	escola
balde	carregar	cruz	escuro
bandeira	carta	cuspe	espelho
barulho	casaquinho	cuspir	espetar

faca	magro	pintura (do rosto)	sede
ferro	mala	pipoca	sem
fino	mandar	pisar	sempre
fogão	martelo	planta	serrar
fome	mato	plantar	sobremesa
frente	medo	portão	sol
frio	misturar	pouco	soldadinho
fugir	molhado	praia	sombra
fundo	morro	primeiro	sono
ganhar	mosquito	procurar	sorvete
garfo	mostrar	polar	sozinho
gaveta	mulher	pulo	tamanho
gritar	nesse	puxar	tambor
irmão	neste	quando	tapete
jantar	ninho	quanto	telefonar
jardim	óculos	quase	telhado
jogo	ônibus	quintal	tesoura
jornal	ouvir	rabiscar	toalha
lado	pai	rádio	tomate
leiteiro	papagaio (brinque-	redondo	tosse
lindo	do)	relógio	trépar
lixeiro	parar	rio	triste
logo	passar (a ferro)	rir	umbigo
longe	passarinho	risco	vaca
lugar	pasta (de dente)	rodar	velho
luz	pato	rosa	ventar
maçã	pedir	sabonete	vez
macaco	peito	saia	vidro
macarrão	pena (de ave)	sapo	voar
madrinha	perder	seco	

VOCABULÁRIO ACRESCIDO DOS 60 AOS 71 MESES

a (preposição)	apertar	barrigudo	chinelos
abacate	aprender	bife	cimento
abacaxi	areia	blusa	cinto
abaixar	arrepinado	bolso	claro
abraçar	assobiar	cabrito	coco
abraço	azul	caminho	cola
acender	bacia	canoa	colar
adiantar	baiana (fantasia)	carretei	colcha
agüentar	bandeja	carvão	comadre (brinque-
alface	banheiro	casado	do)
algodão	baratinha (auto-	casar	contar
alto	móvel)	cavar	copa
altura	barbante	cedo	coqueiro
amendoim	barraquinha	chaminé	corda

cor de rosa	garagem	ninguém	roubar
corrente	garoto	nó	roxo
cortina	gasolina	noite	ruim
crescer	gasolina	nosso	sal
criadinha	gelo	nu	sala
curto	goiaba	num	salada
dali	goiabada	nunca	sangue
debaixo	guiar	nuvem	se (var. pron.)
demorar	hoje	ossinho	servir
descançar	hora	ou	soprar
desenhar	hum !	padaria	surra
devagar	igreja	padeiro	táboa
disso	jarro	padrinho	tampa
dobrar	joelho	pagar	tanque
dobrinha	junto	palito	tanto
duro	laço	papagaio (animal)	tão
embrulhar	lama	parecer	tarde
embrulho	laranjada	partir (verbo)	teimar
em volta	lembrar	passar	teimoso
encher	limão	pata	telefone
enfeitar	linha	pera	tijolo
enfeite	liso	peru	tinta
engulir	maduro	pesado	torto
errado	maior	pescar	tossir
escutar	mal (advérbio)	peessoa	trabalhar
espiar	manhã	picadinho	travesseiro
esquecer	manso	pinxel	três
estrela	máquina	pingo	trocar
farinha	matar	pombo	valer
favor	medroso	porco	varanda
feira	melhor	prego	vaso
festa	menor	provar	vento
fingir	mentira	pulseira	verdade
fósforo	milho	qual	verde
frita (batata)	mole	quatro	visita
fumaça	morar	queijo	visitar
furar	morrer	queimar	vizinho
galho	muro	quitanda	zangar
galinheiro	nadar.	raio	
galo	naquele	raiz	
gangorra	nascer	regar	

VOCABULÁRIO ACRESCIDO DOS 72 AOS 83 MESES

abelha	careca	formar (fila)	mulato
acertar	caroço	forte	Natal
adivinhar	carreira	fraco	nele
ajudar	carroça	fralda	nem
alfinete	cerca	gastar	ninar
alguém	certo	gigante	nós
almoço	cerveja	graça	número
aluno	charuto	grade	ocupado
amanhã	chifre	grampo	obrigado
amolar	cinco	gravata	onça
antes	cinema	grosso	onda
aonde	coberta	grudar	ontem
aparecer	(substan-	guarda-vestido	ora !
apartamento (casa	tivo)	inchar	palmeira
de)	cócegas	instantinho	parecido
apontador	compra	jeito	parede
apostar	continuar	juntar	passageiro
arco (brinquedo)	conversar	lã	passagem
armazém	costas	ladrão	pastel
arranjar	crespo	lâmpada	pena (dó)
arrastar	cuidado	largo	pensar
assustado	daquilo	leão	pera
assustar	demais	ler	perguntar
atirar	derrubar	letra	pestanda
atrasado	desarrumar	licença	pião
aviador	descobrir	louça.	picar
bambu	diferente	louro	pingar
bananeira	direita	luva	pintado
banheira	dono (proprietário)	macio	pires
barato	dum	mancha	podre
bengala	duvidar	manchar	polícia
bocado	encostar	marcar	ponte*
bote	enganar	marinheiro	ponto
brilhar	entregar	marron	poste
brinco	errar	massa	preguiça
caderno	escorregar	mata-borrão	preso
caixote	escova	meio	quadro
calçada	espalhar	menos	queixa
camiseiro	esquentar	merenda	raiva
campainha	esquerda	mesmo (adjetivo)	ralhar
campo	estudar	minhoca	reboque
cana	fácil	mobília	regador
cano	ferida	molecada	régua
canto	fio	monte	remar
capa	fogueira	moringa	remédio
capote	força	mudar	renda

resfriado	seis	tonto	último
responder	sentir	torre	varinha
resto	sobrancelha	trabalhador	vela
rezar	soltar	trabalho	vender
rosca	tamanco	trazer	vergonha
rosto	tapar	tremer	vinho
santo (imagem)	tempo	trilho	volta
sardinha	tigela	trinco	zangado
seda	tiro	tronco	

VOCABULÁRIO ATIVO GERAL DOS 72 AOS 83 MESES

a (art.)	almofada	armazém	balde
a (pron.)	alto	arranhar	bambu
a (prep.)	altura	arranjar	banana
abacate	aluno	arrastar	bananeira
abacaxi	amanhã	arrebentar	banco
abaixar	amarelo	arrepinado	bandeira
abelha	amarrar	arroz	bandeja
abotoar	amassar	arrumado	banheira
abraçar	amendoim	arrumar	banheiro
abraço	amigo	árvore	banho
abrir	amolar	asa	barata (animal)
acabar	andar	assim	baratinha (auto- móvel)
acender	anel	assobiar	barato
acertar	anos (fazer)	assustado	barbante
achar	antes	assustar	barco
acordar	ao	até	barraquinha
açúcar	aonde	atirar	barriga
adeus	apagar	atrapalhar	barrigudo
adiantar	apanhar	atrás	barulho
adivinhar	aparecer	atrasado	batata
agora	apartamento (casa de)	automóvel	bater
água		avental	bebê
agüentar	apertar	aviador	beber
agulha	apitar	avião	beijar
ah !	apito	avó	beijo
ai i	apontador (de lap.)	azedo	beleza
ainda	apostar	azul	beliscão
ajudar	aprender	babá	beliscar
alface	aquele	bacia	bem
alfinete	aqui	baiana (fantasia)	bengala
algodão	aquilo	baixo	berço
alguém	aranha	bala	bica
ali	arco (brinquedo)	balançar	bicho
almoçar	areia	balanço	bicicleta
almoço	armário	balão	

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

bica	caixa	cestinba	comida
bife	caixote	céu	comigo
biscoito	calça	chamar	como
blusa	calçada	chaminé	compra
bobo	calor	chão	comprar
boca	cama	chapéu	comprido
bocado	caminhão	charuto	<i>conda</i>
boi	caminho	chave	contar
bola	camisa	chegar	contente
bolo	camiseiro	cheio	continuar
bolsa	camisola	cheirar	conversar
bolso	campanha	cheiro	copa
bom	campo	cheiroso	copo
bonde	cana	chifre	coqueiro
boneco	cano	chinelo	cor
bonito	caneca	chocolate	corda
borboleta	canoa	chorar	cor de rosa
borracha	cansado	chorão	corpo
botão	cantar	chover	corrente
botar	canto	chuchu	correr
bote	capa	chupar	cortina
braço	capim	chupeta	coser
branco	capote	chuva	costas
Brasil	cara	cimento	cozinha
brasileiro	careca	cinco	cozinhar
briga	carnaval	cinema	cozinha
brigar	carne	cinto	crescer
brilhar	caroço	claro	crespo
brincar	carregar	cobertura (subst.)	criadinha
brincadeira	carreira	cobra	criança
brinco	carretei	cobrir	cruz
brinquedo	carro	coçar	cuidado
buraco	carroça	cócegas	curto
buscar	carta	côco	cuspe
cá	carvão	coelho	cuspir
cabeça	casa	coitado	custar (demorar)
cabelo	casado	cola	daí
caber	casaiquiho	colar	dali
cabo	casar	colcha	dansar
cabrito	casca	colchão	daquele
cache	cavalo	colher	daqui
cachorro	cavar	colo	daquilo
cada	cedo	com	dar
caderno	cenoura	comadre (brinque- do)	de
cadeira	cerca	comer	debaixo
café	certo	começar	dedo
cair	cerveja		

deitar	ele	este	fundo
deixar	elefante	estrela	furar
dele	em	estudar	galho
demais	embaixo	eu	galinha
demorar	embora	faca	galinheiro
dentada	embrulhar	fácil	galo
dente	embrulho	falar	ganhar
dentro	era cima	faltar	gangorra
depois	empregada	farinha	garage
depressa	emprestar	favor	garfo
derrubar	empurrar	fantasia (de car- naval)	garoto
desarrumar	em volta	fazer	garrafa
descalço	encher	fechar	gastar
descançar	encostar	feijão	gato
descascar	enfeitar	feito	gaveta
descer	enfeite	feira	gasolina
descobrir	enfiar	ferida	gelo
desenhar	enganar	ferro	gente
desenho	engraçado	festa	gigante
desmanchar	engulir	ficar	goiaba
desse	enrolar	figura	goiabada
deste	então	filho	gordo
devagar	entrar	gingir	gostar
dia	entregar	fino	graça
diferente	enxugar	fião	grade
difícil	ei nulo	fita	grampo
dinheiro	errar	flor	grande
direito	esbarrar	fogão	gravata
direito (bem)	escada	fogueira	gritar
disso	escangalhar	fogo	grosso
dizer	escola	folha	grudar
do	esconder	fome	guardar
dobrar	escorregar	fora	guarda-chuva
dobrinha	escova	força	guardanapo
doce	escrever	formar (fila)	guarda-vestido
dodóe	escuro	formiga	guiar
doente	escutar	forte	hein !
doer	espalhar	fósforo	história
dois	espelho	fraco	hoje
dona (tratamento)	esperar	fralda	homem
dono	espetar	frente	hora
dormir	espiar	frio	hum !
dum	esquentar	frita (batata)	igreja
c	esquerda	fruta	igual
eh !	esquecer	fugir	ih !
duro	esse	fumaça	inchar
duvidar	estar		instantinho

ir	lixeiro	medroso	nele
irmão	lixo	meia (peça de rou-	nem
isso	logo	pa)	nenem
isto	longe	meio	nesse
já	louça	melhor	neste
janela	louro	menino	ninar
jantar	lua	mesa	ninguém
jardim	lugar	menos	ninho
jarro	luva	menor	no
jeito	luz	mentira	nó
joelho	maçã	merenda	noite
jogar	macaco	mesmo (adj.)	nome
jogo	macarrão	mesmo (advérb.)	nós
jornal	machucar	meu	nosso
juntar	macio	mexer	novo
junto	maduro	milho	nu
lá	mãe	mim	num
lã	madrinha	minhoca	número
laço	magro	misturar	nunca
lado	mais	mobília	nuvem
ladrão	maior	moça	o (art.)
lama	mal (advérbio)	mole	oh !
lamber	mala	molecada	obrigado
lâmpada	mamadeira	molhado	óculos
lápiz	mamãe	molhar	ocupado
laranja	mamão	monte	olhar (verbo)
laranjada	mamar	morar	olhos
largo	mancha	morder	onça
lata	manchar	moringa	onda
lavar	mandar	morrer	ônibus
leão	manga	morro	ontem
leite	manhã	mosca	ora ! (excl.)
leiteiro	manso	mosquito	orelha
lembrar	manteiga	mostrar	ossinho
lenço	mão	mudar	ou
ler	mar	muito	outro
letra	marcar	mulato	ouvir
levar	marinheiro	mulher	ovo
licença	marrou	muro	pá
limão	martelo	nada	padaria
limpar	máquina	nadar	padeiro
limpo	massa	não	padrinho
lindo	mata-borrão	naquele	pagar
língua	matar	nariz	pai
linha	mato	nascer	palito
liso	me	Natal	palmeira
livro	medo	navio	panela

pano	piano	pular	risco
pão	pião	pulo	roda
papagaio (anim.)	picadinho	pulseira	rodar
papagaio (brinq.)	picar	puxar	rosa
papai	pincel	quadro	rosca
papel	pingar	qual	rosto
para	pingo	quando	roubar
parar	pintado	quanto	roupa
parecer	pintar	quarto (subst.)	roxo
parecido	pinto	quase	rua
parede	pintura (do rosto)	quatro	ruim
partir (o pão)	pipoca	que	sabão
passageiro	pires	quebrar	saber
passagem	pisar	queijo	sabonete
passar (a ferro)	planta	queimar	saia
passar	plantar	queixa	sair
passarinho	poder	quem	sal
passrear	podre	quente	sala
pasta (de dente)	polícia	querer	salada
pastel	pombo	quieto	sangue
pata	ponta	quintal	santo (imagem)
pato	ponte	quitanda	sapato
pau	ponto	rabo	sapo
pé	por	rabiscar	sardinha
pedaço	pôr	rádio	se (conj.)
pedir	porção	raio	se (var. pron.)
pedra	porco	raiva	seco
pegar	porque	raiz	seda
peito	porta	ralhar	sede
peixe	portão	rasgar	segurar
pena (dó)	poste	rato	seis
pena (de ave)	pouco	reboque	sem
pensar	praia	redondo	sempre
pente	prato	regador	sentar
pentear	precisar	regar	sentir
pequenino	prego	régua	ser
pera	preguiça	relógio	serrar
perder	prender	remar	servir
perguntar	presente	remédio	seu
perna	preso	renda	sim
perto	prestar	resfriado	só
peru	preto	responder	sobrancelha
pesado	primeiro (adv.)	resto	sobremesa
pescar	procurar	rezar	sol
pescoço	profesor	rio	soldadinho
pessoa	pronto	rir	soltar
pestanda	provar	riscar	sombra

sono	ter	trépar	vento
sopa	terra	três	ver
soprar	tesoura	trilho	verdade
sorvete	tigela	trinco	verde
sozinho	tijolo	triste	vergonha
subir	tinta	trocar	vermelho
sujar	tio (antes do nome)	tronco	vestido
sujo	titio	tudo	vestir
surra	tirar	ué !	vez
táboa	tiro	último	vidro
tamanco	toalha	um	vinho
tamanho	todo	umbigo	visita
também	tomar	unha	visitar
tambor	tomate	uva	vir
tampa	tonto	urso (brinquedo)	virar
tanque	torre	vaca	vizinho
tanto	torto	valer	voar
tão	tosse	varanda	você
tapar	tossir	varinha	volta
tapete	tostão	varrer	voltar
tarde	trabalhador	vaso	vovô
teimar	trabalhar	vassoura	xicara
teimoso	trabalho	vela	zangado
telefonar	travesseiro	velho	zangar
telefone	trazer	velocípede	
telhado	tremer	vender	
tempo	trem	ventar	

PASSADO E PRESENTE DE NOSSO ENSINO INDUSTRIAL

JOÃO LUDERITZ
Do Serviço Nacional de Aprendizagem
industrial

Será interessante examinar de relance como evoluiu entre nós o ensino industrial, desde as tentativas vacilantes do Império, até às conquistas decisivas da atualidade.

Datam do principio do século passado as primeiras iniciativas no Campo do ensino profissional no Brasil. Não passaram elas, entretanto, nos primeiros decênios da Independência, de projetos de lei, nunca realizados, apresentados às assembléias legislativas e de tentativas esparsas, levadas a efeito nos orfanatos, onde se ensinavam aos menores desamparados, por processos empíricos, os ofícios mais modestos, como alfaiataria, marcenaria e ferraria.

Outra não poderia, aliás, ter sido a situação do país, desprovido de indústrias, numa época em que predominava a mão de obra escrava e em que o trabalho manual era tido como inferior e deprimente, exercido somente pelos desprotegidos da fortuna.

Entre as mais antigas instituições, que se incumbiram de ministrar instrução profissional aos meninos desvalidos por elas abrigados, cumpre citar a "Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim", da Bahia, fundada em 1799 e instalada mais tarde em amplo edifício, que lhe foi doado por D. João VI, por intermédio do Conde de Palma.

Na segunda metade do século XIX aumenta o interesse pelo ensino profissional.

Surgem, então, já sem o caráter de orfanato, os Liceus de Artes e Ofícios.

O primeiro desses estabelecimentos foi instalado em 1856, no Rio de Janeiro, pela Sociedade Propagadora das Belas Artes, que deve a sua existência à iniciativa do arquiteto Francisco Joaquim Bittencourt da Silva e ainda hoje funciona com elevada frequência. Aparecem, depois, os Liceus de Artes e Ofícios da Bahia e de São Paulo. Este último foi

fundado em 1873, pelo conselheiro Leôneio de Carvalho, tendo sido reorganizado pelo engenheiro Ramos de Azevedo, que o transformou na florescente instituição, que ainda é hoje. Seguiram-se fundações análogas em Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco e outros Estados, que não lograram todavia grande desenvolvimento.

Esses Liceus, além da aprendizagem rudimentar dos ofícios de sapataria, alfaiataria, ferraria, marcenaria, encadernação e tipografia, ensinavam desenho e pintura e mantinham cursos noturnos de alfabetização para operários.

O exemplo, dos Liceus de Artes e Ofícios foi seguido por muitas outras instituições privadas.

Entre essas merecem especial menção os estabelecimentos de ensino profissionais instalados pelos padres salesianos em vários Estados, dos quais o mais antigo foi o Colégio de Artes e Ofícios Santa Rosa, em Niterói, fundado em 1883 e que é hoje a Escola Industrial Dom Bosco.

A braços com a falta de operários habilitados nos Arsenais de Guerra e da Marinha, o Governo Imperial tomou, por sua vez, nessa segunda metade do século XIX, a primeira iniciativa positiva no campo da aprendizagem industrial. Foram criadas, nos Arsenais do Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco e Bahia, as "Companhias de Aprendizes Artífices". Não se tratava, é bem de ver, de aprendizagem metódica dos ofícios, não havia a preocupação, sequer, de alfabetizar os menores. Não obstante, não pode deixar de ser reconhecida a sua eficácia relativa de acordo com a época.

Com o desaparecimento, para o fim do século, da florescente indústria de construção naval e de fabricação de material bélico, foi extinta, em 1899, essa útil iniciativa.

Em 23 de setembro de 1909, foi instituído o ensino profissional oficial, no Brasil, por Nilo Peçanha, pelo decreto n.º 7.566, que criava, nas capitais dos Estados. Escolas de Aprendizes Artífices, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Esse decreto previa o funcionamento, em cada escola, de cinco oficinas. Haveria, ainda, um curso primário e outro de desenho, destinados, aquele, aos alunos que ainda não soubessem ler e escrever, e este, aos que carecessem dessa disciplina. Essas escolas foram instaladas, em seguida, passando desde logo a funcionar. Os edifícios escolares e sobretudo as instalações deixavam, todavia, muito a desejar. Escasseavam os bons mestres. Os alunos, de acordo com a recomendação da lei e em obediência aos preconceitos que tios vinham do século passada, eram recrutados entre os mais

desfavorecidos da fortuna, resultando daí uma freqüência muito irregular que se mantinha, em regra, a menos de 50% da matrícula. Esses fatores, aliados aos processos empíricos de aprendizagem, tornavam as escolas pouco eficientes.

Coincidindo com o ato do presidente Nilo Peçanha, a Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul, por iniciativa de João Simplício Alves de Carvalho, fundava, em 1909, em Porto Alegre, um Instituto Profissional Técnico. Esse estabelecimento foi considerado, por lei federal, para todos os efeitos, como equiparado às Escolas de Aprendizes Artífices e subvencionado com importância igual à dotação que aquelas escolas tinham no orçamento da União. Com o intuito de imprimir desde logo, ao novo estabelecimento, uma orientação adequada, a Escola de Engenharia de Porto Alegre resolveu, em 1909, enviar, às suas expensas, um dos seus engenheiros aos Estados Unidos e à Europa, para estudar os processos de ensino profissional nos diversos países. Resultou dessa viagem o contrato de numerosos técnicos estrangeiros e a aquisição de material, que transformaram o Instituto Profissional Técnico do Rio Grande do Sul, em estabelecimento de primeira ordem. Passando a denominar-se Instituto Parobé, demonstrou larga eficiência, atingindo a matrícula em seus diversos cursos prevocacionais e técnicos, a cerca de 700 menores.

Numerosos alunos concluíram os cursos do estabelecimento dos quais alguns fizeram, com auxílio de bolsas, estágio de especialização na Europa e hoje ocupam cargos de direção em várias indústrias e órgãos técnicos do país.

O Estado de São Paulo seguia de perto o do Rio Grande do Sul, na implantação do ensino profissional metódico, criando, em 1911, as Escolas Profissionais Masculina e Feminina da Capital e, posteriormente, as de Jacaré, Amparo, Rio Claro, Franca, Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba, Mococa, São Carlos e Santos. Sob a orientação de Aprigio Gonzaga e Horácio da Silveira essas escolas tomaram rápido incremento. A eficiência de seu ensino é atestada por numerosos alunos diplomados, que exercem a sua atividade na indústria e no ensino industrial.

No Distrito Federal, por sua vez, Azevedo Sodré organiza um eficiente sistema de escolas técnico-profissionais. Instalam-se as Escolas João Alfredo, Souza Aguiar, Bento Ribeiro, Orsina da Fonseca, Riva-dávia Corrêa, Visconde de Mauá, Visconde de Cairtíi Paulo de Frontin e Santa Cruz.

Nessa mesma época, surge também, em Belem do Pará, um estabelecimento profissional de extraordinário mérito: o Instituto Lauro Sodré.

Enquanto no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Distrito Federal e em outros Estados, o ensino profissional tomava rápido desenvolvimento. as Escolas de Aprendizes Artífices Federais continuavam com sua orientação primitiva, Ministrava-se apenas ensino primário e proporcionava-se uma aprendizagem rudimentar dos ofícios.

Reconhecendo essa situação, o ministro da Agricultura Ildefonso Simões Lopes resolveu, em 1920, realizar a remodelação dessas escolas. Iniciou-se a reforma pelos edifícios, de modo a dotar as escolas de boas salas de aula e de oficinas bem aparelhadas. Contrataram-se mestres e diretores, reformaram-se as instalações das oficinas existentes e montaram-se outras; publicaram-se livros de texto sobre trabalhos de oficina e desenho, adquiriu-se material escolar e didático para ser distribuído gratuitamente entre os alunos. Foi dada orientação mais técnica aos cursos e melhorado o ensino com a expedição de programas e a instituição de fiscalização periódica. Criou-se a merenda escolar e destinou-se uma verba para custear as roupas de trabalho e os uniformes dos alunos pobres para os dias festivos.

Essas medidas contribuíram eficazmente, para elevar a mais de 6.000 alunos a matrícula nas escolas federais, aumentando consideravelmente a sua eficiência.

Enquanto procedia à reforma das Escolas de Aprendizes Artífices, o ministro Ildefonso Simões Lopes, no propósito de atender com presteza à falta de braços na incipiente indústria de máquinas, promoveu a criação dos cursos de mecânica prática. Esses cursos, cujo funcionamento era regulado pelas instruções baixadas em portaria ministerial, de 23 de maio de 1921, seriam instalados em instituições existentes, mediante acordo com o Ministério da Agricultura, que fornecera as verbas de aquisição de máquinas e de custeio.

Embora os resultados imediatos dessa iniciativa não fossem grandes, ela constituiu, todavia, como muitas outras dessa época, uma contribuição valiosa para a estruturação do ensino profissional, cujos frutos seriam mais tarde, colhidos.

Integrado pelos elementos constantes de um desses cursos de mecânica prática, do que funcionava anexo ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, surgiu, em 1924, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. Sob a direção eficiente do engenheiro Roberto

Mange. essa notável instituição, que em breve iria estender a sua ação a todas as ferrovias do país, realizou, pela primeira vez no Brasil, a seleção de aprendizes por processos modernos e deu orientação racional à aprendizagem, em oficinas escolares, instaladas adequadamente, junto às oficinas ferroviárias.

A revolução de 30, que viria trazer ao país uma excelente legislação social de assistência e previdência ao trabalhador, encontrou ambiente propício ao estabelecimento de normas seguras e fundamentalmente nacionais para a formação do operariado.

De acordo com as elevadas diretrizes do governo do presidente Getúlio Vargas, o ministro Gustavo Capanema elaborou, em 1942, a lei orgânica do ensino industrial, obra de envergadura notável, que com as suas leis complementares, concretizou as aspirações máximas do país, em matéria de ensino industrial.

Abrange a nova legislação todos os setores do ensino industrial, compreendendo a formação de técnicos, mestres e operários, para a indústria, bem como o preparo de professores especializados para este ramo de ensino.

A formação de operários é realizada em três tipos de cursos distintos: os cursos industriais, os cursos artesanais e os cursos de aprendizagem.

Atribuiu a lei a incumbência de ministrar as diversas modalidades desse ensino, com exceção da aprendizagem industrial e do ensino artesanal, às escolas federais e aos estabelecimentos equiparados e reconhecidos.

A regulamentação das escolas artesanais acha-se em elaboração.

A organização e a manutenção dos cursos de aprendizagem, destinados a ensinar, metódicamente, o seu ofício aos aprendizes da indústria, ficaram a cargo da Confederação Nacional da Indústria, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado para esse fim, por lei especial, em 1942. O SENAI já conta com 51 escolas, onde estão matriculados mais de 13.000 aprendizes e operários.

A fim de atender às modalidades de ensino industrial, de que se incumbiu, o Governo Federal instituiu, desde Pelotas, no Rio Grande do Sul, até Manaus, no Amazonas, 14 escolas técnicas e 10 escolas industriais, em substituição às 20 escolas profissionais da União existentes no país, onde se acham matriculados mais de 5.000 alunos de diversas categorias.

A fim de dotar essas escolas de prédios e instalações adequadas foi elaborado um amplo plano de construções e de compra de máquinas, em cuja execução já foram aplicados mais de 50 milhões de cruzeiros. Entre as novas edificações levantadas, destacam-se as da Escola Técnica Nacional. Com as suas modernas instalações e seu eficiente professorado nacional e estrangeiro, esta Escola está plenamente habilitada a cumprir, com brilhantismo, o seu programa de preparar os operários e técnicos de que tanto necessitamos, para aproveitar os nossos inesgotáveis tesouros de matérias primas.

Eis o panorama que se nos depara no setor de educação técnica do operariado brasileiro, marchando em paralelo com as esplêndidas iniciativas governamentais de criação da indústria pesada, base do notável surto de industrialização racional, já perfeitamente esboçado para um futuro próximo.

A COLETA DA ESTATÍSTICA EDUCACIONAL (III)

GERMANO JARDIM

Do Serviço de Estatística de Educação
e Saúde.

ESCRITURAÇÃO ESCOLAR

A primeira condicional de uma estatística como a do ensino é a exatidão nas observações locais; a segunda é a pontualidade na transmissão dos informes a quem de direito. Precisão e rapidez devem ser constantes também na técnica e na lógica dos processos subseqüentes á simples obtenção dos dados primitivos.

Os registros escolares permanentes, de utilização imediata na administração do ensino, constituem a principal fonte de matéria prima a que recorreremos na estatística educacional. Particularmente elucidativos quanto à situação do aluno, no interesse deste e do estabelecimento de educação que frequenta, obedecem a preceitos legais próprios e atendem às necessidades primárias e secundárias da mesma estatística.

A inscrição das instituições escolares nos órgãos oficiais competentes e os registros contínuos do movimento didático, a fim de que as estatísticas pudessem ser levantadas nas requeridas condições de compreensão, veracidade e presteza, figuraram, por isso, no programa da 4.^a Conferência Nacional de Educação, reunida em 1931, da qual resultou o Convênio Interadministrativo, que considerou o assunto nas cláusulas quinta e sexta (1).

Mas, embora aí reconhecida muito conveniente a imediata uniformização desses registros, não se afigurou prudente fixar, então, normas e modelos definitivos, pelo que as Altas Partes Convencionantes se obri-

(1) Ver o capítulo deste trabalho o "Convênio Estatístico de 1931", em *a. n.º 3* desta Revista.

garam, apenas, a promover o aperfeiçoamento da escrituração já em prática, tanto oficial como particular, relativa aos ramos de ensino cujo levantamento estatístico se enquadrasse na respectiva competência, de forma a se tornarem as estatísticas exeqüíveis desde logo, na conformidade dos padrões determinados nas cláusulas nona, décima, décima primeira e décima segunda do Convênio.

Assentadas por esse instrumento legal obrigações recíprocas entre cada órgão regional e o federal, responsáveis pela execução das estatísticas escolares, de se prestarem esclarecimentos e a cooperação necessária com que pudessem contribuir para o êxito integral dos trabalhos, foram-se sucedendo os atos administrativos, novas disposições legislativas e instruções ulteriores, no sentido de substituir, racionalizar e sistematizar os registros básicos. E, assim, com as diferenciações necessárias e à luz de um melhor conhecimento do que já existia na matéria, se procurou desenvolver o esforço de retificação e adaptação de tais registros, atendendo a uma série de necessidades novas e tendo em vista a boa administração do ensino e a regularidade na prestação dos informes que interessavam aos serviços estatísticos.

Sem embargo da etapa tão brilhantemente percorrida nestes últimos doze anos, com largueza de movimentos e rumos definidos no empreendimento que se deliberou levar a cabo, ainda cumpre ir além, principalmente no que diz respeito ao disciplinamento das fontes informantes. Não que a estas hajam faltado orientação, assistência e o necessário controle por parte dos competentes órgãos da estatística e da administração do ensino. Ao contrário, com observância dos princípios estabelecidos pelo conhecimento e pelas aplicações práticas com base nos termos do Convênio, todas as Unidades Federadas promulgaram suas leis, ampliaram os meios de cooperação e fizeram expedir instruções fixando normas reguladores dos novos processos postos em execução.

Desde a simples, mas fundamental, exigência de inscrição obrigatória dos educandários, que se habilitassem a funcionar na forma da lei, à explanação minuciosa dos elementos que deviam ser escriturados, a tudo proveram os órgãos regionais e o federal, fornecendo aqueles, ainda, quanto a todo o ensino primário, e, em alguns casos, aos empreendimentos educativos privados, livros de registro, fichas, boletins e fórmulas diversas, a fim de que, sem demora apreciável além do tempo imprescindível para concatenar os fatos registrados à medida que se

produziam, se obtivesse a satisfação, pronta e correta, das indagações formuladas pela estatística.

Com esse mesmo objetivo, o órgão estatístico do Ministério da Educação, incumbido, em especial, da coleta dos elementos para a estatística do ensino não-primário, da síntese dessa estatística e dos cálculos globais do ensino primário para todo o país, também não poupou os cuidados e atenções de sua cooperação ativa, nem o concurso direto de seus funcionários especializados na matéria, os seus arquivos de material técnico. Com seus serviços em geral sempre estiveram franquidos não só ao magistério, propriamente dito, como a todos os administradores escolares e chefes de serviços interessados nas estatísticas educacionais. Na própria repartição, facilitou-se o estágio a funcionários dos órgãos regionais e com demonstrações práticas úteis aos professores em especial, prestaram-se esclarecimentos sobre como proceder à escrituração e às apurações imediatas.

Mas, realizando-se todo esse esforço em plena concordância com os princípios de cooperação e segundo as normas convencionais em vigor — e tão notáveis já são as conquistas no domínio público! — tanto assim que, jamais no campo atribuído ao S.E.E.S., e mui raramente no da competência das administrações regionais, se recorre às sanções cominadas em lei para os faltosos, preferindo-se, sim, o espírito conciliatório, o apelo à boa vontade e a consciência cívica dos informantes, — por que haveriam de subsistir fatores negativos em algumas unidades de registro e informação locais?

Se outra fosse a natureza dessas fontes, talvez se justificasse — por falta de discernimento, isenção de obrigação funcional de uns, ou incapacidade moral de outros — ocorressem aqui e ali certas lacunas. Mas o fato é que a coleta das estatísticas educacionais principia necessariamente num meio cultural onde tais deficiências são absolutamente incompatíveis com a relevante missão social das instituições em causa e com os deveres dos seus responsáveis ou informantes.

E não há como admitir que, num estabelecimento de educação, de qualquer grau e categoria, ainda se desconheça o quanto é proveitoso, aos dirigentes e à estatística administrativa, aos mestres e aos alunos, com vantagens próprias e em benefício da coletividade, manter a escrituração "sempre exata e sempre em dia" para os extratos periódicos, precisos e pontuais, donde "muitos elementos dessa documentação original, e outros, irão servir para elucidativos confrontos, a visão mais larga das

tarefas em curso, a apreensão dos mais complexos problemas da organização escolar" (2).

Em 1938, no curso de Informações instituído pelo I.B.G.E., o Prof. Lourenço Filho concluía um depoimento sobre "Estatística e Educação" dizendo:

"Até há pouco, os planos e as práticas de educação, por todo o mundo, viviam entregues ao domínio do arbítrio, da rotina ou da intuição. Foi, sem dúvida alguma, com a adoção dos novos processos estatísticos, para definição dos problemas de massa, e para análise dos problemas de técnica, que a educação pôde inaugurar uma nova fase, inscrevendo-se entre aquelas atividades humanas a que podem caber, no melhor sentido, a designação de "técnicas". Técnicas, porque capazes de verificarem as relações dos próprios fatos, que pretendem orientar e apreciar. Técnicas, porque capazes de admitirem a noção de medida dos fenômenos e a noção de pesquisa objetiva, ou científica e, na medida de suas conclusões, a capacidade de previsão nos resultados" (3).

Mas os processos de verificação objetiva dos resultados escolares, coletivamente aplicáveis, num e noutro sentido dessas técnicas, só alcançariam pleno desenvolvimento quando o material informativo básico pudesse ser uniformemente colhido em todas as escolas e nas demais fontes com elas relacionadas, segundo um plano assentado.

Nos Estados Unidos, no começo do século atual, sentia-se profundamente a falta desse material para as elaborações estatísticas e por essa época escreviam os Professores Dutton e Snedden: "E' de esperar que estejamos no começo de uma era de estudo da eficiência escolar, mas tais estudos terão primeiro que depender dos dados obtidos por pesquisadores especiais, pois os registros e relatórios do ensino existentes ainda provém pouquíssimas informações" (4).

As perspectivas eram, porém, de molde a encorajar os empreendimentos favoráveis à melhoria dos registros escolares de qualquer natureza naquele país, e o interesse pelas investigações com base nesses registros sistemáticos lá se desenvolveram de maneira considerável, prin-

(2) Editorial do n.º 6 desta Revista.

(3) *Estatística e Educação*, Revista Brasileira de Estatística, Ano I, (Janeiro-Março de 1940), N.º 1.

(4) Samuel Traiu Dutton and David Snedden, *The Administration of Public Education in the United States*, New York. The Macmillan Co. 1916, página 550.

principalmente depois de publicados os trabalhos desses autores e os de W. H. Allen. e amplamente divulgados os estudos científicos de Thorndike e outros. Não obstante isso, o problema da padronização geral dos levantamentos estatísticos nacionais, que na Federação Brasileira é um empreendimento de notáveis efeitos desde 1932, graças ao Convênio, ainda não teve solução na grande República do Norte. O controle do ensino acha-se disperso por todos os Estados e Territórios e a uniformização da coleta estatística, por muitos ideada para todo o país, nunca pôde realizar-se. E o que se sabe e é o que traduzem comunicações autorizadas: (5) "Federal participation in education is meager. Statistics on education in the United States, therefore, vary considerably from one jurisdiction to another. No two States collect from their local school units identical series of data. Variation in school laws makes educational comparisons among States and localities hazardous". E, a despeito do muito que o *Office of Education* tem podido produzir desde 1870, hoje, ainda, pela desatualização aliada ao grande volume e variedade das estatísticas (que tornam as sínteses nacionais extremamente difíceis, apontam-se entre as maiores necessidades a de "more frequent collection and more prompt publication of statistics". e a de "achievement of greater speed and uniformity in collecting and reporting educational information in the several States".

De Portugal. para falarmos de um país (6) onde até há bem pouco tempo a carência de estatística uniformemente preparadas não permitia obter-se uma visão de conjunto de tudo o que incidisse na categoria educacional, chega-nos neste momento *Estatística da Educação — Ano Letivo 1940-1941* (repare-se no período a que se refere o volume agora saído com 608 páginas) pelo qual se pode perfeitamente ver o

(5) *Statistical Activities of the American Nations*, Inter American Statistical Institute, Washington, D.C. 1941, págs. 519 e 521.

(6) Há muitos países que até agora não conseguiram apresentar estatísticas da educação, regional e internacionalmente comparáveis. Na América, felizmente, o Instituto Interamericano de Estatística, criado em 1940, já vem realizando estudos com vista a estabelecer a comparabilidade de resultados nesse e noutros setores especializados das estatísticas nacionais de todo o hemisfério. É inequívoco, quanto aos aspectos da estatística nacional do ensino, que o Brasil já tem um sistema em funcionamento que poderá, a esse respeito, constituir um sólido fundamento para as iniciativas dos demais países americanos em cooperação com aquela entidade. Ver objetivos do Instituto Interamericano de Estatística na obra citada e no órgão oficial do I.A.S.I. *Estatística* (ns. 1 a 7, já em circulação).

que não terá sido o esforço da coleta lusa. Estes tópicos da sua "Nota Introdutória" parecem bastante significativos:

"No conjunto o plano de notação comportou 21 modelos diferentes de mapas questionários dos quais 7 relativos aos ensinos infantil e primário, 5 ao ensino liceal, 3 ao ensino técnico profissional e 6 ao ensino superior.

O número de modelos de mapas questionários utilizados anteriormente era de 4.

Mas ao passo que no regime anterior Cada estabelecimento só utilizava um mapa de cada modelo, no novo, cada estabelecimento foi chamado a utilizar muitos mapas do mesmo modelo. Foi desse modo que se chegou aos números indicados atrás para cada estabelecimento e que se reuniram no Instituto cerca de 194.000 mapas.

Não se pretende que o regime seja perfeito e muito menos definitivo.

"... as anteriores estatísticas de instrução em Portugal têm um interesse comparativo muito reduzido e em mais de um caso completamente nulo.

Para isso contribuíram não só as vicissitudes que atravessaram os serviços de estatística e o critério de exposição adotado, mas também as modificações introduzidas na organização do ensino.

Mesmo para os últimos anos as dificuldades de comparação subsistem, tão díspares se revelam certos números.

Mas o que agora não se faz, não se desiste de vir a fazer no futuro com mais e melhor estudo".

Atualmente, entre nós, na esfera da administração federal, o órgão-público que promove, estimula ou controla a escrituração escolar em geral, regulando-a, suprimindo-a de instruções e modelos próprios (quando não fôr da competência privativa de outros Ministérios quanto a certos ramos especiais do ensino), ou apenas fornecendo sugestões e diretrizes, visando simplificar as tarefas comuns ou orientar observações particularizadas num plano mais seguro e coordenado, é o Ministério da Educação e Saúde:

— pelo Conselho Nacional de Educação e o Departamento Nacional de Educação, no que respeita às leis e regulamentos federais sobre

o registro e condições para funcionamento técnico e administrativo das instituições escolares e extra-escolares;

— pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no que se relaciona com os estudos e pesquisas dos problemas da vida educacional brasileira em geral;

— pelo Serviço de Estatística, em tudo que se refere aos padrões oficiais da coleta executada desde o Convênio de 1931.

Nos Estados, onde os serviços oficiais de direção geral da Educação, na maioria dedicados exclusivamente ao ensino primário, "apresentam os mais variados níveis de organização, segundo a evolução do sistema escolar e os recursos de que cada um venha dispor" (7), as normas e modelos dos registros escolares também acompanham essa evolução e se diferenciam de uma para outra Unidade Federada e, às vezes, numa mesma Unidade, do ensino estadual para o municipal e destes para o particular, muito embora colimando, entre outros elementos de utilização e finalidade variáveis de um para outro organismo neles interessado, os dados sistemáticos que servem de base à administração regional e aos cálculos gerais padronizados de responsabilidade da União.

Na diversidade dos modelos adotados pelas organizações estaduais para registrar ou recolher os dados nas próprias fontes de informação do ensino primário vêem-se, com denominações ou títulos diferentes: em uns Estados, livros distintos para matrícula, frequência e aproveitamento dos alunos; em outros, um único livro para a caracterização e registro de todo o movimento didático de qualquer escola; em outros, ainda, livros destinados a esses mesmos registros, mas diferenciados e com maior ou menor desenvolvimento segundo o tipo da escola (isolada, agrupada, grupo escolar). Estados há que organizam e fornecem livros especiais para o movimento escolar de instituições particulares; em alguns casos, são distribuídos um livro de "registro geral" para cada estabelecimento e tantos livros de "frequência, diário e ocorrências" quantas sejam as classes que funcionem no estabelecimento. São variáveis as características dos livros quanto ao formato, número de folhas, sistema colunar e espaços para a classificação e as indicações a consignar, bem assim a redação dos quesitos e regras para os diferentes registros, embora com as mesmas finalidades gerais em uns e outros Estados.

(7) Ver *A Administração dos Serviços de Educação*. Boletim n.º 12 do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1941.

Extremamente díspares são também as fórmulas avulsas para registros, extratos e diversas apurações locais (fichas, mapas, quadros, boletins mensais e anuais) variando, ao todo, de 7 a 18 modelos diferentes em cada Unidade Federada. De uma para outra Unidade difere a periodicidade de certos extratos dos registros permanentes, que interessam aos serviços técnicos ou ao controle administrativo das próprias organizações do ensino, sendo certo que as leis estaduais tratam do rigor e pontualidade com que as informações devem ser prestadas e das penas a impor aos infratores. Todavia, os prazos para os educandários devolverem, preenchidos, os instrumentos de coleta de dados, por intermédio das autoridades locais responsáveis pela fiscalização ou diretamente aos órgãos centrais de direção do ensino ou da estatística, estão condicionados aos limites que o Convênio Estatístico de 1931 fixou em suas cláusulas décima sexta e décima sétima.

Quando se realizou o Convênio, muitas eram as incertezas sobre os registros escolares, e talvez algumas ainda não hajam cessado. Na verdade, era cedo para proceder-se a uma transformação radical nesse ponto, tanto mais que em muitos aspectos da organização do próprio ensino não havia, como hoje ainda não há, critérios uniformes para todo o país. A prática da situação real era o que iria indicar como e por que meios ao alcance das próprias administrações regionais se deveria processar o aperfeiçoamento gradativo previsto no Convênio. Contanto que se obtivessem, em boas condições, desde logo, os dados básicos sobre os fatos da vida escolar objeto dos levantamentos estatísticos, o mais seria afastar paulatinamente o que restasse de empírico e, pelo conhecimento minucioso e freqüentemente reajustado num íntimo e contínuo entendimento dos serviços estatísticos com as administrações da educação, escoimar os registros de imperfeições ou de defeitos graves, enriquecê-los torná-los mais racionais e sistemáticos.

A documentação que vimos compulsando relativamente à escrituração escolar sugere-nos os esquemas, definições e comentários que a seguir faremos de uma variedade de instrumentos adotados por algumas das Unidades da Federação que se empenham em aperfeiçoar tais registros à medida que reorganizam os seus serviços técnicos e administrativos da educação.

Três são, entretanto, os títulos básicos dos registros originais, estáticos e dinâmicos, que interessam mais substancialmente à estatística educacional: "Caracterização do estabelecimento", "Matrícula" e "Fre-

qüência e aproveitamento". Começaremos pelo primeiro, que é precisamente por onde se inicia a coleta local:

-- NA CARACTERIZAÇÃO GERAL

- | | |
|---|--|
| <p>A FICHA PARA CADA
EDUCANDARIO REGISTRA</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1) o nome ou designação, a localidade e o endereço. 2) a dependência administrativa ou entidade mantenedora 3) as subvenções e auxílios que recebe (de quem e em que importância anual) <ul style="list-style-type: none"> a localização o agrupamento o sexo e a idade dos alunos 5) os cursos mantidos, seguido <ul style="list-style-type: none"> a extensão 6) o número de turnos e horários 7) as características do prédio ocupado e o aparelhamento escolar, especificando as condições de locação e utilização do imóvel e as instalações comuns e o equipamento técnico <ul style="list-style-type: none"> I- 8) todo o pessoal escolar empregado, por categorias, habilitação e funções, inclusive individuais específicas dos professores 9) quaisquer informações complementares características da natureza e do funcionamento da escola e suas instituições auxiliares e extra-escolares que interessem à administração educacional e às classificações da estatística (8). |
|---|--|

Os itens enumerados nesse esquema indicam essencialmente, em seu conjunto, elementos que devem ser fixados quanto à caracterização da Escola, definida esta como sendo todo estabelecimento, ou casa, ou ainda dependência de uma instituição qualquer, onde se ministre educação mediante organização e aparelhamento apropriados.

Para a descrição quantitativa e qualitativa desses elementos, orienta-se o professor pelas instruções, definições e modelos distribuídos, subentendido que o informante proceda às observações pessoais necessárias e conheça bem os detalhes da estrutura e objetivos da Unidade Escolar. Esta é toda organização em que se ministre determinado ensino em uma seriação ordenada de atividades didáticas ou educativas, podendo ser "autônoma", isto é, com direção própria (tendo ou não outras que lhe sejam anexas), ou "subordinada", isto é, anexa a outra escola (distinguindo-se neste caso qual o principal ramo de ensino no estabelecimento), ou a uma instituição não didática. O período em cada doze meses (em regra do mesmo ano do calendário e só interrompido

(8) Ver o esquema do capítulo deste trabalho "A Compreensão dos Inquéritos", em o n.º 3 desta Revista.

pelo interstício de férias) durante o qual funciona a unidade escolar constitui o Ano Letivo.

Como vários itens da escrituração obedecem a preceitos legais que regem a criação e o funcionamento regular das instituições de ensino, era natural se promovesse a articulação dos respectivos registros com outros estatisticamente padronizados, visando obter o máximo de resultado com o menor esforço possível no aproveitamento técnico das vantagens que apresentassem, quer para as combinações numéricas das apurações, quer para os diagnósticos globais dos técnicos analistas.

Examinemos agora os elementos do esquema, seguindo a respectiva numeração:

1) Pelas indicações a que se refere o item 1, a pessoa que preenche a ficha pode, em certos casos, completar facilmente quase todos os registros subordinados ao item 4, distinguindo, quando completa e suficientemente explícita a designação:

— a localização da escola: "urbana", se funcionar na sede do município. ou seja, na cidade propriamente dita; "distrital", se localizada em uma vila sede de distrito; e "rural", se situada fora da cidade ou vila. isto é, em povoado, fazenda, colônia, engenho, ou qualquer zona não reconhecida como sede de município nem de distrito;

— o tipo: se escola "singular" ou "isolada", "agrupada" ou "reunida", ou "grupo escolar", núcleos esses que, segundo o meio, os recursos disponíveis, as facilidades de transporte, etc, se organizam com base na distribuição e tendências de crescimento da população escolar das áreas a que devem servir, sem diminuição da eficiência mínima recomendável, variando, entretanto, de um Estado para outro, não só o número de classes, a capacidade de matrícula e as responsabilidades da direção de tais núcleos, como também os seus processos de escrituração, embora os elementos desta no fim sirvam aos mesmos objetivos de administração técnica da educação e venham a se enquadrar também nos resultados gerais que interessam à Estatística;

— a classificação segundo o sexo dos alunos: se escola feminina, masculina ou mista.

Independentemente das designações numéricas em série, usadas com Vantagem por numerosas administrações estaduais, um nome e endereço assim: "Escola Isolada Feminina da Vila Santo Estêvão — Sede Distrital n.º 5 — Município de Gimirim", por exemplo, forneceriam, por

si sós, os esclarecimentos para logo a seguir ser classificado o educandário tal qual o denotam as expressões "singular", "feminina" e "distrital". Mas, convém frisar, a denominação da escola nem sempre é completa e expressiva, ou, mesmo assim, pode não traduzir fielmente as condições de fato existentes. Cumpre ao informante, sobretudo quando este não fôr o próprio professor ou o responsável em contato quotidiano com a vida real do estabelecimento, recusá-la como única determinante do registro de tais particularidades e proceder às verificações que o esclareçam ao certo.

Nessa prevenção contra o erro, muitas vezes involuntário, reside a razão de ser de certas indagações diversamente repetidas no mesmo instrumento de coleta, as quais, embora pareçam supérfluas à primeira vista, são indeclináveis quando é mister fixar bem os atributos de alguma coisa para classificá-la com precisão. E' que nem sempre basta a simples dedução de palavras como no exemplo precedente. E' preciso muitas vezes observar certos fatos no local e por ângulos diferentes, antes de consigná-los nas fórmulas impressas, e quem se ocupa desses trabalhos tem de ser hábil no uso do raciocínio para assegurar-se, pelo exame crítico e lógico, da pureza dos dados que recolha diretamente na fonte ou compile em segunda mão (9).

2) Relativamente ao item 2, não sendo o estabelecimento mantido pelo governo estadual ou municipal, nem pelo federal, hipótese esta última que decorrerá do fato de existir, excepcionalmente escola primária regimental ou outra direta ou indiretamente na dependência da União, é designada a sociedade, fundação, empresa, fábrica, usina, instituição ou pessoa particular — a quem pertencer o estabelecimento. Neste último caso, em outros locais da ficha ou boletim apropriado a estabelecimento particular, especificam-se, também, o patrimônio, com as devidas discriminações e o registro dos respectivos valores, e, se não fôr gratuito o ensino, as taxas e mensalidades cobradas, entre outras indicações além das que se exigem sobre a situação e funcionamento das unidades escolares mantidas pelo poder público.

3) A informação, quanto ao item 3, é sempre consignada, ainda que negativa, tanto no estabelecimento público como no particular, a fim

(9) Ver o capítulo " técnica e Ética Profissiona na Estatística ", no trabalho do autor intitulado *A Estatística e o Desenvolvimento dos Serviços Públicos* (II), in *Revista do Serviço Público*. vol. I, n.º 3, março, 1944.

de permitir que a classificação geral do sistema escolar em conjunto possa distinguir, nessas duas categorias, os não subvencionados dos subvencionados e destes os que recebem auxílio do Município, do Estado, da União ou de entidade particular, ou de mais de uma dessas fontes, simultaneamente.

4) As indicações quanto ao item 4 foram apreciadas juntamente com as do 1. Falta apenas acrescentar que a classificação, segundo a idade dos alunos, no ensino primário geral atende ao seguinte:

— as unidades escolares "para crianças" são todas as que a estatística abrange no ensino pré-primário (tanto maternal como infantil e no fundamental comum, mais as de ensino supletivo que assim se classifiquem, isto é, exclusiva ou principalmente "para crianças");

— as unidades escolares "para adolescentes" são todas as classificadas como de "ensino complementar", mais as de "ensino supletivo" contando exclusiva ou principalmente alunos "adolescentes";

— as unidades escolares "para adultos" são apenas aquelas de "ensino supletivo" cujos corpos discentes forem constituídos exclusiva ou principalmente de "adultos".

5) Pelo que fornece o item 5, a escola é caracterizada segundo o funcionamento dos seus cursos. Pode ser unididática ou plurididática. Ocorre a primeira hipótese, quando o estabelecimento ministra um só Curso, ou seja um só conjunto de conhecimentos, ou seqüência de lições, teóricas ou práticas, sobre determinadas matérias ordenadas num sistema de ensino de finalidade autônoma e dadas num ou mais períodos anuais, em organização própria, — organização essa que constitui o que se definiu como unidade escolar. Na segunda hipótese, o estabelecimento tem mais de um curso e corresponde a tantas unidades escolares quantos os vários cursos que ministrar, os quais podem manter entre si relações de hierarquia ou de sucessão, como acontece exatamente no ensino primário geral, onde a cada aluno é facultado passar sucessivamente, melhorando de modo progressivo sua educação, pelos cursos — "maternal", "infantil", "fundamental" e "complementar". Os cursos cujo ensino é dado em um único "período letivo" têm um só "ano"; geralmente, porém, os "cursos" primários e a maior parte dos cursos não primários estão organizados em dois, três, quatro, cinco ou mais "anos" (a que se dá também o nome de "séries" ou "períodos"), a cada um dos quais correspondem determinadas matérias ou modalidades especiais

das mesmas matérias. Dadas certas divergências de nomenclatura e de extensão dos programas, que ocorrem de um para outro Estado, as condições reais de cada curso são sempre consideradas de modo a observar também as definições e a terminologia do Convênio Estatístico, qualquer que seja a denominação local do tipo de ensino que nele se ministre. Assim, a transcrição posterior de tais registros, atendendo às peculiaridades do sistema escolar do Estado, o qual pode adotar seus próprios instrumentos de coleta, mais ou menos pormenorizados, conterà todas as informações necessárias à apuração dos conjuntos tabulares fixados em virtude do Convênio para enquadrar a "estatística nacional do ensino".

6) No item 6 os elementos se referem ao Turno ou aos turnos diários que funcionam na unidade escolar. Há tantos turnos quantos os horários diferentes para turmas diferentes de alunos. Quando o tempo de funcionamento de uma escola se divide em dois "horários" ou "seções" para os mesmos alunos, isto é, quando estes recebem em comum o mesmo ensino em horários diferentes no mesmo dia, aí só há que registrar um único "turno". E' turno "da manhã" o que termina antes das 12 horas; o do "durante o dia" é o que se inicia antes e termina depois das 12 horas; e, o "da tarde" (vespertino ou noturno) é o que começa depois do meio dia, terminando a qualquer hora até às primeiras da noite. A pluralidade dos turnos tem por objeto, ou facilitar aos alunos a escolha do horário que lhe fôr mais conveniente, ou aumentar a capacidade da escola. Neste último caso, as condições que determinam a formação dos turnos, dependentes muitas vezes de fatores locais, geográficos e demográficos, subordinam-se também às facilidades materiais disponíveis na escola e a contingência de ordem administrativa e técnica, variando as circunstâncias que influem na sua organização, de um curso para outro e de um para outro Estado.

Sendo os turnos verdadeiros desdobramentos das unidades escolares neles estão os alunos distribuídos em classes, as quais, por sua vez, podem estar organizadas em diferentes níveis de aproveitamento desses mesmos alunos, a fim de dar melhor rendimento ao ensino. Classe, na acepção em que o termo foi tomado para efeito do Convênio, é todo grupo de alunos que recebe determinado ensino em comum, isto é, nas mesmas horas e salas, com o mesmo professor. Como se vê, classe aqui não é sinônimo de aula, como se usa na linguagem comum. É antes o grupo de alunos de um determinado ano do curso, que recebem

em comum as mesmas lições. E sendo assim, se alunos de anos diferentes receberem ensino do mesmo docente, na mesma sala, à mesmas horas, não formarão uma só classe, pois que o ensino não lhes é comum — constituindo, sim, tantas classes quantos os "anos" a que pertencerem. Donde decorre também que cada ano do curso, desde que tenha tido alunos em determinado "turno", formará nele ao menos uma "classe", por mais reduzido que seja o número dos seus discentes, o qual poderá mesmo (ainda que excepcionalmente, é claro) reduzir-se a um único.

7) As declarações subordinadas ao que indica o item 7 esclarecem se o estabelecimento funciona num único prédio, em dois ou em mais. qual o tipo da construção e quais as instalações comuns. Muitas vezes a escola, de organização modesta, só ocupa uma sala ou um pavilhão isolados. Há também as que se utilizam de uma ou mais dependências da casa ou prédio onde funciona. O prédio, ou pertence a quem mantém o educandário (governo, instituição ou pessoa particular), ou é cedido gratuitamente, ou é alugado. Qualquer dessas circunstâncias é registrada na ficha, e bem assim, nas duas últimas hipóteses, o nome da entidade proprietária, e o aluguel, etc, se fôr o caso. Nas edificações escolares amplas há salas de aula, salas especiais de ensino, salões gerais de auditórios, biblioteca, museu, salas de administração e serviços outros, além das áreas externas para recreio e para ginástica. Em certos casos e conforme as condições de utilização total ou parcial do prédio, os registros consignarão também a área ocupada em geral e as dimensões de cada dependência, as instalações higiênicas e de conforto, seguindo-se depois a especificação dos laboratórios, gabinetes didáticos e outros e os equipamentos técnicos, para fins diversos, do aparelhamento escolar.

8) As informações relativas ao item 8 abrangem o pessoal não docente e o docente. Sobre este, a especificação no quadro das atividades do ensino primário toma por base as seguintes definições do Convênio: Professores "catedráticos" são os professores principais do curso, isto é. os que — efetivos ou interinos, nomeados ou contratados — respondem ex-cátedra pela orientação do ensino ministrado. Professores "auxiliares" são os que funcionam sob a orientação dos "catedráticos". a quem auxiliam, tendo, em regra, designações específicas, tais como — "adjuntos", "substitutos", "estagiários", "suplentes", etc. Professores "normalistas" são os que possuem diploma do curso normal, não "norma-

listas" são os que não possuem esse diploma, ainda que já sejam alunos de um curso normal.

O pessoal não docente, também no ensino primário, é classificado em administrativo ou superior (diretor, sub-diretor, secretário, amanuense, etc), e subalterno (porteiro, serventes, guardas, zeladores, etc). Complementarmente, os registros indicam o sexo da pessoa responsável pela administração do estabelecimento assinalando se a mesma tem ou não o curso normal e se acumula as funções da diretoria com a regência de alguma cadeira. Para que não figure o mesmo titular duplamente nas estatísticas que resultam dos registros da caracterização dos estabelecimentos, o diretor ou outro elemento da administração que funcionar como professor do curso ou de um dos cursos do educandário, é computado unicamente no corpo docente, ficando, porém, expressa a outra qualificação sua, mas de modo que não implique em contagem posterior noutra parte. Com o mesmo objetivo, as anotações feitas ao relacionar o pessoal não docente, permitem excluir dos respectivos cálculos os professores que exerçam funções administrativas.

Eis três dos diversos modelos usados pelos Estados para a especificação do pessoal — a) em grupo escolar e b) e c) em escola primária de qualquer tipo (pública ou particular), — servindo os seus elementos informativos para fins administrativos e também para as indicações a resumir na ficha de caracterização e noutros instrumentos de transcrição de dados:

NOME	DOCENTE						NÃO DOCENTE (CARGO)	
	SEXO	HABILITAÇÃO	UNIDADE QUE LECIONA	É REGENTE DE		APROVEITAMENTO DOS ALUNOS QUE ENSINA		
				Ano	Classe	Promoções		Conclusões de curso

b) CORPO DOCENTE :

N.º de ordem	NOME DOS PROFESSORES	Sexo M/F	RESPONSABILIDADE			RESUMO DO PONTO							
			ANO	CLASSE	SERC.º	Licença com vac. (dias)	Licença sem vac. (dias)	Comparecimento (dias)		Faltas			
								Total	justif.	Total	n.justif.		

Observações
(Mod. mensal)

c) PROFESSORADO E PESSOAL ADMINISTRATIVO :

CARGO	N O M E S	Categoria ou classe	Sexo	É efetivo, substituto, interno ou contratado ?	Tem diploma de professor primário ?	Classe que regia ao encerrar o ano. (Os que não estavam em exercício, esclarecer o motivo).	Horário
Diretor							
Professôres							
"							
"							
Secretário							
Zelador							
Servente							
Jardineiro							
Etc.							

Mod. anual

No ensino elementar, médio e superior, excluído o primário geral, para atender às exigências dos formulários de transcrição, permitindo interessantes apurações numéricas e habilitando o Ministério da Educação a organizar um completo fichário do professorado nos vários ramos desse ensino, com o auxílio do qual fica em condições de responder utilmente às constantes solicitações que recebe, do país e do estrangeiro, de instituições diversas, relativamente a listas de nomes e endereços para fins de propaganda, remessa de livros etc, os registros de pessoal, entre outros necessários à administração, devem fixar os elementos para o oportuno preenchimento dos seguintes quadros da estatística:

PESSOAL NÃO DOCENTE QUE O ESTABELECIMENTO EMPREGA :

ESPECIFICAÇÃO	DO SEXO MASCULINO	DO SEXO FEMININO	TOTAL	ESPECIFICAÇÃO	DO SEXO MASCULINO	DO SEXO FEMININO	TOTAL
Direção e administração..				Pessoal subalterno.....			
Pessoal auxiliar do ensino..				Em geral.....			

NOMINATA DO CORPO DOCENTE, EM EXERCÍCIO OU NÃO :

NOMES COMPLETOS DOS PROFESSORES	SEXO (1)	IDADE (2)	NACIONALIDADE (3)	NATURALIDADE (4)	CATEGORIA (5)	SITUAÇÃO (6)	DIPLOMAS QUE POSSUI (7)

- (1) Basta lançar uma das letras H ou M — 2 Em 30 de junho. — 3 Indicar o país de que o professor fór cidadão nato ou naturalizado. — 4 Se a pessoa fór nascida no Brasil indicar a Unidade da Federação em que nasceu; no caso contrário, o país de origem. — (5) Indicar a designação própria do lugar occupado, isto é, se "professor catedrático", "substituto", "assistente", "livre docente", etc. — (6) Dizer se é efetivo ou contratado e, sendo efetivo, se está em exercício, licenciado, adido ou em disponibilidade. — (7) Indicar abreviadamente os títulos ou diplomas que possui cada professor.

Alguns Estados adotam também modelos especiais coletivos e individuais para professores públicos, mais do interesse das administrações regionais, em que são feitos assentamentos sobre o estado civil, a residência, a família, o grau profissional e o controle da eficiência didática de cada um e ainda sobre nomeações e remoções, vencimentos, elogios, penalidades, faltas e justificações, tempo de serviço, licenças, comissões e outros atos.

9) Há uma diversidade de interesses e de circunstâncias a que se condicionam as informações de cada educandário relativamente à compreensão do item 9. Não só o desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos sistemas de educação influi no número e na disposição dos quesitos comuns, como também as ocorrências de cada dia evidenciam novas situações e atividades até certo ponto registráveis num ou noutro local dos formulários. Estes procuram fixá-las sob critérios que em muitos aspectos variam de um para outro Estado, sendo, porém, notáveis os esforços no sentido de simplificar a escrituração, reduzindo-a sempre ao essencial.

Clubes de leitura, pelotões de saúde, organizações de escotismo, clubes esportivos, ligas de bondade, conjuntos orfeônicos, associações de pais, conselhos escolares, caixas e fundos escolares, ensino religioso, instrução militar, educação física, jornais, revistas, etc.. tudo está *atoas* ou menos minuciosamente previsto, conforme seja o ensino — público ou particular, primário ou não primário, comum ou especializado, — nos impressos de caracterização que circulam, nos quais há ainda um espaço para o histórico e outras informações também julgadas úteis ao conhecimento de todo o conjunto intra e peri-institucional de cada unidade escolar.

A ficha com quesitos, linhas, quadrículas, chaves, tabelas e quadros impressos nos dois lados, em correspondência com os itens do esquema analisado, geralmente é preenchida em triplicata (uma via para o fichário do estabelecimento, uma para a repartição de estatística e outra para o inspetor ou autoridade local a quem cabe dar-lhe destino na forma da lei) ao iniciar a escola o seu primeiro exercício de atividades, sendo as ocorrências, que importem em alteração do documento original, comunicadas aos órgãos competentes no fim desse e dos exercícios seguintes. O processo é prático apenas quando as unidades escolares têm organização estável, ou quando, em virtude de serem raras e insignificantes as inovações, criações, acréscimos ou supressões, se exclui a ne-

cessidade do preenchimento de todos os itens da mesma ficha periodicamente ; além do que, apresenta variações nos diferentes Estados. Em uns, além dessa ficha, ou mesmo quando não a adotam, reservam-se as primeiras páginas do livro ou caderno da matrícula para a caracterização do estabelecimento, sendo que em vários casos, conforme o sistema de controle em vigor, esse livro ou caderno é remetido no fim do ano letivo à repartição regional de estatística educacional ou de administração do ensino, que o devolve à escola após as necessárias verificações feitas em cotejo com as informações prestadas durante o período. Em outros, há um boletim especial exclusivamente para a caracterização, a ser preenchido na unidade escolar ao começar esta a funcionar e, depois, periodicamente. Para a inscrição "gratuita e obrigatória" de novos estabelecimentos, é também distribuído um formulário em que o responsável, solicitando o registro oficial de acordo com as normas vigentes, declara haver convenientemente respondido os itens das páginas seguintes do mesmo impresso, os quais correspondem justamente à caracterização em apreço. Em quase todos os Estados, porém, usam ou não ficha para a caracterização local, esses itens integram a primeira e a segunda folhas do modelo convencional padronizado, ou, à falta deste, a primeira parte das fórmulas que sejam adotadas para o extrato periódico dos dados do movimento didático em conformidade com aquele. Deste modo, a caracterização do estabelecimento, com alterações ou não, quanto aos elementos fornecidos em época anterior, acompanha invariavelmente as demais informações estatísticas mensais, trimestrais, semestrais ou anuais, e serve assim a verificações dos registros permanentes na repartição central.

A seguir explanaremos a questão da matrícula e depois a da frequência e aproveitamento escolar. Advirtamos, porém, que não está no plano do nosso trabalho referir em todas as suas minúcias à escrituração desses aspectos, nem se nos afigura oportuno indicarmos quais os Estados que adotam estes ou aqueles modelos, procedem desta ou daquela maneira ou obtém maior ou menor rendimentos com seus métodos e processos. A multiplicidade de critérios e de fórmulas á examinar sob vários pontos de vista em cada Unidade Federada não só tomaria um espaço de que não dispomos aqui, como exigiria mesmo um estudo muito

mais profundo e prolongado das condições locais e da legislação regional a que se subordinam os diferentes ramos de ensino e a coleta de dados. Quer-nos parecer que a tarefa caberia mais aos administradores e técnicos do ensino e da estatística em cada Unidade Federada, os quais se prestariam esclarecimentos e de comum acordo obteriam dos demais Estados a documentação necessária para, atentos à realidade no próprio território, comparar os seus problemas e os dos outros, tudo analisando em suas particularidades mínimas. E, baseados nas características individuais dos respectivos sistemas de educação e nas diferentes circunstâncias relacionadas com os registros escolares, apresentariam então as sugestões para a uniformização definitiva num plano de conjunto para todo o país, a realizar-se coordenada e racionalmente sob as vistas diretas dos órgãos federais interessados.

Aliás, pela Resolução n.º 113 do Conselho Nacional de Estatística, de 14 de julho de 1939, foi recomendada a revisão do Convênio Estatístico de 1931, atendendo à conveniência de se aperfeiçoarem ainda mais os processos de coleta. A Resolução n.º 133, de 21 do mesmo mês e ano, por sua vez, também cogitou de um inquérito a ser lançado pelos órgãos regionais sobre as fontes primárias da estatística brasileira, visando a racionalização das informações com que possam concorrer os registros locais para as apurações gerais sistematizadas, inclusive aqueles especialmente destinados à estatística educacional.

Considerem-se, pois, esta parte e as duas que se seguirão do presente trabalho, apenas como simples lembrete, em relação aos estudos preliminares que nesse sentido já estejam projetados pelos órgãos competentes.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

III. República (1ª fase)

INEZIL PENA MARINHO

Da Divisão de Educação Física do
Departamento Nacional de Educação.

Dos primeiros atos do governo republicano, foi a criação do Ministério da Instrução Pública (decreto n.º 346), entregue a Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

O Dr. Ramiz Galvão, inspetor geral da instrução pública, assim se refere à educação física, num de seus relatórios:

"Em relação à educação física há um verdadeiro mundo novo a abrir-se nas escolas. Quase em todas elas está esquecido ou comprometido esse ramo da educação; alguns professores mais antigos rezam pela cartilha absoluta da imobilidade da criança como ideal de disciplina; outros, inteligentes e zelosos, nada ou quase nada podem fazer porque é raro o prédio escolar dotado de um pátio ou jardim anexo, que se preste ao recreio e aos jogos infantis. O ensino da ginástica é por via de regra feito dentro das salas de classe, de maneira insuficiente, por consequência. Toda esta parte do programa escolar carece da execução satisfatória, e, para isso, assim como para muitos fins, faz-se urgentíssimo cuidar da construção de prédios apropriados para as escolas. Dois meios se oferecem para conseguir este desiderato: ou aceitar proposta de uma companhia para esta grande obra ou levantar um empréstimo com este destino, conforme já lembrou o Dr. A. H. de Souza Bandeira, um dos meus antecessores. Por qualquer deles é forçoso que não adiemos a resolução do problema. Enquanto não chega o dia deste melhoramento, pensei atender à necessidade dos exercícios físicos, e tendo suscitado no conselho diretor a questão, foi ela estudada pelo professor Alfredo Alexandre que discutiu o ponto e propôs meios práticos. Oficiei ao governo pedindo que uma vez por semana nos fosse permitido o gozo exclusivo de alguns jardins públicos e de certos te-

renos devolutos para que ali pudessem as crianças entregar-se, sob a direção de seus mestres, a jogos infantis e exercícios ao ar livre. Pende de decisão este pedido".

Em 1892, o Regulamento do Ginásio Nacional, na parte referente à disciplina escolar, estatuiu: "O diretor e o vice-diretor do Ginásio procurarão desenvolver em seus alunos o gosto pelos exercícios de tiro ao alvo, de besta, tiro de flexa, exercícios ginásticos livres, saltos, jogo de volante, etc, e farão todos os domingos um passeio para fora do centro da cidade. Organizarão para esse fim turmas de alunos, de forma que, pelo menos uma vez por mês, cada uma delas tenha um dia completamente destinado à educação física. Para auxiliá-los nesse trabalho serão designados por escala alguns dos inspetores de alunos do estabelecimento. Mediante consentimento do diretor, poderão os lentes e professores do Ginásio incumbir-se desses passeios e do ensino dos jogos escolares que convém divulgar. São permitidos como jogos escolares: a barra, a amarela, o futebol, a peteca, o jogo da bola, o cricket, o lawn-tenis, o crochet, corridas, saltos e outros que, a juízo do diretor, concorram para desenvolver a força e destreza dos alunos, sem pôr em risco a sua saúde".

E a seguir:

"De acordo com os princípios da moderna educação, aplicará o diretor as penas que julgar convenientes, evitando sempre todo castigo deprimente da dignidade humana, e estabelecendo meios de provocar e desenvolver a emulação e os mais sentimentos nobres dos alunos, cuja direção lhe é confiada".

A 9 de maio de 1893, a instrução pública no Distrito Federal é regulamentada, merecendo destaque o seguinte trecho: "Nos jardins de infância serão ministrados jogos infantis, exercícios graduados e acompanhados de canto". O art. 6.º dizia textualmente: "Os jardins de infância são estabelecimentos de primeira educação, onde crianças de ambos os sexos, de 4 a 7 anos, recebem em comum os cuidados que seu desenvolvimento físico, moral e intelectual reclamam".

Ainda em 1893, funda-se no Rio de Janeiro a Associação Cristã de Moços, com orientação norte-americana, à qual muito se deve em matéria de educação física. Teve á A. C. M. papel saliente no desenvolvimento de vários desportos, notadamente do voleibol e do basquetebol. O método adotado por essa Associação foi o calistênico.

Nos Estados, caminhavam também as idéias em prol da educação física. Em 1896, o Secretário do Interior do Estado de São Paulo, Dr. Alfredo Pujol, diz o seguinte em seu relatório:

"Ginástica escolar — Foi assunto que preocupou o governo. É indispensável às nossas escolas uma ginástica higiênica: corridas, saltos, lutas, exercidos em aparelhos simples, variados exercícios de movimentos feitos nas próprias salas. Eis o que convém às crianças e que, sem grande despesa, e sem uma habilitação especial do mestre, se pode organizar em todos os grupos escolares. Tem o governo procurado obter um manual que se preste de roteiro dos professores. Espero que com um tratado de ginástica de quarto, de autor alemão, traduzido por R. Ortigão, com alguns acréscimos sobre a ginástica nos aparelhos singelos, que facilmente poderão ser fornecidos pelo professor dessa disciplina na Escola Normal, talvez se possa obter uma adaptação que se aproveite aos nossos professores".

Em trabalho sob o título "Apreciações acerca dos exercícios físicos nos internatos e sua importância profilática", tese apresentada à faculdade de Medicina da Bahia, escrevia, na mesma época, o Dr. Antônio Carlos Pitombo:

"Os exercícios higiênicos dando maior volume e peso ao pulmão, desenvolvendo-o, aumentam o coeficiente dos gases trocados pela inspiração e pela expiração entre a atmosfera e o organismo. É conhecida a importância profilática e também a importância terapêutica da maior porção de oxigênio contra a tuberculose pulmonar. Com exercícios especiais ao aparelho respiratório tem diminuído extraordinariamente a mortandade pela tuberculose pulmonar nos surdos mudos".

"Para os exercícios físicos os alunos devem ter por dia 4 a 5 horas, devendo ser os exercícios variados, sempre com o fim de desenvolver os músculos em geral e não determinados músculos ou grupos musculares".

A 21 de dezembro de 1905, o Dr. Jorge de Moraes, deputado pelo Estado do Amazonas, pronuncia na Câmara, afim de justificar o projeto que apresentava, um memorável discurso, durante o qual foi bastante aparteado. Nesse discurso, faz a apologia da educação física e a seguir, tal qual fizera Rui Barbosa em 1882, demonstra a situação em que ela se encontrava nos Estados Unidos e na Europa, exibindo farta, variada e interessante documentação. O projeto que apresentou foi o seguinte:

"O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º — Ficam criadas duas escolas de educação física, sendo uma militar e outra civil.

§ 1.º — Para a instalação da primeira, fica o governo autorizado a comissionar oficiais de terra e mar, para estudarem na Europa e América do Norte o que existe de melhor na espécie.

§ 2.º — Quanto à escola civil, poderá igualmente comissionar pessoal idôneo ou contratá-lo imediatamente.

Art. 2.º — Fica o poder executivo autorizado a adquirir terrenos para que a mocidade das escolas superiores possa, em espaços apropriados, dar-se à prática dos jogos ao ar livre.

Art. 3.º — O governo deverá instituir desde já a prática da ginástica sueca e jogos ao ar livre, nos seguintes estabelecimentos: Ginásio Nacional, Colégio Militar e Escola de Aprendizes de Marinheiros. Sala das Sessões, 21 de setembro de 1905, *Jorge de Morais*".

Este projeto mereceu parecer favorável do relator da Comissão de Instrução Pública, Dr. Afonso Costa, deputado pelo Estado de Pernambuco, do qual destacamos os seguintes trechos:

"As vantagens da educação física não se contestam hoje, e os que acreditam e pensam que esta educação não tem outro objetivo senão criar musculaturas e fortalecer a parte impensante de nossa natureza. não conhecem, de certo, os progressos que tem feito a fisiologia, no vasto e riquíssimo campo da educação da juventude.

"Não há desenvolvimento intelectual perfeito, boa percepção, inteligência clara e lúcida, se não são perfeitos, fortes e equilibrados os órgãos que a servem, porque o cérebro, órgão do pensamento, reflete a energia ou a debilidade de todo o organismo. Querer separar a educação física da intelectual é um erro, às vezes, de graves consequências. Estes são princípios incontestáveis".

"Quando pedagogistas e fisiologistas têm estudado essa questão, são acordes em reconhecer a influência poderosa da educação física sobre a inteligência, sobre o caráter e sobre a moral. E a pedagogia científica — se tal nome lhe cabe — ainda em via de formação e onde tantas são as questões controversas, é unânime nêssse ponto".

"A educação física deve começar na escola primária, tomar o organismo ainda tenro, massas plásticas a todas as impressões, para revigorá-lo e desenvolvê-lo; ser continuada no ginásio, acompanhando o

estudante do curso secundário, para não ser abandonada durante o período dos estudos, nas academias e nas universidades".

"É tristíssimo, diremos nós, sermos um povo em formação que não tem por enquanto acentuados traços físicos de sua raça, debilitada e enfraquecida, sob um clima enervante e estarmos ainda tão atrasados em matéria de educação física, esquecidos todos nós de que do desenvolvimento corporal, obtido pelos jogos e pelos exercícios ginásticos, convenientemente ministrados, tanto dependem o vigor, a beleza e a própria inteligência".

"... não sendo obrigatória a ginástica, o professor não reúne em torno de si mais de meia dúzia de alunos, tornando-se comum ver anunciar, como vantagem de certos colégios particulares — *o serem os discípulos dispensados da ginástica*".

"A utilidade do projeto não carece mais de demonstração. No estado atual da ciência de educação o desenvolvimento físico da mocidade se nos impõe como questão da máxima importância, pois é disso que depende o vigor, a energia e a beleza de nossa raça e, em grande parte, o futuro do nosso país, como nação forte, respeitada e feliz".

Embora aprovado, jamais foi este projeto posto em execução, sendo interessante assinalar que só em 1939 se concretizou o ideal com que Jorge de Moraes sonhara um quarto de século antes.

A 5 de abril de 1906, é criada uma cadeira de educação física, anexa à Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado do Amazonas, sendo governador Antônio Constantino Nery.

No ano seguinte, a Missão Militar; Francesa, contratada para ministrar instrução militar à Força Pública do Estado de São Paulo, funda, na referida milícia, uma Sala de Armas, destinada ao ensino e prática de esgrima, origem da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, o mais antigo estabelecimento especializado de todo o Brasil. Em 1909, cria-se a Escola em apreço, que forma os primeiros "mestres de ginástica" e "mestres de esgrima", os quais, por sua vez, divulgaram nas fileiras da Força, e mesmo no meio civil, a prática do método sueco, então adotado, e a da esgrima, nessa época incipiente naquele Estado.

Em 1915, Manuel Bonfim publica "Lições de Pedagogia", obra notável para a época, e de que o capítulo V é dedicado à "Cultura Física". Entre outras coisas, afirma o autor:

"A educação motora ou ginástica compreende os exercícios metódicos, necessários e próprios para desenvolver e apurar as energias

do organismo. Essa expressão — educação motora — tem a vantagem de indicar desde logo que os exercícios de ginástica educativa visam, diretamente, não somente aos órgãos musculares, mas a todo conjunto do aparelho motor da vida de relação, compreendidos aí todos os órgãos de enervação, e até mesmo os centros superiores de coordenação dos movimentos. A educação física positiva dirige-se por igual a todos esses órgãos e atividades, formando o que se poderia chamar a boa escola dos movimentos e do trabalho muscular. Corrige-se, assim, a noção estreita e falha — de que a ginástica tem por fim exercitar e educar os músculos tão somente. A esse respeito, como educação, tem muito mais importância o que se obtém com a ginástica sobre o sistema nervoso, do que o simples desenvolvimento muscular. Para a boa compreensão desse postulado, convém definir explicitamente o objetivo da educação ginástica".

A 10 de janeiro de 1922, o Ministro da Guerra baixa uma portaria, criando o Centro de Educação Física, cuja finalidade estava assim especificada no art. 1.º:

"O Centro Militar de Educação Física destina-se a dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física militar e suas aplicações desportivas".

As circunstâncias, entretanto, não permitiram, apesar da máxima boa vontade de todos, inclusive do Ministro Pandiá Calógeras, que o centro se instalasse, o que só veio a ser feito mais tarde, quando entrou em funcionamento o *Curso Provisório de Educação Física*. Nesse mesmo ano de 1922, o tenente João Barbosa Leite passa a servir como *instrutor de educação física* da Escola de Sargentos de Infantaria, tendo por auxiliar o tenente Jair Dantas Ribeiro. Ministrou-se, então, pela primeira vez no Brasil, educação física com exercícios sistematizados, de cuja prática foram sendo colhidos dados e observações para maiores estudos.

No Distrito Federal, em 1925, o professor Oliveira Gomes e doze outros professores trabalham como orientadores de educação física nas escolas públicas primárias. Esse trabalho apresentou bom rendimento e muito contribuiu para que a educação física nas escolas públicas obedecesse à orientação racional.

A 30 de junho de 1927, o Dr. Jorge de Moraes pronuncia na Câmara dos Deputados um notável discurso voltando a tratar do mesmo assunto que ventilara em 1905. Assim começava essa oração:

"Sr. Presidente: Há longos anos agitei, no seio do Congresso Nacional, vários aspectos de problemas do qual decorre, inexoravelmente, o futuro, a eficiência da nossa nacionalidade, visto que diz de perto com o estereoma fundamental de seu povo, qual a energia física e mental do homem".

O discurso está muito bem fundamentado e o autor demonstra grande segurança no assunto, descendo a detalhes de técnica. Baseia-se em Démeny, nessa época em grande evidência, e também em Tissié. Anatematiza o futebol, que então grassava como verdadeira epidemia, e que já merecera críticas anteriores de Fernando de Azevedo e Carlos Sussekind de Mendonça, utilizando imagens indiretas: "Enquanto na educação física racional e analítica todos se exercitam, jovens, velhos, mulheres, homens, crianças, no esporte, tal como acontece, vê-se enorme estádio onde dois grupos, no máximo de 11 indivíduos, se exercitam e 10.000 olham e torcem, como se olhar e torcer por tal ou qual cor de clube constituísse exercício físico e a raça pudesse daí se beneficiar".

E desta forma conclui o seu discurso: "Sr. Presidente, se em outra oportunidade, recordei o que Heródoto decantava sobre os jonios, que pareciam imortais e viviam em uma eterna primavera de beleza juvenil, agora exteriorizo ardentes votos para que os preceitos por mim apontados se transformem em leis no Brasil, que só assim poderá ser eficiente na paz, fazendo de todos os brasileiros indivíduos ativos, fortes, seja qual for a profissão que adotarem, e que, na guerra, em hora angustiosa que possa vir, sejam invencíveis defensores de nosso patrimônio".

Nesse mesmo ano de 1927, a escola de preparação de monitores, mantida pela Liga de Esportes da Marinha, diploma, em dezembro, a sua primeira turma, depois de um curso de dois anos.

A Reforma Fernando de Azevedo, em 1928, que reorganizou o ensino primário, normal e profissional no Distrito Federal, estabeleceu que nos estabelecimentos de ensino, seria ministrada diariamente, em caráter obrigatório, a educação física a todos os alunos. Especificava ainda que a educação física aplicada à mulher seria conformada ao seu sexo e às suas condições peculiares. Previa a criação de uma Escola

Profissional de Educação Física, destinada a preparar e a selecionar professores de educação física para os estabelecimentos de ensino do Distrito Federal.

No art. 613, prescrevia a lei de reforma: "Nenhum prédio escolar será construído sem que compreenda pátio de recreio e de exercícios físicos, pavilhão coberto para ginástica, de 12 metros por 24, no mínimo, uma piscina ou banheiros e oficinas de pequenas indústrias".

Se essa lei tivesse sido posta em execução na totalidade de seus artigos, o desenvolvimento da educação física no Distrito Federal poderia ser comparado, atualmente, ao das cidades em que ela se encontra mais adiantada.

Em 1929, tendo como baluartes o tenente Inácio de Freitas Rolim e o Dr. Virgílio Alves Bastos, entra em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física, calcado nos moldes do Centro Militar de Educação Física, a que a Portaria Ministerial de 10 de janeiro de 1922 aludia. Aí se matriculam, além dos oficiais designados, inúmeros professores públicos primários, para cuja matrícula o diretor de Instrução do Distrito Federal, professor Fernando de Azevedo, concedera todas as facilidades. Essa primeira turma estava integrada por oito primeiros tenentes, dois primeiros tenentes médicos, vinte professores civis e sessenta monitores.

Nesse ano também o General Nestor Sezefredo dos Passos submete ao estudo da Comissão de Educação Física um ante-projeto de lei, cujos primeiros artigos estavam assim redigidos:

"Art. 1.º — A educação física deve ser praticada por todos os residentes no Brasil. Ela é obrigatória em todos "os estabelecimentos de ensino federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos. para ambos os sexos.

§ 1.º — Para os do sexo masculino, até a idade de sua incorporação às forças armadas.

§ 2.º — Para os do sexo feminino, matriculados nas escolas primárias e secundárias e nas escolas profissionais, até a idade de vinte e um anos.

Art. 2.º — O ensino da educação física será fiscalizado pela União".

Esse ante-projeto mereceu extensa crítica por parte da Associação Brasileira de Educação, que, a respeito, emitiu um parecer em que se analisavam "as falhas do ante-projeto", e se apresentavam indicações substitutivas.

Em sua mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da primeira sessão da XIV Legislatura, o Presidente Washington Luiz, após estudar longamente a questão, conclui pela necessidade da "obrigatoriedade dos exercícios físicos metódicos, desde a escola primária".

BIBLIOGRAFIA

Independentemente dos trabalhos já citados, poderá ser representada pelas seguintes obras, a bibliografia correspondente ao período de 1889 a 1930:

- "Ginástica Escolar", de Maria C. Gomes Ferrão, 1890.
"Compêndio de Ginástica e Jogos Escolares", de Arthur Higgins, 1896.
"Manual de Ginástica Escolar", de M. Caldas e E. de Carvalho, 1896.
"Compêndio de Ginástica e Jogos Escolares", de Arthur Higgins, 1899.
"Ginástica Infantil", do Dr. Eduardo de Magalhães, 1900.
"Manual de Ginástica Higiênica", de Arthur Higgins, 1902.
"Da educação sob o ponto de vista da higiene pedagógica", de Maria da Glória Fernandes, 1903.
"Das desordens da marcha e seu valor clínico", de Aloísio de Castro, 1904.
"Educação Física" de Álvaro Borges dos Reis, 1904.
"Homem Forte", do Capitão Domingos do Nascimento, 1905.
"Educação Física — Ginástica Pedagógica e os Jogos Escolares", de Antônio Monteiro de Sousa, 1905.
"Jiu-Jitsu — Educação Física Japonesa", traduzido pelo Capitão Tenente Santos-Pôrto e Primeiro Tenente Radler de Aquino, 1905.
"Esgrima de Espada", de César A. P. Rodrigues, 1906.
"Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira", de O. D. C., 1907.
"Esportes Atléticos", tradução, 1907.
"A História do Esporte Náutico no Brasil", de Alberto de Mendonça, 1909.
"Tratado Prático de Natação e Salvamento", tradução, 1909.
"Ginástica Respiratória", do Dr. César Calls de Oliveira, 1910.
"Educação Física da Infância e da Mulher", do Dr. Epaminondas Vilela dos Reis, 1910.
"Compêndio de Ginástica Escolar", de Arthur Higgins, 1911.
"Lições de Armas", de Valério Barbosa Falcão, 1913.
"Jogos Ginásticos para uso das escolas", de Estevam Lange Adrien e José de Campos Camargo, 1915.
"Guia Brasileiro do Jogo de Tênis", 1917.
"História do futebol em São Paulo", de Antônio Figueiredo, 1918.
"Manual de Ginástica a corpo livre", de Anfilóquio Reis, 1919.
"Educação Física" de Pedro Dias Campos, 1919.
"Sirena", de J. B. Gonzaga Filho (editado em Lisboa), 1920.
"Guia Prático de Educação Física", de Arnaldo Guñle e Mario Polo, 1920.

- "Jogos Ginásticos Escolares", de Ernâni Joppert, 1920.
- "Da Educação Física", de Fernando de Azevedo, 1920.
- "Antinous", de Fernando de Azevedo, 1920.
- "Coisas do futebol", de Odilon Penteadado do Amaral, 1920.
- "A Educação Física como base da Educação Integral", de Ambrósio Torres, 1920.
- "O Esporte está deseducando a Mocidade Brasileira", de Carlos Sussekind de Mendonça, 1921.
- "Regulamento de Instrução Física Militar", 1921.
- "Instrução Regulamentar de Ginástica", 1921.
- "O Escotismo sob o ponto de vista da Educação Física", de Gabriel Skinner, 1922.
- "Vantagens e perigos da, ginástica e dos desportos", de Ambrósio Torres, 1922.
- "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico", cap. XVI, 1922.
- "Pugilismo", de Taciano de Oliveira e Dirceu de Miranda Rosa, 1925.
- "Supremacia e decadência do futebol paulista", de Leopoldo Santana, 1925.
- "Manual de Educação Física", do Capitão João Barbosa Leite e Tenente Jair Dantas Ribeiro, 1926.
- "Lições práticas de ginástica e jogos", de Júlia Eugênia da Silva, 1926.
- "Metodologia do Ensino da Educação Física", de Ambrósio Torres, 1928.
- "Influência do exercício físico sobre o desenvolvimento mental da criança", de Dagmar Medela da Costa, 1928.
- "Da. Educação Física como fator primordial de Brasilidade", de João Ribeiro Pinheiro, 1928.
- "Das relações entre o desenvolvimento físico e o desenvolvimento intelectual", de Louis de Sousa Aguiar, 1928.
- "Da educação física como fator de regeneração da raça", de Helyete Gomes Silva, 1928.
- "Influência da, educação física sobre o crescimento", de Gabriel Skinner, 1928.
- "Da ginástica rítmica e suas modalidades na educação física feminina", de Margarida Fryer, 1928.
- "Educação Física", do Dr. Mendes de Castro, 1928.
- "Ginástica Nacional (Capoeiragem)", de Aníbal Burlamáqui, 1928.
- "Jogos Escoteiros", 1928.
- "Almanaque Esportivo", de Thomas Mazzoni, 1928.
- "Guia de Futebol Associação", 1929.
- "A criminalidade nos Esportes", de Bento de Faria, 1929.
- "A saúde como objetivo da Educação Física", de Augusto Ribeiro de Carvalho, 1929.
- "Almanaque Esportivo", de Thomaz Mazzoni, 1929.
- "Educação Física Feminina", de Orlando Rangel Sobrinho, 1930.
- "A ficha individual", de Carlos M. de Medeiros, 1930.
- "Um ano de Educação Física Militar", de Antônio Mendonça Molina, 1930.
- "Educação Física", de Anibal Silveira, 1930.
- "Tênis", de Alvim Ferraz, 1930.
- "A evolução do Esporte no Brasil", de Fernando de Azevedo, 1930.

ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Desde o ano de 1941, funciona no Espírito Santo, mantida pelo governo desse Estado, a *Escola Prática de Agricultura*. O estabelecimento está localizado em terras do município de Santa Teresa, no local chamado Santo Antônio de Petrópolis, dentro da bacia do rio Santa Maria, ou seja no fértil vale que Graça Aranha descreveu no seu famoso livro "Canaan".

Os objetivos gerais do ensino são aí os de preparar moços para as fainas agrícolas e pecuárias, de modo a que eles possam praticar a cultura mecânica, selecionar plantas e animais, contribuir para a defesa sanitária, vegetal e animal, e velar pela fertilidade das terras. Ao mesmo tempo, procura a Escola desenvolver nos alunos a responsabilidade cívica, e iniciá-los em todos os conhecimentos que possam concorrer para a elevação moral das populações do campo.

O curso regular é de um ano, com matrícula aberta a moços de 17 anos de idade, que hajam completado os estudos primários. O regime é de internato, com ensino inteiramente gratuito. Um sistema de inscrições, abertas em todos os "municípios do Estado, permite representá-los, a todos, na matrícula de cada ano. O ano escolar vai de 1 de agosto a 30 de julho.

De início, funcionou a escola em alojamento provisório. Construiu depois o governo do Estado excelentes instalações, representadas por três grandes edifícios centrais, e prédios menores para residência do corpo docente e oficinas de ferraria, carpintaria e selaria; instalações rurais diversas, como estábulos, pocilgas, aviários, sirgarias e apiários. Completam a organização do ensino vários campos de horticultura e pomicultura, de cereais diversos, de leguminosas e plantas testeis e oleaginosas.

Nos três grandes edifícios centrais, alojam-se a administração, as salas e gabinetes de ensino, museu, biblioteca, refeitório, dormitório, gabinete médico, almoxarifado, teatro e cinema. Num dos edifícios exis-

tem acomodações para fazendeiros, os quais podem realizar cursos práticos e reuniões de estudo.

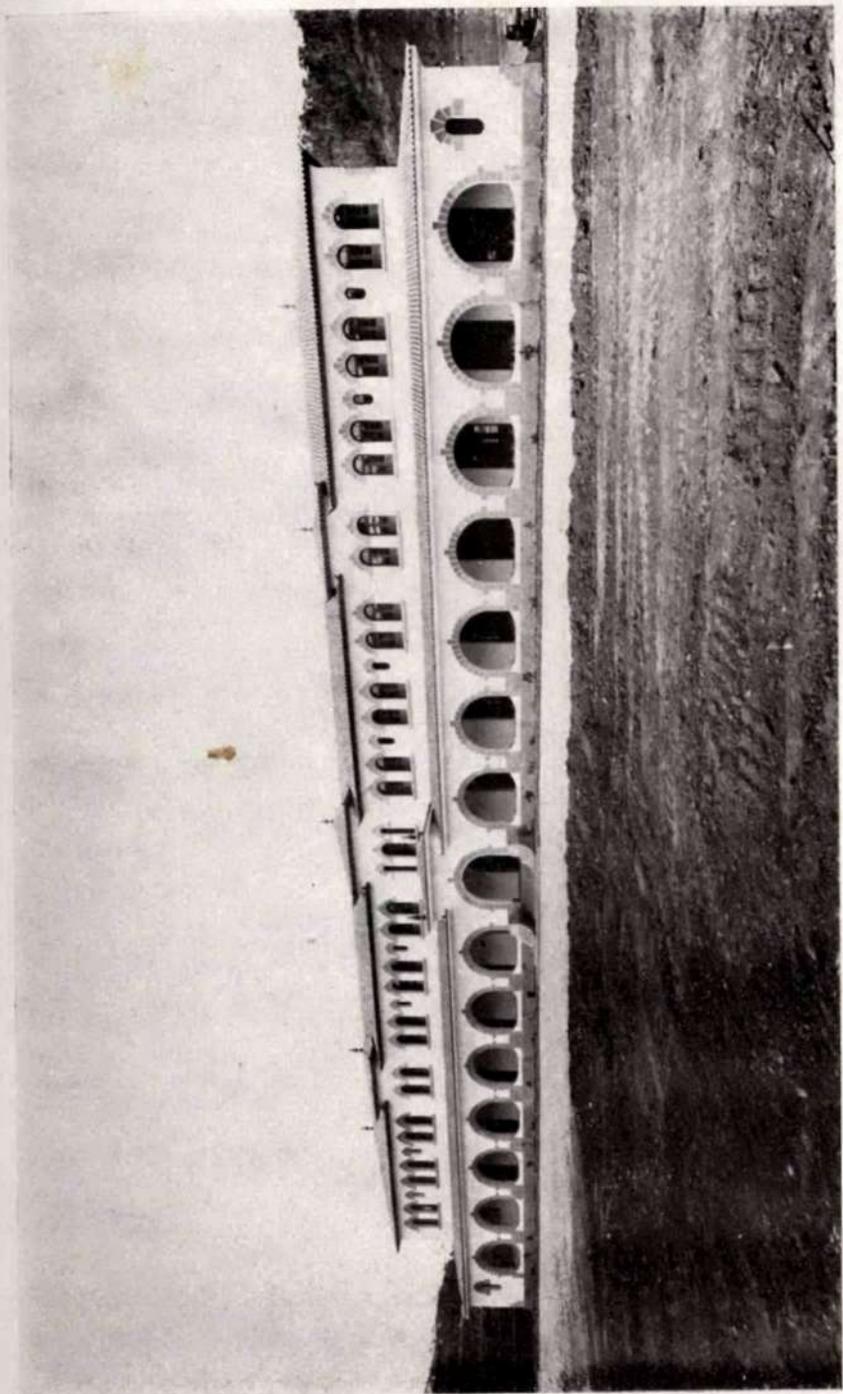
As instalações estão previstas para a matrícula de 200 alunos internos, sem prejuízo das acomodações para 60 fazendeiros, em qualquer época do ano.

Cabe à Escola cooperar com a Secretaria da Agricultura do Estado, no sentido de assistência e fomento agrícola de toda a região, cuja vida econômica é intensa. Para isso, mantém pequenos cursos e serviços de demonstração, realizando também exposições regionais de produtos agrícolas.

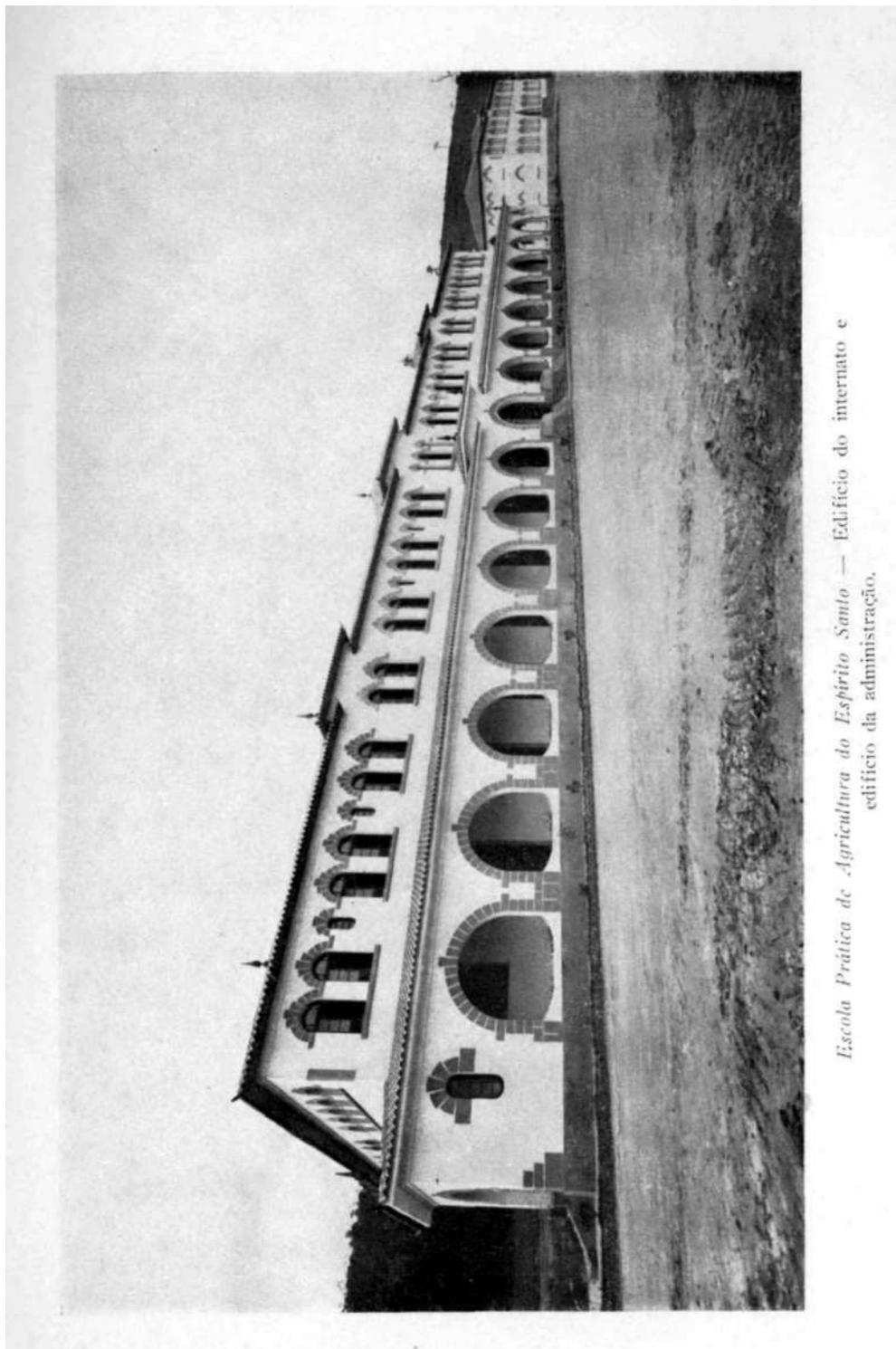
O orçamento de despesas não tem excedido 400 mil cruzeiros anuais, compreendidos nesse total as próprias rendas dos serviços da Escola.

Nos poucos anos de funcionamento, já se tem patenteado a benéfica influência desta Escola Prática de Agricultura. Tem-se apresentado, no entanto, numerosos problemas, com relação à seleção e preparo anterior dos alunos, tipo de ensino e vida social dos alunos. A cada um deles vai a Secretaria de Agricultura do Estado, a que está subordinada a Escola, dando especial atenção.

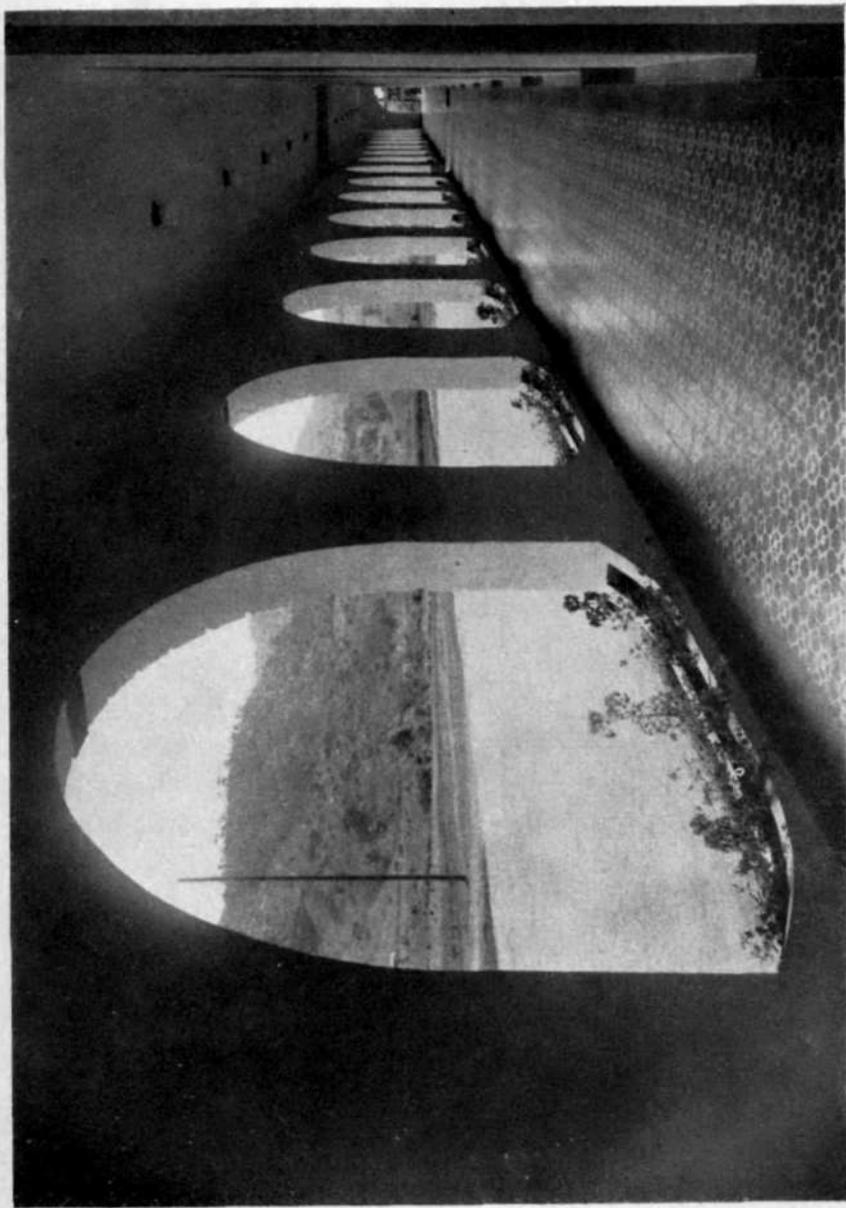
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos tem a satisfação de apresentar, neste número, alguns aspectos das instalações da Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo, iniciativa que merece ser divulgada e conhecida em todo o país.



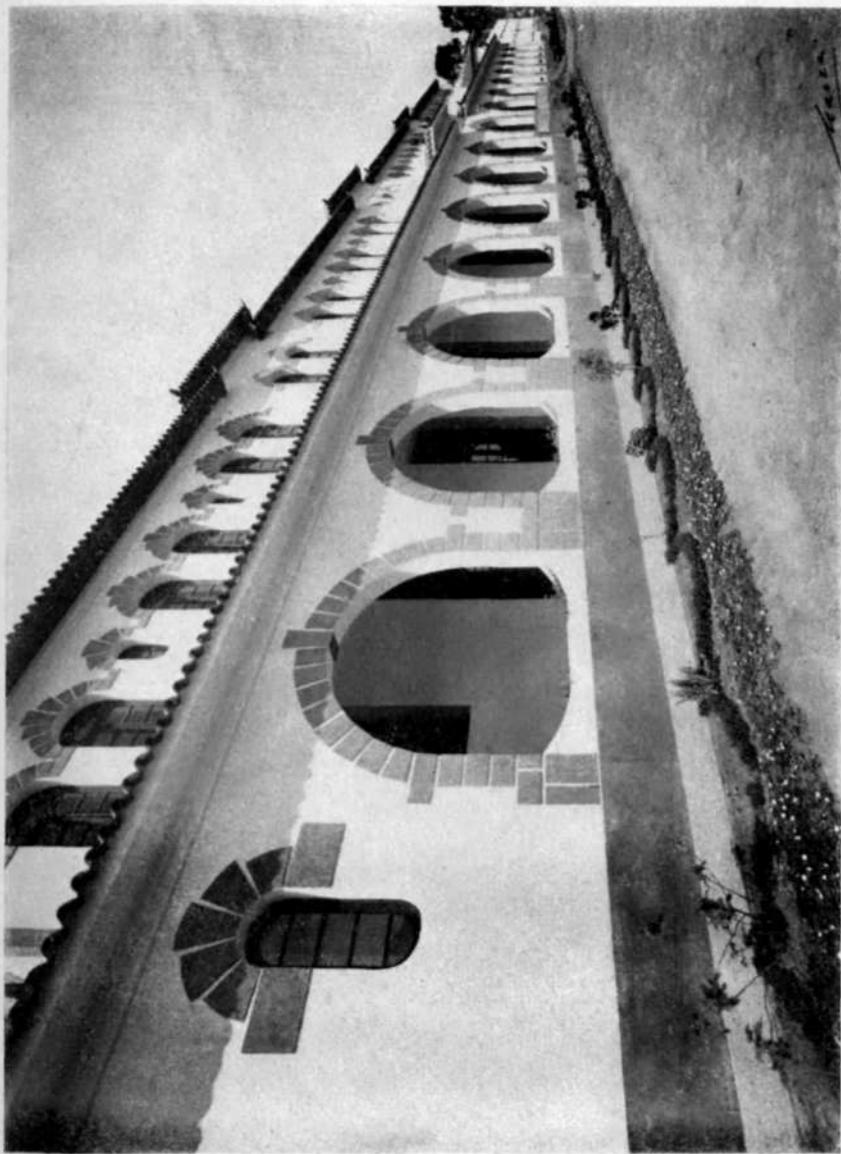
Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo — Edifício central do internato.



Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo — Edifício do internato e edifício da administração.



Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo — Galeria de circulação de um dos edifícios.



Escola Prática de Agricultura do Espírito Santo — Vista lateral dos vários edifícios da escola.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

ANO DE 1944

Abu MERHY. *Nair Fortes, — A importância da "simpatia" na educação física.* In: "Cultura Política" Rio de Janeiro, Ano IV, n.º 39, abril de 1944, págs. 145 a 150.

Conceito de simpatia, característicos, tipos; a educação na sua relação com a simpatia.

— A "imitação" na educação física. In: "Cultura Política" Rio de Janeiro, Ano IV, n.º 41, junho de 1944, págs. 114 a 118.

Conceito de imitação e seu mecanismo psicológico; importância da imitação na infância; imitação na educação física.

ALMEIDA JÚNIOR, A. — *Os objetivos da escola primária rural.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro . Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 29 a 35.

A escola primária rural como órgão de ensino comum não deverá visar a profissionalização.

ALMEIDA, Rui Guimarães de — *A política de educação de Alberto Torres.* In: "Rev. Brás. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, vol. II, n.º 5. Nov. de 1944, págs. 212 a 220.

As normas de ação política, fundamentadas nos fins sociais da edu-

cação, tais como foram formuladas por Alberto Torres.

ALVIM, Mariana Agostini de Vilalba — *Parques infantis como centros de assistência ao pré-escolar.* In: "Cultura Política" Rio de Janeiro, Ano IV, n.º 36, janeiro de 1944, págs. 173 a 186.

Localização, organização, administração e funcionamento dos parques infantis.

ANAIS do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, janeiro de 1944. *Imprensa Nacional*, 276 págs.

Relação de atos administrativos. exposições de atividades de várias repartições do Ministério durante o ano de 1943.

ANAIS do VIII Congresso Brasileiro de Educação. Goiânia, junho de 1942. (Associação Brasileira de Educação). Rio de Janeiro, 1944. Serviço Gráfico do I.B.G.E. IX — 626 págs.

Antecedentes e trabalhos preliminares do Congresso e da Exposição anexa; reunião do VIII Congresso e a realização da II Exposição Nacional de Educação. Cartografia e Estatística; o "batismo cultural" de Goiânia; deliberações e votos do

plenário; comunicações e apresentação das teses sobre 10 temas de educação rural.

ANDRADE, Cesário de — *A proteção da visão dos escolares*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 3, set. de 1944, págs. 341 a 360.

A assistência médico-social. a função do oftalmólogo-higienista na escola; a visão e a inteligência; defeitos da visão; profilaxia; a visão e o aparelhamento escolar.

ANTIPOFF, Helena — *Como pode a escola contribuir para a formação de atitudes democráticas*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 1, junho de 1944, págs. 36 a 45.

O ideal democrático; a prática da lealdade e da cooperação na escola; observações sobre a sinceridade da criança em suas declarações.

ANUÁRIO da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. (Instituição Complementar da Universidade de São Paulo). Décimo Primeiro Ano Letivo. 1944, São Paulo. 1944. S/Edit. 1 vol. broch. c/189 págs.

Relatório das atividades da Escola no ano de 1943 e programa para o ano de 1944.

ARBOUSSE — BASTIDE, Paulo — *A disciplina na escola secundária*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos" Rio de Janeiro, Vol. II, n.º 5, nov. de 1944, págs. 237 a 244.

A idéia de liberdade e coerção educativa; ordem como atividade racional. O minimum de disciplina; "self government".

AUGUSTO, José — *Política americana de educação*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. II n.º 6, Dez. de 1944, págs. 339 a 350.

Grandes vultos americanos e política de educação: Sarmiento, Varela, Horace Mann, Rui Barbosa.

AZEVEDO, Fernando — *A Cultura Brasileira*, 2.^a ed., São Paulo, 1944, Cia. Edit. Nacional. XII — 529 págs.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pela Comissão Censitária Nacional, resolveu preceder a apresentação dos resultados do recenseamento geral de 1940 de vários estudos, sob forma de monografia. O presente trabalho é o primeiro destes estudos. Depois de rápida introdução, em que o A. analisa os diferentes conceitos de cultura, passa o livro a estudar, em três partes distintas os fatores da cultura (país, raça, trabalho humano, formações urbanas, evolução social e política, psicologia do povo brasileiro); a cultura, em suas grandes manifestações (instituições e crenças religiosas, vida literária, cultura científica, cultura artística); e, enfim, a transmissão da cultura, parte esta em que examina o sentido da educação colonial, as origens das instituições escolares, a descentralização e dualidade de sistemas, a renovação e unificação do sistema educativo, o ensino geral e os ensinamentos especiais. Em qualquer destas sessões, é de notar a riqueza do material examinado e a atitude serena e isenta do pesquisador.

BACKHEUSER, Everardo — *Função da Universidade na formação de professores secundários*, In: "Forma-

ção", Rio de Janeiro, Ano VI, n.º 70, maio de 1944, págs. 15 a 23

Aula inaugural na Faculdade Católica de Filosofia.

BASES científicas da educação física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física). Ministério da Educação e Saúde, Departamento Nacional de Educação, Divisão de Educação Física, Rio de Janeiro. 1944. *Imp. Nacional*, 145 págs.

Papel da educação física na vida dos povos; a educação física sob os pontos de vista filosófico, biológico, sociológico e psicológico; objetivos gerais e específicos. Monografia classificada em 1.º lugar no concurso realizado em 1943, pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde.

BASTOS, Humberto — *Sumário histórico da instrução no Estado de Alagoas*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 54 a 59.

Os jesuítas e os frades carmelitas; o ensino depois de 1827; as consequências da lei de 1834; a instrução na República.

BEZERRA, Aristóteles — *Princípios de educação moral e cívica*. Ceará, 1940, Tip. Minerva, 35 págs.

Exposição e crítica de princípios gerais de educação.

BOMFIM, Pedro Calheiros — *Programa de português para o Curso Industrial*. In: "Formação", Rio de Janeiro, Ano VI, n.º 66, janeiro de 1944, págs. 41 a 47.

Sugestões para o ensino do curso industrial na Escola Técnica Nacional.

BKIQUET, Raul — *Instrução pública na Colônia e no Império (1500-1889)*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 4, outubro 1944, págs. 5 a 20.

Esboços históricos sobre a evolução do ensino oficial, primário e secundário.

CÂMARA, Helder (Pe.) — *Problemas sobre a adolescência*. In: "Formação", Rio de Janeiro, Ano VI, n.º 70, maio de 1944, págs. 24 a 29.

Apresentação de vários problemas da vida dos adolescentes, como orientação para pesquisa.

CAMPOS, Ernesto de Sousa — *O problema do assistente nas instituições de educação superior*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. II, n.º 6, dezembro de 1944, págs. 385 a 389.

O papel do assistente na educação superior; o preparo ao magistério e o treinamento para o exercício de atividades técnicas.

CARVALHO, Irene da Silva Melo — *Principais fundamentos científicos dos novos métodos de ensino*. In: "Formação", Rio de Janeiro, Ano VII, n.º 74, setembro de 1944, págs. 13 a 20.

Enumeração das principais conquistas científicas que tiveram repercussão na didática moderna.

CARVALHO, M. Marques de. — *Aspectos do ensino numa universidade norte americana*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 203 a 212.

Comentários sobre o ensino na Escola de Educação da Universidade de Pennsylvania, freqüentada pelo A., como aluno da "Graduate Division".

CASA do Estudante do Brasil (Fundação), *Relatório de 1943*. Rio de Janeiro, (1944), (Rodrigues & Cia.). 81 págs.

Dados sobre o funcionamento da Fundação, tio ano referido.

CAVALCANTE, A. de Lira — *Higiene mental da criança no período escolar*, in: "Cultura Política". Rio de Janeiro, Ano IV n.º 36. janeiro de 1944, pág. 190 a 196.

Necessidade da classificação biotipológica; conceito da higiene mental escolar.

Childs, John L. — *Democracia e método educacional*, In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 5, novembro de 1944, págs. 206 a 211.

A natureza ao processo educativo; o homem como fim t as instituições como meio na educação para a democracia; o método educativo c a escola nove.

CONFERÊNCIA, (I) de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 226 a 280.

Texto integral das convenções e recomendações da Conferência realizada em 1943, no Panamá.

COOPERATIVISMO Escolar — Ministério da Agricultura, Serviço de Economia Rural. Rio. 1944. 20 págs.

Programa de difusão do cooperativismo escolar.

CORRÊA, Derlopidas — *Educação e trabalho. Sentido econômico da educação técnico-profissional*. In: "Formação", Rio de Janeiro. Ano VII, n.º 76, novembro de 1944, págs. 15 a 25.

Taylorismo e faiolismo; orientação c seleção profissional.

COSTA, Dante (Dr.) — *Parques infantis para cidades do interior* (M. E. S. — Departamento Nacional da Criança). Rio de Janeiro, 1944, *Imp. Nacional*, 6 págs.

Instalação do parque infantil, material necessário.

Principais deficiências nutritivas de crianças em idade escolar no Rio de Janeiro, (M. T. I. C — SAPS). Separata da Rev. Brás. de Medicina. Vol. I, n.º 4, abril de 1944, 11 págs.

Inquérito sobre a deficiência nutritiva, através de exame médico, mensuração corporal c coleta de dados de natureza social entre crianças de famílias de trabalhadores.

EDUCAÇÃO no após guerra — In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Ano I, n.º 1, julho de 1944 págs. 60 a 72.

Transcrição de "Leitura para educadores", editada pelo Departamento de Cooperação Intelectual, da União Pau-Americana.

ESTEVES, N. G. — *O sistema universitário norte-americano*. In: "Formação". Rio de Janeiro, Ano VI, n.º 73, agosto de 1944, págs. 66 a 76.

O "College": histórico; o regime de internato; auxílio no estudante; associações, bibliotecas, publicações e jornais universitários.

FERNANDES, Antônio Rull — *A instrução e os criminosos — Apontamentos cooperadores para a padronização da nomenclatura estatística.* In: Rev. do Arquivo Municipal. São Paulo. Ano IX, Vol. XCVI, maio-junho de 1944 págs. 57 a 70.

Notas sobre o critério para classificação de material em trabalhos estatísticos sobre delinqüência e ins-

FRANCA, Leonel (Pe. S. J.) — *As Universidades e a defesa da civilização ocidental.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro Vol. I, n.º 2, agosto, 1944, págs. 181 a 188.

Oração pronunciada pelo Reitor das Faculdades Católicas na instalação dos cursos de 1944.

GICOVATE, Moisés — *A geografia e o professor.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro Vol. II, n.º 6, dezembro de 1944, págs. 390 a 395.

A posição da geografia no currículo; objetivos da matéria; a função e a formação do professor.

GRAÇA, Arnóbio — *Educação e indústria.* In: "Formação". Rio de Janeiro, Ano VII, n.º 74, setembro de 1944, págs. 37 a 43.

A indústria e os elementos de seu domínio; princípios fundamentais do trabalho e a formação do trabalhador.

INSTITUTO Nacional de Estudos Pedagógicos — *A educação brasileira no mês de abril de 1944.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 124 a 135.

— *A educação brasileira no mês de junho de 1944.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 304 a 315.

— *A educação brasileira no mês de junho de 1944.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 3, setembro de 1944, págs. 449 a 458.

— *A educação brasileira no mês de julho de 1944.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 134 a 144.

— *A educação brasileira no mês de agosto de 1944.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 5, novembro de 1944, págs 295 a 304.

— *A educação brasileira no mês de setembro de 1944.* In: "Revista Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro, Vol. II, n.º 6, dezembro de 1944, págs. 436 a 445.

Súmula da legislação federal, estadual e municipal, relativa à educação; noticiário da vida educacional.

— *Bibliografia Pedagógica Brasileira (1812 a 1900).* In: "Revista Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 100 a 123.

— *Bibliografia Pedagógica Brasileira (1900 a 1930).* In: "Revista Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 281 a 303.

— *Bibliografia Pedagógica Brasileira* (1931 a 1940). In: "Revista Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 3, setembro de 1914, págs. 418 a 448.

— *Bibliografia Pedagógica Brasileira* (1941-1942). In: "Revista Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 108 a 133.

— *Bibliografia Pedagógica Brasileira* Ano 1943. In: Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro Vol. II, n.º 5, novembro de 1944, págs. 287 a 294.

Bibliografia com ligeiro resumo das obras apresentadas.

— *Despesas dos Estados e do Distrito federal com os serviços de educação, em 1943*, In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos.", Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 84 a 99.

As dotações reservadas aos serviços de educação em geral, segundo os orçamentos dos Estados e do Distrito Federal; tabelas e quadros com discriminação dos diferentes ramos de ensino.

— *Movimento geral do ensino no período de 1932 a 1942*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 83 a 100.

Estudo geral segundo os levantamentos estatísticos anuais de 1932 a 1942.

— *Uma investigação sobre jornais e revistas infantis*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos; Rio de Janeiro. Vol. II, ns. 5 e 6, novembro e dezembro de 1944, págs. 255 a 275 e 401 a 421.

Nestes dois trabalhos apresenta o Instituto Nacional de Estudos Ped-

gógicos os primeiros resultados de ampla investigação que realizou sobre os jornais e revistas infantis e juvenis publicados no Rio de Janeiro: feição material; assuntos ou temas tratados; ilustrações.

JARDIM, Germano — *A coleta da estatística educacional*. In: Rev. Bras. de Estudo Pedagógico. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 3, e vol. II n.º 5 set. e nov. de 1944, págs. 361 a 370 e 221 a 230.

Organização dos inquéritos de estatística escolar segundo as disposições do Convênio Interestadual Brasileiro de 1931.

KELLY, Celso e LOURENÇO Filho — *A "Arte moderna" educa?* In: Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 71 a 82.

Pontos de vista contraditórios sobre o valor educativo da "arte moderna".

LABOURIAU, LUÍS Gouvea — *O Brasil precisa de cooperativas escolares*, Rio de Janeiro, 1944. Serv. de Informação Agrícola do M. Agricultura., 52 págs.

Aspectos pedagógico, econômico e sociológico da escola rural; papel das cooperativas escolares.

LACERDA, Virgínia Cortes de — *Formação e desenvolvimento dos sistemas públicos de educação*. In: "Formação" Rio de Janeiro, n.º 77. Ano VII, dez. de 1944, págs. 7 a 13.

Os sistemas públicos de educação e condições que estimulam a atividade educativa do Estado.

— *O humanismo e o sentido unitário da vida*. In: "Cultura Política", Rio de Janeiro, Ano IV, número 37, fevereiro de 1944, págs. 148 a 152.

Contribuição ao estudo da lei orgânica do ensino secundário {Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942}.

LEÃO, A. Carneiro — *A educação para o após guerra*, Rio de Janeiro, 1944, Tip. Jornal do Comércio, 118 págs.

A educação e o espírito público; a democracia em crise; a educação democrática e o respeito pelo homem; educação para um mundo livre; departamento nacional de educação. Edição em português e em inglês, acompanhada também de uma mensagem aos estudantes e professores das Américas.

LIMA, Alceu Amoroso — *Humanismo pedagógico*. Rio, 1944, Stela Editora, 328 págs.

Estudos de filosofia de educação: princípios pedagógicos e suas consequências; humanismo brasileiro c a educação; a universidade; a família e a educação; a fé como fundamento da educação.

LIMA, João Bierrenbach (Dr.) — *Organização do cooperativismo escolar*. In: "Formação", Rio de Janeiro. Ano VII, n.º 75, out. 1944, págs. 42 a 49.

Cooperativas escolares c cooperativas regionais; a federação das Cooperativas Escolares do Estado de São Paulo.

LOURENÇO FILHO, M. B. — *A educação, problema nacional*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 7 a 28.

Estudo geral da organização da educação no Brasil; o problema em seus termos históricos, políticos, de quantidade e de recursos.

— *A margem dos " Pareceres de Rui Barbosa sobre o ensino*. In: Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro, vol. II, n.º 5 nov. de 1944. págs. 183 a 205.

O A. estuda os célebres pareceres apresentados à Câmara do Império em 1882, pelo deputado Rui Barbosa; gênese dos pareceres; bibliografia neles referida: atualidade de muitas das idéias e princípios expostos,

— *Biblioteca e ensino*. In: " Formação". Rio de Janeiro. Ano VII, n.º 73. págs. 4 a 21.

O papel da leitura na formação cultural; depoimento relativo à experiência de leitura do A., no prazo de quarenta anos.

— *Educação atual: teorias e resultados*. In: " Formação", Rio de Janeiro, Ano VI, n.º 69, abril de 1944, págs. 11 a 16.

A integração social como fundamento das teorias modernas da educação (Memória escrita apresentada ao VIII Congresso Científico de Washington).

— *Modalidades de educação geral*. In: Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 219-225.

Análise das situações de educação geral, no ensino primário e secundário.

— *Programa mínimo*. In: Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro. Vol. I, n.º 3, sei. de 1944, Págs. 393 a 402.

Pontos de vista administrativo, sociológico e psicológico na organização do programa; funções do programa mínimo; necessidade de pesquisa sobre o trabalho escolar.

MACEDO, Iza Goulart — *O Serviço de Medidas e Programas e os Problemas de Ensino*. In: "Rev. de Educação Pública" da Prefeitura do Distrito Federal. vol. II, n.º 6, abril-junho de 1944. págs. 185 a 194.

Resumo das atividades do Serviço de Medidas do Centro de Pesquisas Educacionais da Secretaria Geral de Educação e Cultura do Distrito federal, no ano de 1943.

MAIA, Jacyr — *Provas para seleção de calculistas*. In: Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro. vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 70 a 78.

Descrição do preparo da prova para seleção de "calculistas"; fatores educacionais.

— *Provas mentais na seleção dos servidores públicos*. I: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 1, julho de 1944, págs. 73 a 83.

A colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos na seleção dos servidores públicos; planejamento das provas de nível mental e de aptidão.

MAIA, Sylvia Tigre — *A Instrução da Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro, 1944. Ofs. Gráficas de "A Noite". 33 págs.

Observações sobre a evolução da educação feminina no Brasil.

— *Os relatórios dos inspetores do ensino secundário*. In: "Formação". Rio de Janeiro, ano VII, n.º 74, setembro de 1944, págs. 27 a 29.

Análise das falhas na apresentação do relatório.

MARINHO, Heloísa (Prof.^a) — *A linguagem tut idade pré-escolar*. (M. E. S.) Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Boi. n.º 27, 1944, págs. 72.

Notável trabalho de pesquisa sobre a evolução da linguagem na criança de 2 a 6 anos, feito em conexão com a investigação que o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos vem realizando sobre o vocabulário na criança e no adulto. As funções da linguagem; a linguagem oral e gráfica; listas de palavras por idade.

MARINHO, Inezil Pena — *A ginástica de compensação do trabalho burocrático*. In: "Rev. do Serviço Público" Rio de Janeiro, ano VII, Vol. VI, n.º 1, outubro de 1944, págs. 35 a 39.

Contribuição à campanha de aperfeiçoamento físico do servidor do Estado, promovida pela Divisão de Aperfeiçoamento do D. A. S. P.

— *Evolução da educação física no Brasil-Colônia (1500-1822)* In: "Cultura Política", Rio de Janeiro. ano IV, n.º 36, janeiro de 1944, págs. 164 a 172.

O aspecto físico dos gentios; a educação física e a doméstica entre os nativos.

— *Evolução da educação física no Brasil. II. Brasil Império (1822-1889)*. In: "Cultura Política, Rio de Janeiro, Ano IV, n.º 38, março de 1944, págs. 153 a 163.

Primeiras obras brasileiras sobre educação física; leis e relatórios que se referem à educação física.

— *Evolução da educação física no Brasil III. Brasil República (1889-*

-1930). In: "Cultura Política", Rio de Janeiro, Ano IV, n.º 39, abril de 1944, págs. 123 a 141.

Obras publicadas sobre educação física; leis federais, estaduais, relatórios que se referem à educação física.

— *Evolução da educação física no Brasil.* In: "Cultura Política", Rio de Janeiro, Ano IV, n.º 40, maio de 1944, págs. 69 a 77.

Brasil-República. 2.ª fase: 1930-1937. Legislação sobre educação física; o VII Congresso Nacional de Educação; órgãos especializados de educação física.

— *Evolução da educação física no Brasil.* In: "Cultura Política", Rio de Janeiro, ano IV, n.º 41, junho de 1944, págs. 92 a 113.

Brasil-Re pública, 3.ª fase: 1937-1943. A constituição e a educação física. Legislação federal e estadual.

MENEZES, Djacir — *A propósito do plano de reforma dos cursos de ciências sociais.* In: "Cultura Política". Rio de Janeiro, ano IV, n.º 36, janeiro de 1944 págs. 148 a 153.

Comentário sobre um plano de reforma dos cursos de ciências sociais, de autoria do professor Jerzy Zborek.

— *Sumário histórico da educação no Estado do Ceará.* In: "Revista Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, vol. II, n.º 6, dezembro de 1944, págs. 351 a 374.

A educação através de atos administrativos; a primeira escola; a educação no século XIX; a renovação educacional.

MOACYR, Primitivo — *A Instrução e a República. Reforma João Luís Alves — Rocha Vaz (1925-1930).* 5.º volume (Ministério da Educação e Saúde). Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 1944. Imp. Nacional, 236 págs.

Este trabalho completa a obra em sete volumes publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com o resumo da legislação do ensino no período republicano.

— *O Congresso de Instrução Superior e Secundária, em 1922,* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 3, setembro de 1944, págs. 403 a 417.

Organização do congresso e suas principais resoluções.

NEIVA, Álvaro — *A Escola Secundária e a Formação de Atitudes Democráticas.* In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. I, n.º 3, setembro de 1944, págs. 371 a 375.

A democratização da escola secundária como problema de método; trabalho em cooperação; orientação educacional.

NEWLON, Jesse H. — *Formação para a democracia de nosso tempo.* In: "Formação", Rio de Janeiro, ano VI, n.º 73, agosto de 1944, págs. 77 a 84.

Democracia e os valores da personalidade humana; métodos da inteligência e científicos como base para educação para a democracia.

NUNES, Janari Gentil (Capitão) — *Novos rumos da educação no Amapá.* In: "Formação", Rio de Janeiro, ano VI, n.º 72, julho de 1944.

Declarações do governador do Território do Amapá sobre a educação dessa unidade federada.

OLIVEIRA, Olinto de — *Postos de Puericultura*. Coleção do Departamento Nacional da Criança — 100 (Ministério da Educação e Saúde). 3.* Edição. Rio de Janeiro, 1944, *Imp. Nacional*, 11 págs.

Ensino c auxilio às mães na criação dos filhos; organização c funcionamento dos postos de puericultura .

PENNA, A. — *A motivação e o incentivo no aprendizagem*. In: "Formação", Rio de Janeiro, ano VI, n.º 70, maio de 1944. págs. 30 a 37.

A verificação da influência da recompensa na aprendizagem.

PEREGRINO Júnior — *Sentido político e biológico da educação física*. In: "Cultura Política", Rio de Janeiro, ano IV, n.º 36, janeiro de 1944, págs. 154 a 163.

A educação física como elemento indispensável à estruturação corporal, espiritual c moral dos povos modernos.

PESSOA, Maria Alice Moura — *A aplicação dos "Testes ABC" em crianças indígenas, terenas e caiúás, de Mato Grosso*. In: "Formação", Rio de Janeiro, anos VI e VII, ns.º 73 e 75, págs. 52 a 55, e 12 a 27.

Resultados da aplicação dos "Testes ABC" a 57 crianças indígenas; comparação com os resultados obtidos com crianças de meio civilizado.

PESSOA, Roberto de (Capitão) — *Cursos e Conferências, Escola Nacional de Educação Física, Rio de Janeiro, 1944*, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde. 11 págs.

Conferência na abertura de aulas da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

PERNAMBUCO, Filho — *Centro de Pesquisas Educacionais; Colaboração da Secretaria Geral de Educação com o Ministério da Guerra*. In: "Rev. de Educação Pública" da Prefeitura do Distrito Federal, vol. II, n.º 6, abril-junho de 1944, págs-211 a 216.

Resultados apresentados pelo Serviço de Ortofrenia e Psicologia do Centro de Pesquisas Educacionais da Prefeitura do Distrito Federal do trabalho de apuração de testes de aptidão intelectual executados pela Diretoria de Saúde do Exército.

PIERSON, Donald — *Estudo e ensino da sociologia*. In: "Rev. Eras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, vol. II, n.º 4, outubro de 1944, págs. 21 a 64.

Fundamentos da sociologia; evolução de seus conceitos; plano de cursos; bibliografia para professores e alunos.

PINTO JUNIOR, A. R. — *Organização dos serviços administrativos dos estabelecimentos de ensino secundário*. In: "Formação", Rio de Janeiro, ano VI, n.º 71, junho de 1944, págs. 53 a 57.

A escrituração nos estabelecimentos de ensino secundário.

- PLANCHARU, *Emílio* — *Aspectos atuais da psicologia e pedagogia do trabalho*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, vol. I, n.º 2, agosto de 1944.
- Problemas da formação dos trabalhadores; o ensino profissional.*
- POURCHET, *Maria Júlia* — *Contribuição ao estudo antropológico-pedagógico de um grupo de repetentes*. In: "Rev. do Arquivo Municipal de São Paulo", Ano IX, vol. 94, janeiro-fevereiro-março 1944, págs. 153 a 160 c/gravuras.
- Inquérito sobre condições econômico-sociais e dados antropométricos de escolares residentes nos "morros" do Rio de Janeiro.*
- RAMOS, *Guerreiro* — *Aspectos sociológicos da puericultura*, Coleção D. N. C. n.º 109, Rio de Janeiro, 1944. *Imp. Nacional*, 45, págs.
- O fator social na proteção à infância; vantagens dos trabalhos técnicos de sociólogos, psicólogos sociais e assistentes sociais.*
- REAL, *Regina M.* — *Os museus de arte na educação*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, vol. II, n.º 6, dezembro de 1944, págs. 375 a 384.
- A moderna concepção de museus e suas possibilidades educativas.*
- RELATÓRIO, das atividades da Divisão de Educação Física no ano de 1943. In: "Boletim de Educação Física", M. E. S. — Rio de Janeiro, Ano IV, 194, abril, n.º 9, págs. 7 a 25
- REORGANIZAÇÃO do ensino público primário no Distrito Federal. In: "Formação", Rio de Janeiro, ano VI, n.º 68, março de 1944, págs. 3 a 12.
- Comentários em torno do Decreto n.º 7.718 de 5-2-1944.*
- RIBEIRO, *Adalberto Mário* — *A Escola Técnica Nacionaiil*. In: "Rev. do Serviço Público, Rio de Janeiro, ano VII, n.º 3, 1944, págs. 64 a 77.
- Dados históricos sobre ensino industrial no país; organização do ensino técnico.*
- RODRIGUES, *Milton Silva* — *A Faculdade de Educação da Universidade de Harvard*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, vol. II, n.º 5, novembro de 1944, págs. 231 a 236.
- Os planos de estudos da "Graduate School of Education", da Universidade de Narrará.*
- SANTOS, *Teobaldo Miranda dos* — *A Educação e a Religião*. In: "Verbum". Rio de Janeiro. Tomo I, fasc. 1, junho do 1944, págs. 61 a 70.
- Fundamentos religiosos da educação; valor e eficácia do ensino religioso na educação da infância e da juventude.*
- SCHIMIDT, *Maria Junqueira* — *Fase inicial da aprendizagem de uma língua viva pelo método direto*. In: "Rev da Educação Pública" da Prefeitura do Distrito Federal. Vo. I II, n.º 6, abril-junho 1944, págs. 195 a 210.
- Estágio fonético absoluto; a assimilação oral inconsciente, o trabalho oral consciente; a aquisição do vocabulário.*

- TERRA, ALCIMAR — *A escola primária e a aritmética*. Ins. "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio. vol. I, n.º 3, set. de 1944, págs. 387 a 392.
- Pesquisa sobre os conhecimentos matemáticos necessários à vida social em geral.*
- TOCHWICZ, Paulo (Pe. Dr.) — *A segunda grande reforma na Polônia*. In: "Formação". Rio de Janeiro. Ano VII, n.º 75, out. de 1944, págs. 5 a 11.
- Os problemas educacionais poloneses e a reforma de 1932; seus princípios fundamentais.*
- VELLOSO, Elisa Dias — *A apresentação das questões nas provas de nível mental*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro, vol. I, n.º 2, agosto de 1944, págs. 213 a 218.
- Ponderação das questões nas provas de nível mental.*
- VENÂNCIO FILHO, F. — *Jonatas Serano, Educador*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos". Rio de Janeiro. Vol. II, n.º 6, dez. 1944, págs. 396 a 400.
- Estudo biográfico do grande professor brasileiro, falecido em 1944.*
- WASHBURNE, Carleton — *A pesquisa na educação*. In: "Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos", Rio de Janeiro, Vol. II, n.º 4, out. de 1944, págs. 65 a 69.
- A criança e a sociedade como objetivos das pesquisas pedagógicas.*
- WURTH, Thiago M. — *Relatório do Instituto Pestalozzi referente ao ano letivo e a administração de 1943*. Porto Alegre. 1944. Of. Gráf. da Livr. do Globo. 18 págs.
- Movimento dessa escola para deficientes mentais, no ano referido.*

OS PROBLEMAS DA SAÚDE NA ESCOLA

O I Congresso Nacional de Saúde Escolar reunido, há algum tempo, em São Paulo, aprovou interessantes conclusões relativamente aos problemas da saúde na escola, e que representam notável contribuição ao estudo do problema. Para maior divulgação dos resultados da importante reunião, fazemos registrar a seguir as referidas conclusões, segundo os temas abordados pelo Congresso:

I — ORGANIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE ESCOLAR

- a) O exame de saúde das crianças escolares deve preceder à matrícula;
- b) O exame de saúde das crianças escolares deve ser feito periodicamente;
- c) O exame de saúde das crianças escolares deve ser feito por médicos especialistas;
- d) A remuneração por "unidade — exame médico" ou "unidade — tratamento dentário" torna possível o rendimento integral e a previsão orçamentária para o pagamento desses serviços;
- e) Os dados clínicos, obtidos pelos profissionais médicos ou dentistas, devem ser registrados na caderneta de saúde que acompanhará o aluno durante a vida escolar;
- f) O serviço médico-escolar deve tirar toda a vantagem dessa primeira arregimentação, colaborando intimamente com o professor para o aproveitamento máximo de seu esforço, com o fim de preparar uma adolescência sadia e culta para o prosseguimento regular de sua vida social;
- g) Os serviços de saúde escolar devem estar ligados à alta administração do Departamento de Educação, podendo, entretanto, os Gover-

nos dos Estados colocá-los, de acordo com as possibilidades econômicas ou interesses administrativos, no Departamento de Educação ou no Departamento de Saúde.

II — A SAÚDE DO ESCOLAR NOS MEIOS URBANOS E RURAIS

a) É preciso proclamar que muito pouco temos conseguido realizar do ponto de vista médico-escolar, no Brasil; se é verdade que há aparelhamentos elogiáveis nas grandes capitais, o problema no interior não foi, ainda, atacado;

b) Impõe-se um trabalho permanente no sentido de melhorar as condições de saúde escolar, usando de meios compatíveis com as possibilidades econômicas do Estado, trabalho esse extensivo às zonas rurais, onde a necessidade de socorro é mais relevante;

c) Torna-se urgente a construção de prédios escolares. Estes e o respectivo material devem ser construídos à base de técnica pedagógica, obedecendo aos requisitos exigidos para a defesa ou melhoria da saúde dos escolares;

d) Não se deve permitir a abertura e funcionamento de escolas, principalmente no meio rural, sem audiência e parecer favorável do Serviço de Saúde Escolar, sobre as condições de salubridade do sítio a ser dotado de escola e sobre o grau de sanidade de sua população;

e) O velho adágio "mens sana in corpore sano" tem razão de ser, tanto para o mestre como para o aluno, tornando-se mister, pois, para mestre e aluno, exame médico periódico;

f) As instituições peri-escolares, como as obras de cooperativismo e educacionais, são imprescindíveis ao aparelhamento escolar. O que se tem conseguido até agora tem sido pouco. Daí a necessidade da criação de um fundo escolar especial visando maior eficiência e mais amplo raio de ação, ao qual se poderá juntar o auxílio particular, no duplo sentido de facilitar a organização e custeio daquelas instituições, a fim de ser facultada integral assistência ao escolar;

g) Consagre-se a maior parte do programa de Biologia do curso normal à higiene, ou melhor, crie-se a cadeira de higiene iniciada no curso ginasial;

h) Pela escola rural, mediante preparo especializado do professor, deve ser desenvolvida uma campanha permanente em benefício da saúde das populações camponesas;

i) É indispensável tirar a escola rural de seu estado atual e dotá-la de um programa escolar que considere as tarefas da vida do campo entre as mais nobres;

j) É necessário estabelecer uma relação íntima entre a vida da criança e seu meio habitual, buscando maior bem estar para a primeira e o progresso para a segunda;

k) É conveniente que a criança aprenda, pondo em jogo suas próprias atividades, que terão uma finalidade tanto mais educativa, quanto melhor reproduzam situações reais da vida;

m) É necessário cuidar da alimentação sadia e suficiente, como fator decisivo para a energia da raça, e, isso, não como obra de beneficência, mas como dever social;

n) É necessário dar às crianças vestuário simples, segundo o clima e as estações do ano;

o) É indispensável desenvolver nas crianças o amor à terra nativa, ensinando-lhes sua história, suas produções e belezas, o cultivo de seus cantos, danças e festas nacionais, os ofícios manuais característicos da zona, exaltando-lhes o orgulho da virilidade e aptidões do povo brasileiro;

p) É necessário que se criem "aldeias escolares ou educacionais", como verdadeiros centros sociais de nova instrução e educação, nutrindo, assim, as gerações, nas fontes puras de nosso nacionalismo e incrementando o povoamento do Brasil com os seus próprios elementos.

III — CONDIÇÕES DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL PARA O EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

a) É questão pacífica a necessidade da proteção ao professor incapacitado para o exercício do magistério, não só para a sua própria defesa, como para a defesa dos alunos contra os malefícios resultantes da ação de um professor incapacitado ou ineficiente;

b) Medidas propostas para se atender à proteção do professor e dos alunos de acordo com o item anterior: seleção prévia dos candidatos à matrícula no curso de professores das Escolas Normais; exame médico periódico dos alunos durante o curso nas escolas normais; adoção da caderneta de saúde durante o referido curso, na qual se anotarão, pelo menos uma vez por ano, os dados clínicos obtidos em exame; exame médico por ocasião do ingresso ao magistério; exame médico durante

todo o exercício do magistério, periodicamente feito; adoção da caderneta de saúde para o professor na qual se anotarão, pelo menos uma vez por ano, os dados clínicos colhidos em exame; realização dos exames médicos por equipes de especialistas;

c) O professor primário, cuja soma de percentagem de alfabetização dividida por 25 der 75 %, ou mais. será aposentado com vencimentos integrais;

d) O professor primário, cuja soma de percentagens de promoção dividida por 25 der 85 %, ou mais será também aposentado com vencimentos integrais;

e) No caso de haver o professor lecionado classes de 1.º ano e classes de promoção, o cálculo se fará do seguinte modo: estabelecida a preliminar de que as parcelas de alfabetização e aprovação jamais poderão ser inferiores a 25 alunos, somam-se as parcelas de alfabetização e o resultado divide-se pelo número delas; do mesmo modo se procederá com relação às parcelas de promoção; se a média aritmética dos dois resultados encontrados fôr 80 %, ou mais, o professor será aposentado com vencimentos integrais.

IV — MORBILIDADE E MORTALIDADE NO MEIO ESCOLAR

a) O meio escolar pode apresentar condições favoráveis à disseminação de doenças ou consolidação de defeitos físicos ou vícios decorrentes de falta de educação sanitária. Mas, por outro lado, a escola representa um ótimo campo para execução de medidas de vigilância, atuação e educação sanitária;

b) Embora a mortalidade no meio escolar seja relativamente baixa, quando comparada a outros períodos etários, a morbidade. representada por doença declarada ou infecção subclínica, é elevada;

c) Entre as principais causas de mortalidade na idade escolar figuram as doenças infecto-contagiosas, em especial a tuberculose;

d) As causas violentas e acidentais representam fator importante na mortalidade em idade escolar, requerendo que se faça uma campanha educativa a respeito e que tomem os poderes públicos as medidas necessárias sobre a orientação e fiscalização do trânsito;

e) Uma grande parcela dos males que atingem a idade escolar é passível de prevenção;

f) Para isso faz-se mister um serviço médico-escolar bem aparelhado, se possível, ligado às organizações sanitárias em geral, representadas, com vantagem, pelos Centros de Saúde;

g) Verificada a importância das doenças infectuosas e parasitárias como causas de óbito e sendo muitas delas passíveis de prevenção por meio de medidas imunizantes, estas devem ser obrigatórias por ocasião do ingresso à escola. Ao lado da imunização antivariólica, já obrigatória, deve ser feita, também, a antitífica e a antidiftérica, com a anatoxina, devendo ser esta, de preferência, revacinação, e podendo ser condicionada a uma prova de Sehek prévia, pois na idade escolar já a proporção de imunes é relativamente grande;

h) Exames médicos sistemáticos acompanhados de prova de laboratório para diagnósticos de infecção ou pesquisa de portadores de germes, tuberculino-reações em massa e em série em caso de negatividade (Pirquet, seguido de Mantoux, em concentrações crescentes) para medir tuberculose-infecção, e censo torácico roentgenfotográfico, para despistar tuberculose doença, devem ser praticados, se possível, anualmente, inclusive por ocasião do ingresso na escola;

i) A incidência da tuberculose-infecção é bastante elevada entre os escolares;

j) Os escolares reconhecidamente tuberculino-negativos e nos quais a Roentgenfotografia nada revelar, poderão ser vacinados com o I3CG. Os alérgicos serão Roentgenfotografados e, caso contaminantes, serão retirados do meio escolar. Os professores e auxiliares do estabelecimento também devem passar por exame completo periodicamente, inclusive tuberculinizados e Roentgenfotografados, devendo ser afastados os que forem contagiantes;

l) O fechamento das escolas durante epidemias, ainda tão lembrado, não é aconselhável, exceto em casos especiais, como em meios rurais, não só por perturbar o ensino, como, também, por não impedir as reuniões das crianças e constituir a escola ótimo ponto de vigilância, atuação e educação sanitárias;

m) Quando numa escola surgir caso declarado ou suspeito de doença infecto-contagiosa, o doente e comunicantes devem ser afastados até não oferecerem mais perigo, e sempre que possível condicionado a provas de laboratório, dando-se do fato conhecimento às autoridades sanitárias, que serão os únicos juizes da época da volta de tais alunos

à classe. Vigilância diária deve ser estabelecida sobre os alunos que permanecerem freqüentando, a fim de afastá-los ao menor sintoma de doença;

n) A autoridade sanitária providenciará, não só quanto ao isolamento, vigilância e demais medidas referentes aos doentes e comunicantes, como praticará as imunizações e as pesquisas de portadores de germes, ou outras necessárias, nos casos em que tais medidas sejam indicadas ;

o) É no período escolar, ou quando muito no início do escolar. que deve ser de preferência feita a possível prevenção e correção de defeitos de visão, audição ou outros, a fim de garantir o desenvolvimento normal, físico, mental e intelectual da criança.

p) A assistência dentária à criança deve ser assegurada desde o período pré-escolar, mesmo na primeira dentição, sendo necessário prestar a devida atenção ao chamado dente dos seis anos, o primeiro grosso' molar, definitivo. Tais cuidados deverão prosseguir durante o período escolar, sabendo-se das íntimas relações entre os dentes e a saúde;

q) Há necessidade de maior assistência oftalmológica escolar no Brasil, principalmente em relação a profilaxia e tratamento fio tracoma, muito freqüente em certas regiões. Será feita em serviços fixos ou itinerantes, conforme as condições locais;

r) Para a realização dos serviços de assistência médico-escolar, é imprescindível a colaboração consciente do professor;

s) As cardiopatias, as tinhas e as doenças alérgicas são freqüentemente encontradas nos meios escolares, merecendo cuidados especiais de tratamento e profilaxia;

t) As doenças de ordem endocrinológica e o bócio são freqüentemente encontradas entre escolares, o que exige recursos especiais para investigações a respeito;

U) Urge que se criem escolas especiais, não só para débeis físicos ou mentais como, também, para hipocústicos, ambliopes, ou outros que, pelo seu número, venham a prejudicar-se e a prejudicar os normais, em classes comuns;

v) Parte importante deverá ser reservada à educação sanitária dos escolares, de valor primordial para a formação de hábitos sadios na criança e para a sua generalização a toda a população.

V — A EDUCAÇÃO SANITÁRIA NAS ESCOLAS

a) A educação da saúde deve ser realizada em todos os graus de ensino, desde a pré-escolaridade às faculdades de ensino superior, mas encarecida, sobretudo, na escola primária;

b) A educação da saúde deve constituir em implantar hábitos, atitudes e ministrar conhecimentos que permitam conquistar, conservar e aperfeiçoar a saúde, não somente no indivíduo, mas ainda na coletividade;

r) A educação da saúde não será feita como disciplina à parte, mas em todas as situações da vida escolar;

d) Faz-se mister estabelecer padrões de saúde e realizar experiências como testemunho de controle para dizer o valor exato da educação sanitária;

e) Na escola primária, o melhor agente de educação da saúde é a própria professora que, para isso, deve ter tido a necessária aprendizagem no seu curso de formação regular ou em curso de emergência;

f) A educação sanitária cabe realizar a educação da saúde, quando para isso não estejam preparadas as professoras, a quem sempre orientará nessa matéria, mesmo quando tenham, estas, feito cursos regulares ou de emergência, nos termos da conclusão anterior;

g) As organizações escolares que mais se prestam à educação da saúde são aquelas nas quais se põe em prática o princípio de "aprender fazendo";

h) Para a orientação dos professores, convém elaborar um programa no gênero de "Introdução à Educação da saúde", formulado, com esse objetivo, pelo Departamento de Educação do Distrito Federal;

i) O Departamento Nacional de Educação da Saúde poderá impulsionar decisivamente a educação da saúde, no Brasil.

VI — O PROBLEMA DOS REPETENTES NAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

a) O alcoolismo, por influência direta ou hereditária; o estado de subnutrição, qualitativa e quantitativamente; a verminose, a sífilis, a tuberculose e outros estados mórbidos; as deficiências de ordem pedagógica, como a falta de prédios apropriados, com salas amplas, bem iluminadas e arejadas e a falta de material adequado, são fatores do crescido número de repetentes. que assoberba, de modo aterrador, as administrações do

ensino, no país. Urge, pois, sejam tomadas medidas severas contra esses males, sob a ação direta do médico, do dentista e da educadora sanitária, que contarão com a colaboração dos educadores. Medidas outras, em favor da melhoria do padrão de vida da população do país, serão, também, tomadas, assim como em favor da criação de escolas técnicas para os pais, a fim de que possam eles dar melhor alimentação e melhores exemplos aos próprios filhos;

b) O problema dos repetentes, na escola primária, reveste-se de aspecto de ordem social, médica, psicológica, pedagógica e técnico-pedagógica. Assim sendo, exige medidas que o solucionem no sentido de elevar, cada vez mais, a percentagem de aprovação de alunos em todos os graus do ensino primário, com o que se conseguirá considerável redução de despesas com o ensino em todo o país. Para tal fim sugere-se: uma renovação escolar, segundo as exigências da vida atual, promovendo-se um reajustamento dos programas e do horário, à luz das modernas conquistas pedagógicas, com um curso de 5 anos, 200 dias letivos, em cada exercício escolar e 4 horas de aulas, diárias; melhor remuneração do professor, sempre que aos governos lhes parecer possível; a adoção sistemática e intensiva de uma alimentação sadia às crianças, na escola com o auxílio das Caixas Escolares e de outras instituições peri-escolares ou filantrópicas, ou mesmo dos próprios governos; cursos de higiene pedagógica de emergência, em caráter compulsório e prova de aproveitamento, para o professorado; instituição de um serviço de orientação pedagógica, entrosado com as delegacias de ensino, com as inspetorias escolares e diretorias de grupos, umas e outras entregues a professores, técnicos de educação, orientadores do ensino, aprovados em exames de seleção, os quais terão a incumbência de promover reuniões pedagógicas, para o fim precípuo de transmitir aos professores de escolas ou classes, orientação uniforme, emanada do próprio serviço; organização de um corpo de professores especializados no ensino do 1.º ano; a correção do sistema de remoção, afastamento, licenças, com a adoção de outro que evite as constantes mudanças de professores durante o ano letivo; a assistência médico-dentária, esta aplicada em maior escala aos repetentes, para o que se instalarão gabinetes médico-dentários em grupos escolares; o estabelecimento de um mínimo de 20 alunos promovidos, num máximo de 40, em cada classe, para que o professor adquira o direito de inscrição ao concurso de remoção; a entrega de alunos reprovados a professores, nas férias, mediante gratificação razoável; o estudo e adoção de métodos

e processos eficientes no ensino da leitura e da escrita, apontadas como o fator principal do insucesso nas séries mais adiantadas: 2.ºs, 3.ºs, 4.ºs, e 5.ºs anos.

c) A negligência dos pais e a frequência irregular às aulas são outros fatores prejudiciais ao aproveitamento escolar, para cuja solução se apontam a organização de corpos de agentes sociais (visitadoras ou educadoras sanitárias) ao serviço da escola e o desenvolvimento das instituições peri-escolares e post-escolares, particularmente das associações de pais e mestres, afim de que medidas de natureza clínica, ou outras, possam ser tomadas, vencendo preconceitos e resistência infundada do meio ambiente;

d) A deficiência mental, que constitui sério empecilio à redução do número de repetentes, exige corretivo enérgico e de caráter médico-pedagógico. A homogeneização das classes por meio de testes, ou pela intervenção do professor e do médico, com a ajuda da psicologia aplicada, das mensurações corporais e da avaliação dos alimentos dos alunos, ou, ainda, pelo seu exame pré-escolar, com a organização de um modelo de ficha para a correção, no início do ano letivo, para o grande mal, parece ser o remédio, bem como o reajustamento ao fim de um ou dois meses. A formação de classes especiais com número reduzido de "alunos-problema", é aconselhável;

e) O problema dos repelentes está em função de outro problema — o rendimento escolar. Assim sendo, o rendimento escolar deverá ser verificado periodicamente: no fim de cada mês, pelo professor, em escola ou classe; no fim de cada trimestre, no distrito escolar; no fim de cada semestre, na região escolar, o que justifica a realização de dois exames no ano para efeito de promoção;

f) O cinema, pelo choque e persistência, ativa as reações neuro-psíquicas, proporciona salutar descanso a outros centros, evitando a paralização do trabalho excretor das células cerebrais, restringe a distração nos limites dos fotoramas, pelos diversos recursos técnicos; aprofunda e consolida a impressão, tornando-a indelével e duradoura; restabelece elos dos assuntos e facilita a sua apreensão, no todo ou nas partes principais; dá excelentes resultados associado a outros elementos gráficos ou de projeção luminosa fixa. Deve, pois, ser utilizado, na sua condição de auxiliar do professor, como meio de reduzir o número de repetentes na escola primária.

VII — HIGIENE MENTAL NOS MEIOS ESCOLARES

a) Educação e Higiene Mental são problemas estritamente ligados, O psiquiatra tem na escola e no professor uma das armas principais na luta preventiva contra as doenças principais;

b) Os fatores psico-sociais são de mais alta importância na gênese dos distúrbios mentais. A necessidade de agir sobre as condições desfavoráveis do ambiente — sobretudo do ambiente familiar — faz ressaltar a grande significação do agente social psiquiátrico nos serviços de higiene mental da criança.

VIII — ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DOS ESCOLARES

d) Existe uma elevada proporção de desnutridos entre os escolares, que deve traduzir um estado de desnutrição também existente nos demais elementos da família;

b) Os diferentes autores sugerem medidas supletivas que se enquadram, seja na administração aos escolares do corpo de leite ou sopa, esta a chamada "sopa escolar", ou ainda de outros tipos de merenda; acordos nesse suplemento, alguns o pedem como medida para minorar os efeitos da fome relativa durante o período horário de estudo; outros indo além, como medida de real suprimento alimentar. O efeito educativo é também focalizado como de primordial importância;

c) Focalizam vários autores as medidas mais apropriadas para a realização, seja do suprimento de merenda ou de um programa mais vasto, como o do estabelecimento de refeitórios escolares;

d) Das discussões havidas, a propósito dos vários trabalhos apresentados, ressalta a extrema necessidade de preparar pessoal adequado, seja para a direção dos refeitórios ou fiscalização da alimentação entre os escolares como ainda, "e mais importante, a realização do ensino adequado da melhor forma de se alimentarem as famílias. Onde cuidar-se da intensificação do preparo de profissionais destinados a estes misteres, a saber: nutricionistas e auxiliares de alimentação, sem contar com o preparo da população; em geral, e, em especial, das donas de casa e das cozinheiras. A fim de não haver confusões possíveis sobre a competência e deveres das diferentes classes de profissionais, conviria o estabelecimento de uma comissão composta de elementos de vários setores do país, a fim de que se estabeleçam os mínimos exigíveis para o exercício de cada uma das profissões enumeradas. Não deseja o Congresso o esta-

belecimento de padrões rígidos, mas simplesmente que se tracem as normas contendo os mínimos acima referidos, deixando, a cada região, a liberdade de organizar, acima desses mínimos, o que mais convier ao bom preparo dos respectivos profissionais;

e) Sendo, o problema alimentar, parte integrante do grande problema médico-social e sanitário, convém que todas as medidas, a serem tomadas, o sejam, dentro do âmbito de atuação dos Departamentos de Saúde, especialmente no setor da educação sanitária, uma vez que o problema alimentar não se destaca do problema global da higiene e é dependente das condições econômico-sanitárias existentes.

IX — BASES CIENTÍFICAS PARA A RESTAURAÇÃO BIOLÓGICA DOS DÉBEIS FÍSICOS

a) A formação de gerações sadias e com desenvolvimento físico harmônico é uma questão vital para a Nação;

b) A educação física da juventude das escolas deve repousar sobre bases científicas, levando-se, em conta, os ensinamentos colhidos em outros países e adaptando-os ao nosso meio;

c) A missão da Escola, nesse sentido, consistirá em reduzir ao mínimo, por meio de jogos e ginástica adequados, os danos inevitáveis da imobilidade prolongada em posição sentada necessária para o estudo;

d) Para esse fim devem concorrer a boa distribuição dos horários, a correção dos defeitos visuais, o uso de carteiras individuais, e, sobretudo, uma ginástica apropriada;

e) Deve-se aumentar o número de médicos escolares, com estágio em clínicas ortopédicas, onde possam adquirir as noções fundamentais sobre as deformidades e vícios de postura;

f) A formação intensiva de professores de ginástica escolar deve ser favorecida, até que se possa dotar, cada cidade do interior, de, pelo menos, um desses indispensáveis auxiliares técnicos;

g)) Três tipos de ginástica são considerados: a escolar, a especial, e a ortopédica. Somente as duas primeiras podem e devem ser feitas na escola. A última, a ortopédica, já é da alçada do médico especialista;

h) A ginástica escolar é destinada a desenvolver os músculos que mais sofrem com a imobilidade em posição sentada. São eles: os extensores do tronco, os grandes peitorais e os grandes glúteos, além dos

músculos respiratórios. Esta ginástica visa, principalmente, melhorar a respiração e manter a postura correta;

i) A ginástica especial é destinada a certos e determinados alunos de tipo constitucional débil ou com tendência a atitudes viciosas e deformidades. Estes alunos devem ser previamente selecionados pelo médico e divididos em grupos afins, para a respectiva ginástica especial, a eles, mais adequada. Este agrupamento não é tarefa simples e deve ser feito cuidadosamente, para evitar erros que poderiam trazer agravamento em vez de melhoria das condições físicas do aluno;

j) Toda deformidade já iniciada ou estabelecida excluirá o seu portador tanto da ginástica geral como da especial, devendo o doente, neste caso, se se tratar de uma verdadeira doença, ser encaminhado para um serviço ortopédico, onde, ao lado de outros tratamentos, como aparelhos, por exemplo, lhe será indicada a ginástica mais adequada ao seu caso;

l) A organização e eficiência da ginástica nas Escolas depende de quatro fatores principais: médicos escolares com noções, indispensáveis de ortopedia; professores de ginástica particularmente instruídos para a ginástica escolar e especial e com noções de ginástica ortopédica; agrupamento cuidadoso dos alunos para a ginástica especial; tempo disponível para a ginástica;

m) A organização de horário especial para ginástica diária e jogos, sem aumento do horário atual, é indispensável, para combater os danos da Escola sobre o desenvolvimento físico das crianças;

n) Seria desejável que, entre cada hora de aula, se intercalassem, obrigatoriamente 10 minutos de ginástica escolar, mesmo que esta deva ser feita na própria classe;

o) Seria muito para desejar que a exemplo do que se faz em outros países, fosse proibido, aos professores, sobrecarregar os horários das aulas com trabalhos e problemas a serem feitos em casa.

X——A ADAPTAÇÃO E A ESCOLHA DE PROFISSÕES

a) A Orientação Profissional é um serviço de caráter social;

b) A Orientação Profissional deve visar o adulto, o adolescente, principalmente o menor que estiver a terminar o curso primário, aquele que, por lei, não está em idade de ingressar na vida profissional, e os anormais passíveis de orientação profissional;

c) A Orientação Profissional é um trabalho de cooperação entre a Família, o Estado, e as Instituições particulares;

d) A Orientação Profissional precisa da colaboração do médico, do psicólogo, do psicotécnico, do professor, do educador sanitário e do assistente social;

e) A Orientação Profissional exige pessoas especializadas para o serviço de orientação e aconselhamento profissional e educacional;

f) Há necessidade de por em prática, com modificações que atendam à situação atual, o que determina o art. 290 do Código de Educação do Estado de São Paulo, em seu capítulo III que trata dos Cursos Pré-Vocacionais;

g) O trabalho só constitui uma solicitação útil ao desenvolvimento psico-físico do indivíduo, quando este, por suas disposições mentais e corpóreas, se encontra em condições de satisfazer as suas exigências;

h) Para a escolha de uma dada profissão deve o indivíduo ser estudado do ponto de vista psico-físico, de modo a verificar-se se ele oferece as disposições mentais e corpóreas necessárias à realização integral das atividades peculiares à profissão escolhida;

i) Para o estudo das exigências do trabalho, cumpre realizar a sua análise funcional verificando qual a natureza e qual a intensidade de seu mecanismo;

j) Para o estudo do indivíduo do ponto de vista da sua constituição psico-física, recorrer-se-á ao emprego de provas clínicas e de psicotécnica, destinando-se aquelas, à determinação das possibilidades mentais do indivíduo;

l) Quando tais provas demonstrem a incapacidade psico-física do indivíduo, deve ele ser encaminhado para outra profissão, compatível com a sua capacidade, recorrendo-se, em tal caso à correlatividade e educação das funções;

m) A seleção profissional deve ser feita nos cursos vocacionais das escolas profissionais ou institutos congêneres, como condição essencial à preservação da saúde individual e à boa execução de um dado trabalho.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO MÊS DE FEVEREIRO DE 1945

I — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1 — É publicado o Aviso número 262, de 30-1-945, do Ministro da Guerra, que dispõe sobre matrículas no Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea, no corrente ano.

2 — É publicado o Decreto número 17.551, de 9-1-945, que concede reconhecimento a Faculdade de Direito do Piauí.

2 — É publicada a Portaria número 31, de 30-1-945, do Presidente do D.A.S.P., que cria, nos Cursos de Administração da Divisão de Aperfeiçoamento, um Curso Extraordinário de Sociologia, e aprova as instruções reguladoras para o seu funcionamento.

2 — É publicada a Portaria n.º 6, de 8-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial Lindolfo Collor, com sede na capital do Estado de São Paulo.

2 — É publicada a Portaria n.º 8, de 8-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Sul Mineira, com sede em Varginha, no Estado de Minas Gerais.

2 — É publicada a Portaria n.º 11, de 8-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Santo Adalberto, com sede na capital do Estado de São Paulo.

2 — É publicada a Portaria n.º 15, de 8-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de contabilidade e secretariado da Escola Técnica de Comércio de Além Paraíba, com sede em Além Paraíba, no Estado de Minas Gerais.

2 — É publicada a Portaria n.º 18, de 11-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de administração da Escola Técnica de Comércio de Araguari, com sede em Araguari, no Estado de Minas Gerais.

2 — É publicada a Portaria n.º 30, de 22-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial Luso-Brasileira, com sede em Santos, no Estado de São Paulo.

2 — É publicada a Portaria n.º 19 de 11-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de

secretariado da Escola Técnica de Comércio Santa Isabel, com sede em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

2 — É publicada a Portaria n.º 27, de 22-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial Rionovense, com sede em Rio Novo, no Estado de Minas Gerais.

2 — É publicada a Portaria n.º 28, de 22-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial Vladimir Mata, com sede no Distrito Federal.

2 — É publicada a Portaria n.º 29, de 22-1-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial Alberto Torres, com sede em Lageado, no Estado do Rio Grande do Sul.

2 — É publicado o Aviso n.º 261, de 30-1-945, do Ministro da Guerra, que dispõe sobre encerramento das aulas e exames do Curso de Aperfeiçoamento da Escola de Intendência do Exército.

5 — É publicado o Aviso n.º 293, de 2-2-945, do Ministro da Guerra, que determina o não funcionamento do Curso de Aperfeiçoamento para Capitães, no corrente ano, na Escola de Intendência do Exército.

9 — É publicado o Decreto número 17.699, de 30-1-945, que autoriza o Ginásio Moderno, com sede em Belém, no Estado do Pará, a funcionar como colégio.

10 — É publicado o Decreto-lei número 7.311, de 8-2-945, que cria, no Ministério da Fazenda, Curso de Aperfeiçoamento (C.A.F.).

14 — É publicado o Decreto número 17.400, de 19-12-945, que concede reco-

nhecimento aos cursos mantidos pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Porto Alegre, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

14 — É publicada a Portaria n.º 64, de 8-2-945, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento, no corrente ano, na Inspeção Regional de Sericultura, em Barbacena, do curso avulso de extensão de sericultura, baixadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

14 — É publicada a Portaria n.º 65, de 8-2-945, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do curso avulso de Meteorologia para Inspectores, baixadas pelo Diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

15 — É publicado o Decreto-lei número 7.318, de 10-2-945, que dispõe sobre concessão de gratificação de magistério a professor do Ministério da Marinha.

15 — É publicado o Decreto número 17.738, de 2-2-945, que aprova o Regulamento para a Escola Militar de Resende (primeira parte).

19 — É publicado o Decreto número 17.700, de 30-1-945, que autoriza o Ginásio São José, com sede em Fortaleza, no Estado do Ceará, a funcionar como colégio.

22 — É publicado o Decreto número 17.592, de 16-1-945, que concede reconhecimento a cursos da Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná, com sede em Curitiba, no Estado do Paraná.

22 — É publicada a Portaria n.º 77, de 19-2-945, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o

funcionamento do curso avulso de Reflorestadores, baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

22 — É publicada a Portaria n.º 78, de 19-2-945, do Ministro da Agricultura, que aprova as instruções para o funcionamento do curso avulso de Jardinagem, baixadas pelo diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

24 — É publicada a Portaria n.º 74, de 5-2-945, do Ministro da Educação, que cassa, a pedido, a inspeção preliminar concedida ao curso técnico de secretariado da Escola Técnica de Comércio Imaculada Conceição, com sede em Corumbá, no Estado de Mato Grosso, passando o estabelecimento a denominar-se Escola Comercial Imaculada Conceição.

24 — É publicada a Portaria n.º 75, de 5-2-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial de Garça, com sede em Garça, no Estado de São Paulo.

24 — É publicada a Portaria n.º 76, de 5-2-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio São José, com sede em Santos, no Estado de São Paulo.

24 — É publicada a Portaria n.º 77, de 5-2-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar aos cursos comercial básico e técnico de contabilidade da Escola Técnica de Comércio Vitor Viana, com sede na capital do Estado de São Paulo.

24 — É publicada a Portaria n.º 78, de 5-2-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao

curso técnico de secretariado da Escola Técnica de Comércio Sacré Coeur de Marie, com sede em Ubá, no listado de Minas Gerais.

24 — É publicada a Portaria n.º 79, de 5-2-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial São Paulo, com sede em Mirassol, no Estado de São Paulo.

24 — É publicada a Portaria n.º 80, de 5-2-945, do Ministro da Educação, que concede inspeção preliminar ao curso comercial básico da Escola Comercial N. E. da Piedade, com sede no Distrito Federal.

28 — É publicado o Decreto número 17.701, de 30-1-945, que autoriza o Ginásio Carlos Gomes, com sede na capital do Estado de São Paulo, a funcionar como colégio.

II — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS ESTADOS. IX) DISTRITO FEDERAL, E DOS TERRITÓRIOS.

1 — O governo do Estado do Ceará comissiona 4 professores estaduais para fazerem o curso de educação física na Escola Nacional de Educação Física.

3 — É publicado o Decreto-lei número 1.294, de 2-2-945, do Estado do Ceará, que cria o Serviço de Educação Física no Estado.

3 — É publicado o Decreto n.º 758, de 28-2-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre taxas escolares da Universidade de Porto Alegre como auxílio à Casa do Estudante, à Federação dos Estudantes Universitários, aos Centros Acadêmicos e para instituição de prêmios universitários.

4 — É publicado o Ato n.º 267, de 3-2-945, do governo do Estado de Per-

nambuco, que dá a denominação de "Historiador Pereira da Costa" ao grupo de Cordeiro, em Recife, e de "Dom Luís de Brito" ao grupo escolar da sede do município de Ingazeira.

7 — É publicado o Decreto de 6-2-45, do Estado de São Paulo, que anexa ao grupo escolar "Visconde de Porto Seguro", em Sorocaba, a mista de Roa Vista, no mesmo município.

7 — É publicado o Decreto de 6-2-945, do Estado de São Paulo, que localiza 6 escolas mistas, sendo duas urbanas e as demais de ensino rural nos municípios de Nova Aliança, Bauru, Avai e Itapeçerica da Serra.

8 — É publicado o Decreto-lei número 909, de 30-12-944, do Estado do Piauí, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1945, e consigna Cr\$ 5.315.900.00 ao Departamento do Ensino.

8 — É publicado o Decreto-lei número 14.513, de 7-2-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a criação, na Escola Profissional Secundária de Rio Claro, de um curso de corte e costura do ensino industrial básico.

8 — É publicado o Decreto-lei número 14.515, de 7-2-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre gratificações aos professores primários do Estado em regência ou direção de cursos populares noturnos.

9 — É publicado o Decreto número 2.133, de 8-2-945, do Estado do Rio de Janeiro, que considera de utilidade pública e desapropria um terreno na "Vila de Macuco", município de Cordeiro, o qual se destina à ampliação das dependências da escola pública local.

9 — É publicado o Decreto número 2.314, de 8-2-945, do Estado do Rio

de Janeiro, que considera de utilidade pública e desapropria um imóvel em Nilópolis, município de Nova-Iguassú, o qual se destina à instalação da escola estadual n.º 27 e das municipais "Professor Paris" e "Custódio Batista".

9 — O governo do Estado do Paraná nomeia 80 professores normalistas para regerem classes de grupos escolares do interior do Estado.

9 — É publicado o Decreto número 3.041, de 8-2-945, do Estado de Santa Catarina, que cria uma escola mista em Pintada, distrito de Praia Grande, município de Araranguá.

9 — É publicado o Decreto número 3.043, de 8-2-945, do Estado de Santa Catarina, que cria o Curso Complementar anexo ao grupo escolar "Padre Anchieta", da cidade de Florianópolis.

10 — São publicadas as Instruções n.º 2, de 9-2-945, do Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, que alteram os prazos fixados nas Instruções n.º 1, de 10-1-945, que determinam seleção de candidatos ao cargo de Diretor de Estabelecimento em comissão do Departamento de Educação Primária.

10 — É publicado o Ato n.º 342, de 9-2-945, do governo do Estado de Pernambuco, que comissiona professora de desenho e modelagem para fazer curso de aperfeiçoamento na Escola Nacional de Belas Artes.

10 — É publicada a Portaria n.º 26, da Diretoria Geral de Educação do Estado do Paraná, que determina a aplicação dos testes A B C nos grupos escolares das cidades de Ponta Grossa e Paranaguá.

10 — É publicado o Decreto número 2.135, de 9-2-945, do Estado do Rio

de Janeiro, que equipara à Escuta de Professores do Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro o curso normal anexo ao Ginásio "Sacré Coeur", de Valença.

11 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro renova, para o corrente ano letivo, a subvenção concedida a numerosas escolas particulares primárias do Estado.

13 — É publicada a Portaria número 27, de 29-1-945, da Diretoria Geral do Departamento de Educação do Estado de Sergipe, que aprova as instruções para as provas de habilitação dos candidatos ao Magistério Primário Municipal de Aracaju.

15 — É publicado o Decreto-lei número 1.115, de 14-2-945, do governo do Estado de Pernambuco, que estabelece normas regulamentares para o ensino normal.

15 — São publicados os Decretos ns.º 14.529, 14.530 e 14.531, de 10-2-945, do Estado de São Paulo, que dão a denominação de "Professor Antônio Alves Aranha", "Professor Antônio Vilela Júnior" e "Professor André Rodrigues Alkmin", respectivamente, aos grupos escolares de Valinhos, 5.º de Campinas e de Sumaré, também em Campinas.

15 — É publicada a Circular n.º 14, do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, pela qual é feita a distribuição dos substitutos efetivos nos grupos escolares na escala rotativa anual.

16 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro baixa portaria em que designa uma comissão permanente para estudar a articulação necessária dos programas

do ensino primário com as matérias de exame de admissão aos Institutos de Educação de Niterói e de Campos.

16 — É publicado o Decreto número 14.532, de 15-2-945, do Estado de São Paulo, que altera para "Bela Floresta" a denominação do grupo escolar de Novo Oriente, em Pereira Barreto.

16 — É publicado o Decreto-lei número 14.537, de 15-2-945, do Estado de São Paulo, que cria no quadro do ensino cinco cargos de professor padrão D. um de mestre padrão D e um de contra-mestre padrão C.

16 — É publicado o Decreto de 15-2-945, do Estado de São Paulo, que anexa ao 1º grupo escolar de Taquaritinga as escolas mistas de Vila Rosa e da Vila S. Vicente de Paulo.

16 — É publicado o Decreto número 14.542, de 16-2-945, do Estado de São Paulo, que fixa as áreas de jurisdição e as sedes das Delegacias Regionais de Ensino da Capital (oito) e do Interior (vinte e sete).

17 — O Diretor Geral de Educação do Estado do Paraná determina a instituição do regime de teste nas escolas para professores de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá e designa uma comissão para presidir aos trabalhos.

17 — É publicado o Decreto número 1.466, de 17-2-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que incorpora uma escola isolada ao grupo escolar da Entrada do Arroio Grande, município de Santa Cruz do Sul.

17 — É publicado o Decreto número 1.467, de 17-2-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que incorpora uma escola isolada ao grupo escolar "Quintino Bocaiúva", município de Cachoeira do Sul.

18 — É publicada a Portaria n.º 54, de 16-2-945, da Diretoria Geral do Departamento de Educação de Sergipe, que obriga a um curso especial e intensivo de Educação Física e Canto Orfeônico todas as atuais orientadoras e professoras dessas disciplinas nos estabelecimentos de ensino primário do Estado.

18 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro permite o funcionamento, em regime de grupo escolar, da escola isolada de "Vila Paraim", 2.º distrito de Vergel.

19 — É publicado o Decreto-lei número 1.342, de 18-2-945, do Estado do Amazonas, que abre crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxílio a colégios, escolas e associações.

19 — É publicado o Decreto número 3.100, de 14-2-945, do Estado de Santa Catarina, que cria o Curso Complementar anexo ao grupo escolar "Jacinto Machado" da vila de Jacinto Machado, no município de Araranguá.

19 — É publicado o Decreto número 3.105, de 17-2-945, do Estado de Santa Catarina, que cria uma escola mista em Fazenda, município de Itajaí.

20 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 2, de 17-2-945, do Diretor do Departamento de Difusão Cultural do Distrito Federal, que dispõe sobre o funcionamento de um Curso de Orientação do Ensino Elementar para Adultos.

20 — É publicado ato de 19-2-945, do governo do Estado do Ceará, que concede equiparação à Escola Normal Rural de Pacoti.

22 — É publicado o Decreto-lei, de 14-2-945, do Estado do Piauí, que altera a carreira de Inspetor do Ensino.

22 — É publicado o Decreto-lei, de 14-2-945, do Estado do Piauí, que cria função gratificada de secretário do Departamento de Ensino.

22 — É publicado o Decreto-lei, de 14-2-945, do Estado do Piauí, que dispõe sobre o provimento nos cargos de professor primário e de professor de educação física.

22 — É publicado o Decreto número 537, de 21-2-945, do Estado da Paraíba, que transforma as cadeiras elementares noturnas "Inácio Leopoldo" e "João Tavares" de João Pessoa, em Escolas Reunidas.

22 — É publicado o Decreto número 538, de 21-2-945, do Estado da Paraíba, que transforma as cadeiras elementares noturnas "Padre Rolim", "Sargento-Mor Melo Muniz", "Cardoso Vieira", "Manuel Tavares" e "5 de Agosto", em João Pessoa, em Escolas Reunidas.

22 — É publicado o Decreto n.º 539, de 21-2-945, do Estado da Paraíba, que transforma as cadeiras elementares noturnas "Joaquim Silva" e "Venâncio Neiva" de João Pessoa, em Escolas Reunidas.

22 — É publicado o Decreto n.º 540, de 21-2-945, do Estado da Paraíba, que transforma as cadeiras elementares noturnas "Barão do Abiaí" e "Maria Quitéria de Jesus", de João Pessoa, em Escolas Reunidas.

22 — É publicado o Decreto n.º 541, de 21-2-945, do Estado da Paraíba, que transforma as cadeiras elementares dos municípios de Bonito e Jatobá em Escolas Reunidas.

22 — É publicado o Decreto-lei número 14.550, de 21-2-945, do Estado de São Paulo, que dispõe sobre o ensino profissional ferroviário nas estradas de ferro de propriedade e administração do Estado e dá outras providências.

11 — É publicada Portaria. de 21-2-945, do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, que regulamenta o regime de matrícula e transferências nos estabelecimentos de ensino secundário e normal.

22--- É publicado o Decreto número 3.106, de 19-2-945, do Estado de Santa Catarina, que cria escolas mistas nas localidades de Ermida. distrito de Caru. e de S. Sebastião de Canoas, distrito de índios, no município de Lages.

22 — É publicado o Decreto número 3.107, de 19-2-945, do Estado de Santa Catarina, que cria uma escola mista em Içara, no município de Crescuma.

23 — É publicada a Ordem de Serviço n.º 6, de 22-2-945, do Diretor do Departamento de Educação Técnica do Distrito Federal que dispõe sobre a organização experimental de turmas e grupos de alunos para frequência às aulas das disciplinas de cultura geral e técnica, nas Escolas masculinas do D.E.T., bem como sobre a organização dos respectivos horários.

23 — É publicado o Decreto-lei número 14.553, de 22-2-945, do Estado de São Paulo, que regulamenta o concurso de ingresso ao cargo de adjunto de grupos escolares rurais do Estado.

24 — É publicada a Resolução n.º 5, de 23-2-945, do Secretário Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, que cria, em caráter experimental, uma colônia de férias na ilha de Paquetá.

24 — O Interventor Federal no Estado de Goiás assina decreto de concessão de subvenção de Cr\$ 12.000,00, no exercício de 1945, a várias instituições privadas de caráter cultural.

24 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro suspende o ensino na escola da rua Ernesto Ribeiro, em São Gonçalo.

24 — O Diretor do Departamento de Educação do Estado do Rio de Janeiro permite o funcionamento das escolas de "Abraão", em Angra dos Reis, e "São Vicente de Paula", em Araruama, em regime de grupo escolar.

24 — É publicado o Decreto-lei número 757, de 24-2-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que fixa as vantagens aos professores da Escola de Formação de Professores.

25 — É publicado o Decreto número 14.558, de 22-2-945, do Estado de São Paulo, que dá ao grupo escolar de Xicó, em Piracicaba, o nome de "Professor Corte Brilho".

25 -- É publicado o Decreto número 14.559, de 22-2-945. do Estado de São Paulo, que dá ao grupo escolar de São Bernardo, em Campinas, o nome de "Cristiano Volkart".

25 — É publicado o Decreto número 14.560, de 22-2-945, do Estado de São Paulo, que dá ao 2.º grupo escolar de Araras o nome de "Inácio Zurita Júnior".

25 — É publicada a Portaria n.º 11, de 24-2-945, do Departamento de Educação do Território do Guaporé, que prorroga até 25 de março próximo o "Curso de Emergência para Formação de Auxiliares do Ensino".

26 — É publicado o Decreto número 1.471, de 26-2-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que dá a denominação de "Luís de Camões" ao grupo escolar da Granja da Beneficência Portuguesa, em Gravataí.

27 — É publicado o Decreto-lei número 14.562, de 26-2-945, do Estado

de São Paulo, que cria um ginásio estadual, em São José dos Campos.

27 — É publicado o Decreto-lei número 14.563, de 26-2-94S, do Estado de São Paulo, que cria no quadro do ensino 17 cargos: um de diretor padrão J, um secretário padrão G, um de orientador educacional padrão H, oito de professor catedrático padrão H e seis de professor de aulas padrão G.

28 -- O Prefeito do Distrito Federal aprova o plano de matrícula nos estabelecimentos de ensino primário e pré-primário, organizado pela Secretaria Geral de Educação par;; o exercício de 1945.

28 — É publicado o Decreto número 3.111, de 27-2-945, do Estado de Santa Catarina, que cria uma escola mista em Sanga da Toca, município de Aranguá.

28 — É publicado o Decreto número 1.472, de 27-2-945, do Estado do Rio Grande do Sul, que cria um grupo escolar no distrito de Itapuã, município de Viamão, e outro no distrito de Morungava. município de Gravataí.

III — ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1 — A Prefeitura Municipal de Passos (Minas Gerais) instala 4 escolas rurais.

3 — É publicado o Decreto-lei número 10, de 3-7-944, da Prefeitura de Pio IX (Piauí), que eleva de Cr\$ 1.080,00 para 1.800,00 os vencimentos anuais do professor da escola "Presidente Vargas".

3 — É publicado o Decreto-lei n.º 11, de 3-7-944, da Prefeitura de Pio IX (Piauí), que abre o crédito especial de Cr\$ 3.300,00 para edifica-

ção de um prédio escolar, em cooperação com o Estado.

8 — É publicado o Decreto-lei número 12, de 3-7-944, da Prefeitura de Pio IX (Piauí), que abre o crédito suplementar de Cr\$ 500,00 como contribuição do município para o ensino estadual.

25 — É publicado o Decreto-lei número 595, de 24-2-945, da Prefeitura Municipal de São Paulo, que declara de utilidade pública imóveis situados no bairro do Tatuapé necessários à construção e instalação de estabelecimento de ensino.

IV — NOTICIÁRIO

1 — Noticia-se que foi iniciada em Guaíba (Ceará) a construção do edifício da escola de "tratoristas" e práticos de agricultura mecanizada.

2 — Instala-se na praia do Bogari de Salvador (Bahia) a Colônia de Férias para crianças das escolas públicas do Estado.

3 — É inaugurado o "Instituto dos Cegos da Paraíba", na cidade de João Pessoa (Paraíba).

3 — Instala-se em Belo Horizonte (Minas Gerais) a Escola "12 de Dezembro".

4 — É inaugurado o novo prédio da Escola "Raquel Figner" de Matai (Rio Grande do Norte).

4 — Noticia-se que duzentas professoras do interior fluminense encontram-se há um mês em Niterói (Rio de Janeiro) freqüentando os diversos cursos de aperfeiçoamento.

4 — Noticia-se que entraram em funcionamento as Escolas Práticas de Agricultura "Getúlio Vargas", em Ri-

beirão Preto e "Fernando Costa", em Pirassununga (São Paulo).

5 — Em prosseguimento à campanha de educação popular, a Associação dos Estudantes Secundários da Bahia inaugura uma escola na sede do "Palmeiras Esporte Clube", no bairro das Quintas da Barra, naquele Estado.

7 — Inaugura-se nas oficinas de Sete Pontes da Estrada de Ferro de Maricá a Escola Profissional "Dr. Sampaio Correia".

9 — Segue para a Capital Federal o Sr. Coelho de Sousa, Secretário da Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

10 — O Ministério da Agricultura informa que há 923 clubes agrícolas, em todo o território nacional, funcionando anexos a escolas primárias.

10 — É inaugurado o pavilhão do Jardim de Infância das Escolas e Ambulatório São José em Natal (Rio Grande do Norte).

14 — É fundada em Salvador (Bahia) uma sociedade para a defesa dos interesses do professorado primário do Estado.

14 — Visita a Argentina e o Uruguai a "Caravana Minas Gerais", constituída de professores e alunos da Escola Superior de Agricultura de Minas Gerais.

16 — É inaugurado o edifício das escolas reunidas da sede do município de

Barra de São Francisco (Espírito Santo).

16 — É inaugurado um curso de aperfeiçoamento do professorado primário do Território de Ponta Porã.

20 — Noticia-se que durante o ano de 1945 funcionarão 1.031 escolas primárias no Estado do Espírito Santo.

24 — Noticia-se que foi feita a doação, pelo Sr. Adalberto Gomes Pinto e Senhora, ao governo do Estado do Rio de Janeiro, de terreno destinado a complementar a área indispensável à construção do grupo escolar de "Piedade", município de Magé.

25 — Noticia-se que o comércio de Pedreiras (Maranhão) ofereceu 1.000 cruzeiros à Fundação Paulo Ramos, cujo objetivo é manter e dirigir cursos superiores no Estado.

25 — Inaugura-se a escola primária "Pimenta da Cunha" no Alto da Sereia, distrito da Vitória (Bahia).

26 — Noticia-se que foi realizado o Primeiro Congresso Pedagógico de Sorocaba (São Paulo).

26 — Seguem para o Rio de Janeiro a fim de freqüentarem a Escola Nacional de Educação Física vários professores comissionados pelo governo do Território de Ponta Porã.

28 — Noticia-se que está em construção o novo grupo escolar de Tapiratiba (São Paulo).

INFORMAÇÃO DO PAÍS

ESPÍRITO SANTO

O governo do Estado do Espírito Santo, de acordo com o plano de trabalho de seu Departamento de Educação, para o corrente ano, levará a efeito as se-

guintes realizações, com o fim de ampliar e melhorar o aparelhamento escolar do Estado: construção do Instituto de Educação; construção do Ginásio Salesiano; construção de dois Jardins de Infância; construção de uma escola nor-

mal rural; construção de uma piscina na Capital do Estado; prosseguimento da construção de onze grupos escolares; conclusão da piscina do Colégio Estadual "Muniz Freire"; instalação de uma escola de música; aquisição do material necessário a uma escola artesanal, anexa ao Patronato de Menores de Cachoeiro do Itapemirim; aquisição do material necessário a dois Jardins de Infância; ampliação e restauração do material de educação física dos estabelecimentos escolares; aquisição de material destinado ao Serviço de Cinema, Rádio e Teatro; aquisição de livros e demais material necessário às bibliotecas circulantes; instalação de um serviço para reparo e encadernação de livros; aquisição de material destinado ao Museu Capixaba; aquisição do material necessário para um sistema extraordinário de alfabetização dos núcleos de colonização estrangeira.

MARANHÃO

Funcionaram no Estado do Maranhão, em 1943, 827 estabelecimentos de ensino primário, sendo 493 mantidos pelos municípios, 216 pelo Estado e 118 particulares; nessas escolas, matricularam-se 42.244 alunos e freqüentaram efetivamente as aulas 29.678, dos quais foram aprovados 17.738, ou sejam cerca de

42% da matrícula geral e 70% da matrícula efetiva.

Em 1944 entrou em vigor o Convênio Estadual de Ensino Primário, firmado entre o Estado e seus municípios, pelo qual todas as escolas primárias municipais ficaram subordinadas tecnicamente à Diretoria Geral de Instrução Pública.

O governo do Maranhão comissionou os inspetores escolares Fernando Cardoso, José Maria Saldanha, Elpidio Hermes Carvalho, Nelson Chaves, Edmundo Silva e Leovegildo Tavares Silva para realizarem um curso de orientação e inspeção escolar no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

PERNAMBUCO

A administração do ensino do Estado de Pernambuco tem dado grande atenção ao problema das instituições auxiliares da escola. Assim é que funcionaram, em 1944, nas escolas elementares do Estado, 70 cooperativas escolares, com 13.211 sócios, tendo feito um movimento de Cr\$ 230.852,00; 87 bibliotecas escolares, com cerca de 18.500 livros selecionados e classificados; 72 círculos de pais e professores, que realizaram 389 reuniões. Circularam, ainda, nesse ano, 102 jornais escolares com a tiragem de 20.727 exemplares.

INFORMAÇÃO DO ESTRANGEIRO

COLÔMBIA

Pelos dados estatísticos referentes ao movimento escolar de 1943, possuía a Colômbia 10.491 escolas públicas com 635.936 alunos. Dessas escolas, 3.211 eram urbanas, de funcionamento diurno. e 271, noturnas; as restantes 7.009, localizaram-se nas zonas rurais.

Segundo as últimas estimativas dos serviços de estatística da República, a taxa de analfabetismo, na população colombiana, em geral, é de 39%.

ESPAÑA

A direção de material escolar das Missões Pedagógicas, do Ministério da Educação, organizou um plano para distri-

buição de aparelhos rádio-receptores nas escolas primárias. O estudo desse plano teve a contribuição do Conselho Superior de Pesquisas Científicas.

INGLATERRA

De acordo com a nova lei sobre a educação na Inglaterra, que terá a maioria das suas disposições aplicada no corrente nus. serão introduzidos grandes melhoramentos no padrão de construções escolares em todo o país. O Ministério da Educação estabeleceu um regulamento de construções de edifícios para escolas ao lado das autoridades locais. Esses regulamentos dizem respeito não só aos futuros educandários como aos já existentes.

Todos os novos edifícios escolares serão construídos em áreas afastadas das estradas principais, tendo plenitude de sol e de espaço em torno das suas instalações. Ao mesmo tempo contarão com amplas salas, cozinhas, acomodações para exames e tratamento médico, e, com exceção das menores entre as demais escolas primárias, duas ou mais salas de jantar.

As dimensões dos pátios de recreio serão no mínimo de 2.000 metros quadrados e no máximo de 56.000 metros quadrados.

As escolas secundárias possuirão cursos e salas de artes e ofícios, uma biblioteca, uma sala de sessões, com uma plataforma ou um palco, e um ginásio. Nos condados, as escolas deverão ser dotadas de aparelhos receptores de rádio e acomodações para projeção de filmes cinematográficos.

PARAGUAI

Seguiram para o Rio de Janeiro onde vão receber cursos de **aperfeiçoamento** no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, as professoras Francisca (Gimenez Céspedes, Herminia Ruíz Ovelar, Celsa Isabel González e Juana Sanchez Domínguez do ensino oficial paraguaio.

SUÉCIA

Por iniciativa da Associação de Professores Sueca, reuniu-se em Estocolmo um congresso para o estudo dos problemas da juventude e da escola popular. Essa reunião debateu especialmente os seguintes assuntos: perigos a que atualmente está exposta a juventude; seleção de leituras para a juventude; criação de círculos de estudos para jovens depois que deixem a escola; formação dos professores como orientadores do movimento da juventude. Uma das conclusões gerais do congresso reconhece a necessidade da coordenação educativa geral de todas as associações que se ocupam da juventude.

UNIÃO SUL-AFRICANA

A Liga em prol da Escola Nova, por sua seção de Joanesburgo, tentou uma larga experiência de alimentação racional dos alunos das escolas primárias desse distrito escolar. A experiência foi controlada pelo Conselho Sul-Africano de Pesquisas Pedagógicas e Sociais e revelou, como já seria de supor, os benéficos efeitos da alimentação racional sobre o desenvolvimento físico, a saúde e o trabalho escolar.

BIBLIOGRAFIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Serviço de Estatística da Educação e Saúde. *O ensino no Brasil em 1938*, Rio de Janeiro. 1943. Serviço Gráfico do I.B.G.E., 752 pág.

Desde o Convênio Interestadual de Estatísticas Educacionais, celebrado em 1931, passou o país a dispor de completos levantamentos estatísticos do ensino, a cada ano realizados com perfeita segurança e coerente sistemática. O presente volume, que é o sétimo da série de publicações semelhantes do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde, consta de duas partes, uma abrangente de todos os ramos de ensino, e outra que apresenta de maneira mais desenvolvida a situação do ensino primário geral, dando-lhe destaque que se justifica pela massa do disciplado e importância social desse grau de ensino.

Na introdução do volume, o Dr. M. A. Teixeira de Freitas, diretor do S.E.E.S. examina, com perfeita clareza, os aspectos gerais do movimento escolar no ano de 1938, dando também alguns dados retrospectivos referentes ao movimento do setênio 1932-1938.

Em 1938, funcionaram no país 41.554 unidades escolares, com 107.489 professores e 3.477.828 alunos. O movimento de alunos aprovados foi de 1.579.849 e as conclusões de cursos 280.448. O ensino primário compreendia no total geral 3.108.176 alunos, ou 89,37% do total.

Da totalidade de escolas, 44% eram mantidas pelos Estados, 28% por particulares, 27% pelos municípios, e 1% pela União.

A comparação dos dados de 1932 a 1938 evidenciam acentuada ascensão em todos os valores. Nesse período, cresceu o número de escolas em 40%, o de professores em 41%, o de alunos em 53%, e o de conclusões de curso em 93%.

O cotejo oferece impressão muito animadora mas como salienta o diretor do S.E.E.S., tornam-se necessárias análises mais profundas, a fim de que se atenuem o otimismo que um exame superficial das cifras poderia inspirar.

Segundo os graus de ensino cresceu o ensino elementar, quanto ao número de alunos em 51% e o ensino médio, em 98%. O ensino superior, no entanto, embora aumentasse o número de estabelecimentos em 34% teve a matrícula reduzida de 1%.

Repetindo afirmações do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, diz ainda o Dr. Teixeira de Freitas: "Esses números atestam, antes de tudo, e com extraordinária eloquência, quanto foi feliz e oportuna a iniciativa da Associação Brasileira de Educação, em 1931, quando conseguiu transformar em auspiciosa realidade o inspirado pensamento de Heitor Lira, de que o conhecimento exato

dos problemas do ensino no Brasil haveria de ser o ponto de partida daquela generosa campanha que se destina a construir a grandeza nacional sobre os sólidos alicerces da educação e da cultura. Depois, os algarismos revelam a auspiciosa progressão que, sob diferentes aspectos se observa em todas as regiões do país no desdobramento das atividades pedagógicas. Mas testificam, também, que, sem embargo do avanço rápido já realizado ultimamente, ainda assume vultoso temeroso e apresenta perspectiva de veras sombria a obra que o Brasil precisa empreender, quanto antes, a fim de imprimir à educação de sua gente o alcance, a compreensão e a eficiência por que clamam insistentemente os destinos da pátria".

Para essa tarefa, o conhecimento objetivo, pela estatística, apresenta o necessário material a ser cuidadosamente estudado. O presente volume e a série em que se integra facultam à pesquisa dos técnicos a necessária documentação, a qual se tornará tanto mais valiosa quanto maior for o número de autorizados intérpretes com ânimo e disposição de lhe procederem ao estudo e de extrair dela todos os ensinamentos que contém.

EDGARD DE CARVALHO NEVES, *NOVA organização dos serviços de saúde*, 1945. Rio de Janeiro, Sep. do "Bolet. de Higiene e Saúde Pública", 26 pág.

O A. encara os problemas de reorganização do mundo, em face dos mais modernos conhecimentos da saúde e da eugenia, e demonstra a necessidade urgente de uma nova formação e preparação dos pais e professores, para os encargos que lhes cabem na educação da saúde das crianças e jovens.

Apresenta a seguir o projeto de uma Divisão de Saúde da Raça, que propõe

seja criada nos Departamentos de Educação. Esse órgão compreenderia dois setores, um de inspeção médico-sanitária escolar, e outro de inspeção da saúde e higiene da raça. O primeiro deveria possuir os serviços de construção escolar, controle de doenças transmissíveis, inspeção médica e dentária, além de clínicas diversas. O segundo deveria abranger os serviços de higiene do ensino, de educação física, de formação eugênica e, ainda, uma escola superior técnica de saúde.

Pode parecer estranho a quem não tenha penetrado na substância da nova organização eugênica-educativa da escola, diz o A., que no plano que apresenta se encontrem serviços já existentes em outros domínios da administração. Por princípio, no entanto, esclarece, a escola deva contar com os recursos próprios que lhe proporcionem todos os elementos capazes de lhe garantirem o êxito da missão de que se acha investida.

MINISTÉRIO DE EDUCACÓN NACIONAL, *La extension cultural en 1944*, Bogotá, 1944, Prensa de la Biblioteca Nacional, 110 pags.

Completo relatório das atividades da Diretoria de Extensão Cultural do Ministério da Educação da Colômbia, no ano terminado em junho de 1944, e pelo qual se verifica o movimento dos serviços de investigação científica, artística e literária do grande país, dos museus e exposições de arte, e das emissões de sua Radiodifusora Nacional.

O relatório é precedido de texto da mensagem, com que o enviou ao legislativo do país, o Ministro da Educação, e, bem assim, de uma bem elaborada introdução, sobre o futuro da cultura europeia e a posição da América em face da crise que essa cultura apresenta.

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS

A figura de Franklin Delano Roosevelt impôs-se ao respeito e à admiração do mundo. Nele viam os educadores um "homem representativo do espírito de liberdade das Américas"; "alto expoente da democracia"; "intérprete da unidade espiritual dos povos"; "educador do Continente"; "educador do Mundo". Já em 1943, recomendava a I Conferência de Ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas que, em cada país do continente, se desse o seu nome a uma escola. A essa idéia, bem recebida, em toda a parte, foi acrescida, há pouco, a sugestão de que, em cada uma das unidades brasileiras, haja uma escola que perpetue o nome do grande estadista. A iniciativa partiu da Página de Educação, de "O Jornal", do Rio de Janeiro, dirigida pelo DR. Fernando Tude de Souza, que, ao justificá-la, solicitou a opinião-de várias personalidades norte-americanas e brasileiras sobre "a figura de Roosevelt, como educador". Associando-se a essa homenagem, REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS transcreve a seguir às opiniões recolhidas pelo "O Jornal", dignas todas de leitura por parte de nossos educadores.

ROOSEVELT NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA AMERICANAS

ADOLF A. BERLE JR.

Embaixador dos Estados Unidos.

O Governo é, em si mesmo, um processo de educação no sentido mais amplo do termo. É um dos processos por meio dos quais as idéias são lançadas na corrente da ação prática e por meio dos quais resultados concretos são obtidos.

O Presidente Roosevelt, certa feita, referiu-se a si mesmo Como sendo sobretudo um engenheiro, cuja tarefa era a de tornar reais e concretas as idéias abstratas produzidas por homens nas escolas, universidades, laboratórios, hospitais igrejas e em estudos particulares. Disse ele, na mesma ocasião, que era para isso e só para isso que existiam os políticos. Sem dúvida alguma subestimou sua grande contribuição pessoal, pois ele era um aplicado estudante em muitos assuntos.

Mas, igualmente insistia que nenhum governo, e, particularmente, nenhuma democracia como os Estados Unidos, podia tirar proveito das grandes realizações da cultura e dos estudos, a menos que o povo cada vez mais aumentasse a sua capacidade de entender e de expressar-se. Por este motivo, acompanhava continuamente as estatísticas de educação nos Estados Unidos e outros países, dedicando

particular interesse à eliminação do analfabetismo, ao crescimento da educação primária e vocacional. Era fácil, dizia ele, para um professor ou mestre subir às camadas mais altas do pensamento; era difícil, porém descer até as raízes e colocar o saber, a ciência e o pensamento à disposição de todos. Até o fim da sua vida interessou-se vivamente pelo pequeno político, pelo pequeno professor, pela pequena escola, pelas providências simples por meio das quais as comunidades levam a riqueza da civilização aos grupos menos educados e menos felizes na sociedade.

Uma das suas famosas experiências foi a National Youth Administration que, entre as suas tarefas, incluía a de ministrar educação vocacional às zonas do interior dos Estados Unidos, onde as facilidades educativas fossem raras e o dinheiro escasso. Sua idéia era simples: em cada vila e cidade, havia sempre pessoas que sabiam mais do que o resto da localidade. Talvez entendessem mais de mecânica: fossem capazes de consertar carros e máquinas agrícolas; ou talvez fossem redatores ou diretores de jornais que tinham uma certa noção dos problemas sociais e políticos. Tais homens podiam ser destacados para quaisquer ocupações — mestres nas fábricas, diretores de jornal local, encarregados de lojas ou restaurantes. Estes, pensava ele, não tinham apenas o direito, mas o dever de ensinar o que sabiam na forma mais simples e mais humilde. Por sua vez, podiam receber ensinamentos de gente que tivesse mais educação. Quando os homens entravam para o exército, recebiam ensinamentos, como se estivessem nos "youth camps" e nos centros da Youth Administration.

Nas esferas mais altas, era concepção do Presidente Roosevelt que os corpos docentes das universidades, os profissionais, os cientistas e os técnicos constituíam um Estado Maior intelectual da nação. Achava que estes homens — principalmente os homens fora da vida política — deviam trabalhar juntos e propor soluções para os problemas nacionais. Tais soluções, tomadas em conjunto, deviam constituir programas nacionais dos partidos políticos, os políticos, afinal de contas, pensava ele, devem escolher mais do que fazer programas. O grupo de homens de universidade, conhecido como "brain trust", reunido em 1932 e 1933, foi selecionado de homens que estavam interessados, como cientistas e não como políticos, em analisar problemas econômicos nacionais, e propor soluções possíveis. Sempre esteve a estimular grupos universitários e profissionais, a analisar e propor programas para problemas nacionais entre os quais podem ser citados a saúde pública, o levantamento do padrão de vida nas áreas rurais, o desenvolvimento dos recursos naturais, a melhoria da agricultura, e, na verdade para a maioria dos grandes problemas sociais dos Estados Unidos. Muitos dos homens que, sem razões políticas, traçaram tais programas foram chamados para postos de responsabilidade política e governamental.

O Presidente Roosevelt, rindo alegremente, não aceitava o papel de pregador ou moralista; mas, seu princípio básico era essencialmente moral. A educação e a cultura que não fossem para ser repartidas e que não aumentassem constantemente a sua influência e os seus serviços junto ao povo eram, pensava ele, coisas mortas. O segredo da vida é o crescimento; a educação e a cultura são mais valiosas quando criadas mais livremente.

MESTRE DA HUMANIDADE

AFRANIO PEIXOTO

Do Instituto Brasil-Estados Unidos e da
Academia de Letras.

Roosevelt é um daqueles *Representative Men*, de Emerson. Representa, exatamente, o homem do seu país. O americano simbólico, votado à experiência da vida com a liberdade de pensar e resolver, sem os entraves milenários asiáticos, sem as idéias que coagem aos europeus... Por isso, entre Churchill, monarquista, e Stalin comunista, ele representou, simplesmente, o humano; logo no começo do conflito deu à Inglaterra, prontamente, o auxílio máximo, da solidariedade, de munições, dinheiro, víveres, antes da opinião pública se definir pelo sangue também, não indagando se era um serviço ao Governo de Sua Majestade... Ao ser invadida a Rússia, garantia-lhe toda a assistência, sem indagar se estava ao lado de Marx e de Lenine... Era o humano, contra os bárbaros, que ameaçavam o mundo civilizado, em nome de um credo torcionário, de hospício de loucos, — o nazi-fascismo.-

A América foi votada à educação. A civilização em mudança, diante da crise econômica e espiritual mais espantosa que o mundo já viu, proclamando-se a decadência do Ocidente, a nova Idade Média, a luta das classes, solto o espírito do motim, desordem, caudilhismo, reação... Na América Latina, na China, na Alemanha, na Itália, na Espanha, Portugal... a maior nau que teria a maior tormenta, os Estados Unidos dão ao mundo, sob Roosevelt, o exemplo do que pode a educação...

Não as soluções empíricas das facções, das seitas, dos partidos, primárias que seguem idéias falsas, obsessões, *apriõris*... Na América, para honra de 130 milhões de homens educados, dirigidos por um mestre, procuram-se resolver os problemas americanos com a experiência anterior, sem esperar o milagre, nem a autoridade, nem a desordem, que se chamou a "nova-ordem"...

A América é apenas uma boa escola-ativa. Os *Child study* reúnem-se, anualmente, na Casa Branca, sob Roosevelt, como a política de defesa da liberdade do homem, irradia de Washington, sob Roosevelt. A "Carta do Atlântico" é a restituição ao mundo, da fé que trouxeram os Peregrinos simbólicos do "Mayflower". que buscaram na América a experiência dessa liberdade... Deus queira que essa América possa educar o mundo... Roosevelt terá sido um grande mestre, dessa escola.

UM CAVALEIRO DO GRAAL

ROQUETTE PINTO

Do Instituto Nacional de Cinema Educativo
e da Academia de Letras.

Não tenho aqui presentes documentos que me permitam avaliar o que fez Franklin Roosevelt pela educação sistemática do seu grande povo. Sei, porém, o que lhe deve a educação humana universal. Sei o que as nações do mundo inteiro ficaram devendo ao herói que a doença mutilou mas não abateu, dando-lhe mesmo ocasião de sublimar as suas qualidades excelsas. Não conheço na história da humanidade

vida mais edificante no sentido de despertar, pelo exemplo da energia indomável a serviço de uma inteligência sempre alerta, um coração enxarcado de altruísmo, o que de melhor se pode achar em qualquer homem, mesmo nos maus.

O exemplo pessoal, na educação, tem o valor dos moldes em que se vasa o metal na hora de fundir a obra d'arte. Nada o pode substituir. Sem ele a matéria permanece livre das linhas que foram sonhadas pelo criador.

Narrem os educadores às crianças a vida de Franklin Roosevelt. E não se esqueçam de compará-lo ao Cavaleiro do Graal da lenda antiga, o mesmo que saiu do Montsalvat para ir a qualquer parte da terra onde houvesse uma injustiça a reparar, uma vítima inocente a socorrer.

O cavaleiro de quem dizia a lenda:

"The spirits of darkness where he dwells take flight... "

O herói da lenda, ao partir, deixou no mundo a sua tuba, a sua espada e o seu anel. Roosevelt também deixou a sua grande voz,, gritando pela liberdade e pela justiça; o seu exército de libertadores, inimigos de todas as tiranias, o seu anel admirável que é a *União das Nações Americanas*.

ROOSEVELT, APÓSTOLO E MESTRE DE EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

A. CARNEIRO LEÃO
Da Universidade do Brasil e
da Academia de Letras.

Nenhum chefe de Estado norte-americano demonstrou, em nenhum momento da História dos Estados Unidos, maior fé na educação. Nenhum outro deu provas de maior confiança na ação democrática da escola nem trabalhou mais profícua-mente para democratizá-la.

A "National Youth Administration" — Administração Nacional da Juventude — criada pelo presidente Franklin Delano Roosevelt, em junho de 1935, constituiu, imediatamente, um dos instrumentos mais hábeis para a realização efetiva da Democracia. Seu fim foi logo fornecer oportunidade às centenas de milhares de moços, em situação financeira precária, de se matricularem e freqüentarem as escolas secundárias e as universidades.

A "Administração Nacional da Juventude" forneceu então trabalho tanto quanto possível adequado às aptidões de cada qual para que todos vivessem condignamente e pudessem persistir nos estudos até o fim dos cursos. No ano seguinte, 1936, mais de cem mil jovens de ambos os sexos já recebiam ali educação secundária, sustentados pela benemérita instituição "rooseveltiana". Apenas Nova York nessa ocasião possuía assim amparados mais de trinta mil estudantes.

Hoje, qual será a cifra dos beneficiados ?

— Trezentos mil ? Quinhentos mil ? Um milhão ?

O grande presidente, o consolidador da definitiva compreensão entre as pátrias americanas, o líder da liberdade, foi o apóstolo e o estimulador da educação democrática, o mestre da educação para a democracia, nos atos, nas palavras e no exemplo.

Na hora mais crítica para os regimes democráticos no mundo era de seus lábios que ouvíamos encorajados e alertas: "Genuine knowledge demands freedom

to persue it". Ou, em "vernáculo", — o verdadeiro conhecimento para ser encontrado exige liberdade. E concluiu: "é essa crença na liberdade mental, no livre exame, proclamados em nossa Constituição e observados diariamente em nossas relações com os problemas da vida, que nos distingue como Nação".

Ninguém poderia agir mais acertadamente nem se expressar melhor no sentido da educação para a democracia.

A OBRA EDUCATIVA DE ROOSEVELT

ABGAR RENAULT

Do Departamento Nacional de Educação.

A grande obra educativa de Franklin Roosevelt refulge assim no plano da sua vida particular como no plano da sua vida pública.

No plano da vida particular — pelo exemplo da energia do querer, que logrou reduzir e conquistar a ação mutiladora de terrível condição física, transformando um inválido num lidador, e pela força da sua fé em Deus.

No plano da vida pública — pelo fulgor da sua ação de governo, que ultrapassa o presente e assume, em seus efeitos, todas as características do intemporal, em razão do que representa de fidelidade ao ideal, de obstinação nos propósitos de vocação para servir à sua pátria ilustre e, por via de repercussão, ao mundo, do seu respeito pela cultura e da tradução em ato das suas advertências e conselhos, da sua vigilante predicação democrática e do que contém de solidariedade com os fracos, os oprimidos e de transcendente humanidade.

ROOSEVELT FOI MAIS QUE UM LÍDER

WILLIAM REX CRAWFORD

Adido Cultural da Embaixada Americana.

Roosevelt não foi apenas nosso "leader" no sentido bem americano e democrático da palavra — mas como todo grande homem, ele foi um educador. Ensinou-nos algo de muito maior valor que as ciências com que as escolas se ocupam, empregando forçosamente tanto tempo. Mostrou-nos as realidades do mundo que nos cerca, não que sejamos obrigados a nos submeter a elas como que levados pela correnteza ou como que impotentes contra elas, mas para que possamos encontrar os meios para lutar, "realizar" e construir. Reafirmou para nós os valores espirituais ao lado dos quais nossa nação sempre se manteve, e os afirmou, não como tradições e mitos, mas como algo capaz de se tornar realidade.

Como todos os grandes mestres, amava as crianças e as potencialidades que estas têm para realizar o sonho que todos nós possuímos, e que podemos perder aos poucos, se nos descuidamos. Quando procurou a suprema expressão de nosso objetivo, compreendeu que o que amávamos deveria ser guardado para nossas crianças, para que elas pudessem gozar da libertação do medo e da necessidade, da liberdade de palavra e de crença.

Todas essas coisas representam muito mais que os detalhes de um sistema educacional e podem orientar um sistema educacional em direção aos fins mais elevados e estimular a Humanidade a realizar esses fins.

FRANKLIN DELANO ROOSEVELT

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS
Do Serviço de Estatística da Educação
e Saúde.

Foi o presidente Roosevelt um "educador" ?

Sim. Foi o educador político, o educador das massas. Um dos maiores educadores do Homem, que a humanidade já produziu, na era cristã.

Foram-lhe discípulos todos os homens de boa vontade que tiveram a ventura de conhecer e compreender seus princípios de igualdade social, seus processos democráticos para enfrentar a obstinação das turbas, suas audaciosas realizações de governo, seus nobilíssimos sentimentos de fraternidade humana, os objetivos — sempre generosos e largamente compreensivos — de sua ação pública.

O sentido humano — e quase sobrehumano — que Roosevelt imprimiu às tarefas de estadista que levou a termo, foi também uma lição magnífica oferecida a todos os líderes políticos. Nunca temeu os empreendimentos ousados e renovadores, provado estivesse que tais empreendimentos eram soluções felizes ou poderiam trazer um acréscimo de felicidade e bem-estar à comunidade social. Mas, erguendo-se corajosamente contra todas as barreiras do espírito de rotina, do obscurantismo, dos interesses escusos ou mal compreendidos, nunca pensou em superá-los com o recurso à violência, ao suborno, à intriga, ao engodo ou à mentira. Pelo contrário, suas armas sempre foram a livre discussão, a argumentação serena e bem documentada, a demonstração prática. Numa palavra, as armas da inteligência e da lealdade. E assim, a pretexto de fazer a felicidade das massas, nunca as privou de examinar e escolher o caminho do seu progresso. Antas confirmou-as — conformando-se ele próprio com a vontade coletiva — no sentimento de responsabilidade e livre determinação, que faz os homens verdadeiramente felizes, mesmo quando suportam as conseqüências dos erros que não souberam evitar.

Possam, pois, os métodos de Roosevelt "fazer escola" entre os condutores de povos. Que o seu luminoso pensamento de paz e justiça entre os homens encontre agora a compreensão que merece. E venha a inspirar a nova ordem social que o futuro próximo nos promete e a humanidade ansiosamente espera.

ROOSEVELT E A JUVENTUDE DOS ESTADOS UNIDOS

JOHN E. ENGLEKIRK
Do Coordenador de Negócios
Inter-Americanos.

Franklin Delano Roosevelt tinha uma fé inabalável na juventude da nossa Pátria. Ele — e Mrs. Roosevelt também — nutria um interesse vivo e pessoal nas organizações e em todas as atividades dos moços. Por mais cheios e ocupados que fossem os seus dias, sempre encontrava tempo para dirigir-lhes a palavra ou para falar em favor dos mesmos. Defendia, mais especialmente, a causa da criança pobre, pois compreendia que, acima de tudo mais, nossas instituições democráticas e nosso modo de viver estavam garantidos apenas até onde garantíssemos a toda nossa juventude o melhor que nosso dinheiro e nossa capacidade pudessem prover: "... nenhuma criança americana, somente por ter nascido onde os valores da

propriedade são baixos e as taxas locais não dão para construir boas escolas, deverá ficar em situação desvantajosa na sua preparação para a cidadania... se em qualquer parte do país alguma criança carece de oportunidade para a vida do lar, proteção à saúde, educação ou desenvolvimento moral e espiritual, a força da Nação e sua capacidade de estimar e levar avante os princípios da democracia ficam, por isso mesmo, enfraquecidas". Aqui, na educação da nossa juventude para o papel que ela tem de desempenhar nos dias terríveis que Virão, havia um desafio digno do espírito de pioneiro dos nossos pais: havia uma nova fronteira que não admite barreiras, nem em espaço, nem em tempo: "O maior recurso elementar deste país é a sua juventude e nenhum governo progressista pode permitir-se ignorar as necessidades que têm os seus futuros cidadãos de uma vida escolar adequada e desse trabalho útil que faz dos jovens uma parte da economia nacional. Ignorar tal necessidade é solapar a própria base da democracia que requer a renovação constante de sua vitalidade por meio da absorção de seus jovens. "

ROOSEVELT, EDUCADOR DO MUNDO

LOURENÇO FILHO

Do Instituto Nacional de Estudos
Pedagógicos.

Roosevelt só poderia ter surgido no seio de um povo que se constituiu pela educação, que pela educação se tornou unia pátria livre, em que a educação c nota dominante do pensamento social. Sua vida foi a lição da força do espírito sobre a matéria. Sua obra política, animada do mais profundo sentimento de solidariedade humana, a expressão da mesma fé que o seu povo põe na educação, como insubstituível elemento de equilíbrio social e de vila democrática. Por sua formação, pelo poder de seu espírito e império das circunstâncias, Roosevelt não podia deixar de ter sido, como realmente o foi, também, um incansável educador. Não e apenas educador de uma classe; não c apenas, o educador de uma nação; não, ainda, e apenas, o educador de um continente; Roosevelt foi um autêntico educador do mundo. A compreensão do que pode c deve ser a educação, em futuro próximo, em seu país, está no plano que submeteu ao Congresso, em março de 1943, elaborado pelo "National Resources Planning Board". A extensão do que deve ser a educação nas Américas está na tarefa que realizou e no espírito que imprimiu à política de "boa vizinhança". A visão do poder da educação entre todos os povos está nos princípios da Carta do Atlântico. "Jamais se perdem de todo as conquistas da educação", afirmou ele. Sim. Não se perderão, século após século, os sadios exemplos de sua vida e de sua obra política, a qual exaltando as Américas, dela fizeram o "arsenal da democracia". Dele se poderá repetir, enfim, estas palavras da profecia de Canning: " Chamou à vida um novo mundo para retificar o equilíbrio do antigo..."

ROOSEVELT E A EDUCAÇÃO DA LIDERANÇA

ARTHUR RAMOS

Da Universidade do Brasil.

Franklin Delano Roosevelt foi um exemplo notável da formação da liderança num ambiente democrático. O homem público norte-americano sai das Universidades. Ele não é um improvisador, mas um *scholar*, forrado de experiência e sabedoria. Roosevelt é uma flor da democracia americana.

Muitos quiseram enxergar nele qualidades messiânicas, tendências totalitárias, com o espetáculo da sua atuação consecutiva no cenário político do seu país. E muitos democratas sinceros tinham medo de que começassem a agir nele certas tendências paranóides de domínio e de crença no poderio pessoal.

Mas justamente suas qualidades excepcionais de liderança constituem um argumento poderoso contra as concepções do *mencur* totalitário. Há alguns anos passados, quando existia a cadeira de Psicologia Social em nossas Universidades — criada pelo grande Anísio Teixeira — eu costumava ensinar aos meus alunos a fazer a distinção indispensável entre o líder e o *meneur*, que tomou nomes e vestiu roupagens novas nos regimes totalitários...

O líder é o indivíduo cujas qualidades de mando e de direção se foram apurando numa comunidade livre. Ele vive para o *público* que o escolheu conscientemente e aceitou sua liderança. O *meneur* — o duce, o fuehrer, o guia — é o condutor de *multidão*, exigindo para isso condições de contágio afetivo e irracional. Este falso líder está em relação, que os técnicos chamara *carismática*, com seus dirigidos. Daí o espetáculo místico e pre-lógico dos regimes que criaram essa figura totalitária: os complexos paternos do "guia", a hipnose das massas pelos meios tão conhecidos — a imposição da vontade, a ação direta e contínua de presença pelo retrato, a simbólica dos gestos e das paradas, o aparato da propaganda, enfim tudo isso que a geração desta guerra assistiu estupefata se formar diante dos seus olhos.

O líder é a personalidade representativa daquilo que Theodoro Geiger chamou a "liderança pluralista". Ele corporifica um grupo social, saído geralmente das Universidades e com suas qualidades apuradas ao clima consciente da opinião e da inteligência.

Enquanto que o *meneur* age pela vontade imposta emocionalmente, o líder age pela vontade conscientemente aceita. Estas qualidades de liderança são incrementadas num regime democrático, desde a infância, como o provam os trabalhos experimentais de Chevaleva-Janovskaia, Sylla Murphy e tantos outros. E' o estudo das qualidades de liderança que iniciamos em nossas experiências das clínicas de higiene mental das escolas do Distrito Federal, e que foram interrompidas, justamente porque elas não podiam mais funcionar em ambiente educacional totalitário.

Estas qualidades se afinam depois nas Universidades (eu falo das verdadeiras Universidades democráticas) e os homens delas saídos vão encher os quadros de direção de seus países.

Roosevelt é um emerso desta experiência democrática. Ele foi um líder. Muitas de suas opiniões poderiam não ser aceitas. Mas eram debatidas livremente.

Por isso foi respeitado e sua memória servirá de estímulo e exemplo. Ele está para a nosso século como a figura mais perfeita do líder democrático, lançando suas idéias à discussão num mundo de liberdade.

O IDEALISMO DE ROOSEVELT

HERMES LIMA

Da Universidade do Brasil

Roosevelt foi um grande político através de cujos atos a confiança, tão americana, nos destinos do homem sempre e invariavelmente se manifestou.

Certa vez sugeri que os Estados Unidos preencheram a função histórica de receber o legado do otimismo científico intelectualmente aristocrático dos europeus e de convertê-lo numa versão socialmente mais utilizável: o otimismo educacional. Assim, no momento em que o inundo se debatia nas garras de profunda crise social e política, no momento em que o otimismo científico doutrinário de feição européia sofria o assalto de forças que proclamavam a falência da ciência, o pensamento americano mantinha, renovando, os ideais da libertação do homem pelos próprios caminhos do seu esforço.

Estou que Roosevelt, no essencial de sua conduta, tanto na política interna quanto na política externa dos Estados Unidos, foi um militante do que o idealismo americano possui de melhor e mais profundo: sua fé na capacidade progressiva do homem, sua fé num mundo organizado sob a inspiração da liberdade.

Em 1936, eram já ameaçadoras as nuvens que, no campo internacional, presagiavam a tempestade. O nazismo e o fascismo começavam a pôr em prática seus planos de agressão, conquista e opressão espiritual. Em agosto desse ano, entretanto, Roosevelt afirmava no *Address at Chautaugua* — "We believe in democracy, we believe in freedom, we believe in peace".

Acontecimentos posteriores haveriam de mostrar quanto essa crença era firme. Roosevelt acentuou, de maneira definitiva, o caráter ideológico da guerra provocada pela Alemanha. Mostrou os valores morais e as concepções de vida que estavam em jogo. Viu com a segurança do estadista que o problema fundamental da luta contra o totalitarismo era preservar, defender a liberdade. Sentiu que essa era uma tarefa comum à América e comum ao mundo democrático.

Aliás, nenhum testemunho prático mais significativo do idealismo rooseveltiano do que a política de "Boa Vizinhança". Foi em 1933, no seu "First Inaugural Address", de 4 de março, que ele lançou a expressão que tão bela fortuna viria a conhecer. "No campo da política internacional, disse, dedicarei esta nação à política de *boa vizinhança*: o vizinho que respeita resolutamente a si mesmo, e, porque assim procede, respeita os direitos alheios — o vizinho que mantém suas obrigações e respeita a santidade de seus compromissos, num e com um mundo de vizinhos".

Estava assim lançada, no mundo que o nazi-fascismo ameaçava tragar, a grande âncora da salvação democrática.

AS TRÊS LIÇÕES DE ROOSEVELT

RAUL J. BITTENCOURT
Da Universidade do Brasil

O melhor ensinamento moral é o exemplo. E a vida de Roosevelt é um modelo para estadistas, para os filhos da América e para todos os homens.

Para todos os homens ensinou a ser forte. Fez da enfermidade um trampolim para a máscula ambição de intervir na história e de fazer valer ante os coetaneos a influência da sua personalidade. A paraplegia que o alcançara a meio da vida superou-a tornando-se um padrão de superdinamismo, que só em Churchill encontrava êmulo. O que para outros seria invalidez serviu para ele de ponto de apoio para uma reação de grandeza.

Até há pouco, o supremo nome continental fora Bolívar. Agora, é preciso acrescentar outro: Franklin Roosevelt. O venezuelano era a voz da América Latina, libertando-a da Europa e pregando a união do continente. Roosevelt é a voz que une toda a América e predica a justiça e a paz do mundo.

Quando assinava decretos, era o presidente dos Estados Unidos. Mas, quando ele discursava no Parlamento, nas universidades ou do microfone da Casa Branca, era o representante natural de todos os povos do continente. Também nós brasileiros falávamos pela palavra dele, porque a sua eloquência servia à liberdade e ao direito e tinha o mesmo acento apostólico de Rui Barbosa.

Roosevelt provou o quanto pode a América e deu o toque de sentido para o mundo saber que não pode viver dignamente sem ela. Bolívar rompeu os liames que uniam o novo continente com a Europa, para a liberdade dos continentais. O presidente que agora abandona a vida criou novos laços entre os dois mundos, para a liberdade de todos os homens.

A terceira lição de Roosevelt é a do acordo entre o ideal e o sentido realista da ação. Os pusilânimes e os maliciosos costumam sustentar, deseducando, que a vida regida pelo ideal é uma fantasia vã e que a atividade fecunda demanda objetivismo realista. Esquecem que a essência do homem é ser inconformado com a realidade e a sua glória o poder de a transformar. Roosevelt foi um exemplo vivo, alto e puro dessa superior condição da natureza humana. Nunca perdeu o senso do real, tanto que foram sempre eficazes todas as suas decisões. Mas, jamais tergiversou na defesa dos valores supremos. Democracia, liberdade, justiça, paz, não eram fórmulas, para ele, mas sentimentos profundos, traduzidos em atos impecáveis. Fez a guerra magistralmente para criar a paz. Venceu o isolacionismo estadunidense sem nenhum gesto ditatorial, pela persuasão sincera e nobre.

Há nove anos, falando em nossa terra, perante a Câmara dos Deputados, o Senado e o Supremo Tribunal Federal, reunidos em sessão conjunta, Franklin Roosevelt narrou que, ainda menino, conduzido pela mão paterna, em um boulevard de Paris, conhecera um ancião de venerando aspecto que era o imperador Pedro II. E disse: "foi esse o meu primeiro encontro com o Brasil".

Ante a vida de Roosevelt, que acaba de perder a sombra terrena e começa a fulgir nos clarões da eternidade, podemos nós brasileiros exclamar: eis o encontro do ideal com a virtude.

Se pudéssemos vencer o destino, desejaríamos que ele voltasse a viver. Mas, o que está em nossas mãos é tentarmos viver como ele.

ROOSEVELT, MESTRE DA PAZ

FRANCISCO VENÂNCIO FILHO

Do Instituto de Educação do Distrito Federal

Entre tantos e tão magníficos aspectos com que avulta, cada vez mais, a figura de Franklin Roosevelt, não será o menor o [promover a paz entre os homens. Mal empossado no cargo eminente de Presidente da maior democracia da história, c grande lider, já em maio de 1933, dirigia a todos os governos do mundo uma mensagem, na qual afirmava que tinha " a esperança de que a paz possa ficar assegurada por meio de medidas práticas de desarmamento". Acrescentava: "Todas as nações devem assinar um pacto definitivo de não agressão, no qual reafirmem solenemente a obrigação que assumem de limitar e reduzir os armamentos".

Está ainda circulando, em filme, a "Missão em Moscou", em que se revela o seu propósito obstinado de preservar o mundo de uma conflagração, utilizando as armas legítimas da boa fé e da fraternidade. Com a alta visão de estadista, informado pela filosofia pragmática do seu povo, quando sentiu que a paz era aspiração prematura, pela obtusa incompreensão dos chefes de governo, deformados por tradição milenar, percebeu que era impossível preservar o seu país do conflito e, portanto, necessário preparar a opinião pública contra o isolacionismo insustentável. Só desta forma, evitaria a escravidão dos seus concidadãos a povos materialmente fortes e asseguraria às gerações futuras o regime pacífico que a presente não pôde usufruir. Trava, então, a mais edificante das batalhas de opinião nos Estados Unidos. Com a sua simpatia pessoal irradiante, com a sua eloquência feita de verdades claras, com a sinceridade de sua fé inabalável, vai aos poucos, pela persuasão, pelo esclarecimento, transformando-a na participação de todos os que vivem na atmosfera luminosa de liberdade da grande República.

Quando a traição de Pearl Harbor explode, já o povo norte-americano percebera que a sua posição era a que Roosevelt definira, na assistência moral e material à heróica resistência de Londres, à épica batalha da Rússia.

E, então, a projeção do grande chefe democrático começa, numa atividade sem par, sem pausa, sem descanso, a lutar pelo terreno do conflito, sempre com os olhos voltados para a árvore da paz que só agora começa a surgir com as suas primeiras luzes. E o faz sem ódio, em meio ao sacrifício do seu povo feliz, que aceita a fatalidade como quem amputa um órgão infectado.

E Roosevelt está presente, numa ubiquidade impressionante, por toda a parte, acudindo a tudo, com a visão ampla do seu coração, mais do que de sua inteligência.

A grande mensagem que ele nos deixa é a sua convicção, por tantos contestada, de que a paz é possível entre os homens e a maior mágoa de sua perda imensa é a ausência dessa fé para assegurá-la agora.

Joaquim Nabuco, com a justeza lapidar do seu estilo, escreveu: "A liberdade americana deu-a Washington; Lincoln purificou-a".

No dia em que a paz fôr assegurada ao mundo, a paz c liberdade, a liberdade definida em termos precisos naqueles quatro princípios luminosos, o nome de Roosevelt será lembrado por quantos deles se beneficiarem, como o maior Cidadão do nosso tempo, o grande Cidadão do Mundo.

MESTRE DA ENERGIA E DA VONTADE

CELSO KELLY

Do Instituto de Educação do Distrito Federal

Como educador, vejo em Roosevelt uma das personalidades mais impressionantes de todos os tempos. Foi um grande mestre, não tendo sido professor. Mestre da energia e da vontade, não se deixou abater por sua enfermidade insidiosa, suprimindo as deficiências físicas com a força insuperável de seus grandes desígnios. Campeão das liberdades, assegurou à cultura o que ela mais requer em todos os tempos: o livre trânsito das idéias, o debate franco e honesto, a formação esclarecida da opinião. Os verdadeiros educadores não compreendem o desempenho de seu papel senão num clima da mais absoluta liberdade. Roosevelt procurou estender ao mundo essa mentalidade sábia de crítica e de opinião própria, frustrando as ameaças nefastas do nazismo. Idealista no mais alto sentido, embora realizador na medida das possibilidades, tornou-se o propugnador de "um mundo melhor", mundo de paz e justiça social. Esse anseio traduz o sentido de aperfeiçoamento, essência de toda obra educativa que, de fato, preze contribuir para o progresso do homem e da sociedade. Em Roosevelt, convergiram, pois, os mais sagrados objetivos da educação, e ele foi, para o mundo em geral, e especialmente para os professores, uma existência modelar, que se concretiza em exemplo e estímulo perenes.

OS IDEAIS DE ROOSEVELT E OS EDUCADORES

PASCHOAL LEMME

Do Conselho Diretor da Ass. Brasileira
de Educação

Os educadores democratas de todo o mundo perderam com a morte de Franklin Delano Roosevelt um dos seus mais autênticos líderes.

Na luta em que tombou como soldado n.º 1 contra as forças da opressão, por um mundo melhor, garantido pelas quatro liberdades, Roosevelt defendia o fim último de toda a educação que é a felicidade humana. Como político e administrador atacava as questões básicas da educação com a segurança e a fé que lhe dava a convicção na verdade de que o aperfeiçoamento da democracia se verifica na medida em que o povo desfruta efetivamente oportunidades educacionais cada vez mais amplas.

Percorrer a coletânea de seus discursos e mensagens é encontrar sempre os conceitos mais límpidos, as lições mais puras, as afirmações mais corajosas sobre os problemas da educação para a democracia.

É advertência incisiva:

"Devemos ter em mente que todas as leituras a respeito de nutrição não servirão para nada se as crianças não tiverem alimento para comer, que a lei da frequência obrigatória é uma coisa e a possibilidade de ir a escola é outra. A instrução sobre higiene pré-natal não pode garantir bebês saudáveis se as mães não

têm possibilidades de receber bons cuidados médicos e de enfermagem quando estiver próxima a vinda da criança".

A clara compreensão dos problemas dos moços:

"O temperamento da nossa juventude tornou-se mais inquieto, mais crítico, mais provocador. Esta ardente juventude transformou-se num ardente problema. E a juventude se voltou para nós querendo saber o que pretendemos fazer de uma sociedade que fere tantos jovens. Há muita justificativa para a atitude indagadora da juventude. Tendes o direito de fazer tais perguntas — perguntas práticas. Homem algum que procure iludi-las ou evitá-las merece a vossa confiança".

A nítida noção da responsabilidade perante as novas gerações:

"Não é bastante, porém, considerar quais as medidas que uma sociedade democrática deve tomar. Pelos olhos da criança é que devemos olhar a nossa civilização".

A coragem das afirmações:

"Fui censurado, como sabeis todos, porque reiterei muitas vezes algo a respeito de um terço dos americanos — os mal-vestidos, mal-albergados, mal-alimentados. Fui criticado sob a justificativa de que havia dito algo degradante. Mas o que eu disse é verdade e as pessoas de bem, como vós, apoiaram a minha declaração que mais de metade das crianças da América são de famílias que não têm dinheiro suficiente para dar-lhes, de maneira inteiramente adequada, abrigo, alimentação, vestuário, cuidados médicos e oportunidades para se educarem. Por que não temos de reconhecê-lo? Reconhecendo-o, comprometemo-nos a melhorar as coisas".

Essa visão tão clara dos problemas humanos, a coragem em propô-los, a confiança na democracia em resolvê-los através de mais e mais educação, inscrevem Franklin Delano Roosevelt entre as figuras mais altas dos verdadeiros condutores de povos, que são sempre as expressões mais autênticas de educadores.

Que os educadores do Brasil e do mundo não deixem morrer nunca em seus corações os ideais que animaram a vida e a obra desse cidadão do mundo — Franklin Delano Roosevelt !

ROOSEVELT ORIENTADOR

ARACY MUNIZ FREIRE

Do Centro de Pesquisas Educacionais

Na inquietação em que vive o mundo moderno, privado de há muito de sentimento de segurança e estabilidade, necessita a humanidade, e principalmente a mocidade, de alguma coisa, de alguém que seja um amparo, um guia, um exemplo um símbolo no qual possa ler fé.

Roosevelt era tudo isto. Sua personalidade representava este ideal com que tantos sonham, ideal de compreensão, de humanidade, de grandeza moral: Por todas as qualidades que possuía, podia ser considerado o orientador por excelência.

E que vem a ser um orientador? É aquele que guia, que ampara, aconselha, aplaina o caminho sem oprimir. É aquele que guia, que compreende as misérias e fraquezas humanas e que delas se compadece. É aquele que pela vida impecável, pela coragem, independência, justiça e dignidade pode servir de exemplo, de norma, de padrão.

A mocidade precisa de um ídolo, para servir-lhe de estímulo, para dar-lhe coragem, para despertar-lhe o desejo de aperfeiçoamento. Precisa viver com os olhos voltados para uma figura que represente todos os seus sonhos de heroísmo. Esse sentimento, esta noção inculcada por ele no espírito da mocidade, do mundo, é um sólido alicerce para a reconstrução da felicidade.

Possuía o espírito de Justiça e dele dava provas inconcussas em todas as suas atitudes: justiça para com o indivíduo, para com os povos e para com as nações.

Possuía a Caridade, esta caridade eficiente, inteligente e benfazeja, que auxilia o necessitado não só com uma esmola material, mas principalmente com um amparo moral e espiritual. Caridade que não humilhava, mas que elevava a quem por ela era beneficiado.

Um homem de tal envergadura é um verdadeiro educador, o verdadeiro orientador cuja influência irradia o desejo da perfeição e gera o anseio pela honestidade, pela lealdade e pela bondade.

Verdadeiro orientador ele o foi, pois se tornara o guia a mostrar sempre a vereda do Ideal — amor ao próximo, noção de solidariedade humana, desejo de tudo dar em prol de um estado em que possam reinar a felicidade de todos, a liberdade de todos, a justiça para todos. Esse ideal, em seu grande espírito era a estrada real que conduzia a Faz.

Roosevelt era o homem de atitudes e era o presidente de gestos nobres e generosos. Roosevelt era um homem sem falha e sem discrepância em sua longa carreira de estadista. O homem cuja coragem nunca esmoreceu diante das dificuldades mais sérias, físicas, morais ou materiais. O homem que admiravelmente compreendia os problemas sociais internos e internacionais. Enquanto ele vivia tinha-se nos momentos angustiosos e difíceis a impressão repousante de que ele saberia achar a solução adequada em seu espírito de justiça e em sua honestidade.

Era Roosevelt o orientador ideal, pois sua personalidade irradiava simpatia e confiança. Ele dava aquela impressão de segurança de que a mocidade tanto precisa e pela qual tanto anseia !

Orientador ideal, porque no meio do caos em que vivemos, da desconfiança e da opressão, ele representava a esperança de um futuro melhor e assim nele podia a mocidade crer com todo seu ardor.

Orientador ideal, porque a sua morte, que no primeiro momento deixou a todos perplexos e como desamparados, logo passado o grande choque, originou a sensação de que por ele, pelo que ele foi, pela contribuição magnífica que deu à humanidade, dando sua vida para a construção de um mundo mais feliz, temos que continuar a luta, mais difícil agora e mais árdua do que nunca. Seu exemplo não permite desânimo. Sua figura será o nosso esteio.

Orientador ideal, porque despertou esse sentimento de confraternização entre os povos, de solidariedade universal.

Ele soube despertar o que o indivíduo tem de melhor dentro de si — o amor pela humanidade, a compreensão que todos pertencem à mesma família humana, e que por isto é preciso solidariedade maior entre os povos.

Tinha um respeito absoluto pelo indivíduo conhecendo o direito de cada um de ser feliz, de ter oportunidades, de ser um cidadão livre, digno e respeitado. O seu ideal era construir um mundo baseado nestes princípios.

Orientador ideal, porque foi uma figura que só podia despertar na mocidade sentimentos nobres e elevados, porque era o guia esclarecido e seguro em que todos podiam se apoiar sem temer desilusões. Era o guia que levava para os cumes mais elevados, que inculcava nos espíritos a Fé e a Esperança.

Possuía o sentimento de honra e sobre ele baseava toda sua vida.

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

DECRETO-LEI N.º 7.399, DE 19 DE
MARÇO DE 1945

Prorroga, por dois anos, a locação de imóvel ocupado por estabelecimento de ensino

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É assegurada a prorrogação, pelo prazo de dois anos, da locação de imóvel ocupado por estabelecimento de ensino.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República — GETULIO VARGAS, *Gustavo Capanema, Agamemnon Magalhães.*

(Publ. no *D. O.* de 23-3-945).

PORTARIA MINISTERIAL N.º 204,
DE 5 DE ABRIL DE 1945

Fixa os critérios para a determinação da condigna remuneração devida aos professores dos estabelecimentos particulares de ensino.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, considerando que o Decreto-lei n.º 2.028, de 22 de fevereiro de 1940, que veda o funcionamento de estabelecimento particular de ensino que não remunere condigna e pontualmente os seus professores, conferiu ao Ministério da Educação e Saúde o encargo de

fixar e fazer observar os critérios para a determinação dessa condigna remuneração e de assegurar o seu pontual pagamento;

Considerando que a maior ou menor amplitude da condigna remuneração dos professores de um estabelecimento particular de ensino é assunto de livre entendimento entre aqueles e este, dependendo a sua fixação de múltiplas circunstâncias de natureza econômica e cultural;

Considerando, porém, ser possível e necessário, a bem dos interesses gerais da educação do país, fixar normas que assegurem a determinação de um mínimo de remuneração condigna para os professores dos estabelecimentos particulares de ensino, remuneração variável de conformidade com a categoria e a localização de cada estabelecimento, satisfatória do ponto de vista das legítimas aspirações do magistério, e compatível com as possibilidades financeiras desses estabelecimentos, independentemente de qualquer providência que pudesse tornar mais dispendiosa, para as famílias, a educação dos filhos;

Considerando, finalmente, a conveniência de rever os critérios fixados pela portaria ministerial n.º 8, de 16 de janeiro de 1941, para atender a justos reclamos do magistério particular;

Resolve expedir as instruções constantes dos artigos seguintes:

Art. 1.º Não será permitido o funcionamento de estabelecimento parti-

cular de ensino que não remunere condignamente os seus professores ou não lhes pague pontualmente a remuneração devida.

Art. 2.º Cada estabelecimento particular de ensino, tendo em mira o vulto da sua renda, o custo normal da vida na localidade em que tiver sede, e bem assim as qualificações pedagógicas dos seus professores e as necessidades do constante aperfeiçoamento cultural e técnico destes, fixará, por contrato, a remuneração condigna que lhes deva ser paga.

Parágrafo único. A prova do contrato individual de trabalho será feita pelas anotações constantes da carteira profissional ou por outro instrumento escrito e suprida por todos os meios previstos em direito.

Art. 3.º Para cálculo da remuneração mensal ordinária de cada professor, observar-se-á o seguinte:

I. Fixar-se-á no contrato de que trata o artigo anterior, a remuneração de uma aula, calculando-se, pelo número de aulas semanais, na conformidade do horário estabelecido, a remuneração de uma semana.

II. Considerar-se-á, para efeito do cálculo de que trata o presente artigo, cada mês constituído de quatro semanas e meia.

Art. 4.º Computar-se-á como uma aula:

I. Nos estabelecimentos particulares de ensino superior ou de segundo grau, o trabalho letivo de cinquenta minutos, durante o dia, ou de quarenta minutos à noite.

II. Nos estabelecimentos particulares de ensino primário e em qualquer outro caso em que o ensino não deva ser feito em lições com intervalos repetidos, cada período de uma hora, a ser contado do início ao fim do tempo du-

rante o qual fique o professor no estabelecimento, a seu serviço, de conformidade com o horário. Nesta hipótese, o período fracionário que se prolongue por mais de 30 minutos computar-se-á como uma aula e o período igual a 30 minutos computar-se-á como meia aula.

Art. 5.º A remuneração mínima de cada aula, nas classes constituídas de vinte alunos ou menos, nos estabelecimentos particulares de ensino de segundo grau, será formada duas parcelas: uma, representada por cento e vinte avos do salário mínimo mensal, vigente na localidade, nos termos da legislação trabalhista; e outra, representada por um nono da contribuição mensal de um aluno da classe para cujo professor se calcule a remuneração.

§ 1.º A remuneração mínima de uma aula, nas classes constituídas por vinte alunos ou menos, nos estabelecimentos particulares de ensino superior, será formada de duas parcelas: uma, representada por cento e sessenta e dois avos do salário mínimo mensal, vigente na localidade, nos termos da legislação trabalhista; e outra, representada por doze avos da contribuição mensal de um aluno da classe para cujo professor se calcule a remuneração, multiplicando-se o resultado por três, para os professores catedráticos, ou por dois, para os professores adjuntos e os assistentes.

§ 2.º A remuneração mínima de uma aula, nas classes constituídas por vinte alunos, ou menos, nos estabelecimentos particulares de ensino primário, será formada de duas parcelas: uma, representada por cento e vinte avos do salário mínimo mensal, vigente na localidade, nos termos da legislação trabalhista; e outra, representada por doze avos da contribuição mensal de um aluno da classe para cujo professor se calcule a remuneração.

§ 3.º Nas classes de vinte e um a trinta e cinco alunos, era qualquer dos casos, a remuneração mínima de uma aula será acrescida de uma parte que represente dez por cento da soma das duas parcelas discriminadas no presente artigo; esta parte adicional, nas classes de trinta e seis ou mais alunos, será de vinte por cento da soma das mencionadas parcelas.

Art. 6.º Observar-se-á, relativamente ao princípio geral da irredutibilidade de remuneração, o que sobre a matéria dispõe o Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943.

Art. 7.º Considerar-se-á contribuição mensal de um aluno um duodécimo das importâncias por ele devidas, como normais, a título de ensino, segundo os prospectos do estabelecimento, vigentes em cada ano letivo, sejam quais forem as suas denominações ou fracionamentos.

§ 1.º Não se incluirão entre as importâncias devidas a título de ensino as destinadas ao pagamento de pensão, em internato ou semi-internato, ou de serviços especiais, como tratamento médico e dentário, o de jóias de matrícula e de sua renovação. Tais importâncias serão especificadas em separado nos prospectos dos estabelecimentos de ensino.

§ 2.º Tomar-se-á, para base do cálculo de que trata esse artigo, a contribuição mensal do aluno externo. No caso de não haver externato no estabelecimento ou de serem gratuitos todos os alunos, a contribuição mensal dos alunos a título de ensino será fixada pelo Ministro da Educação e Saúde.

Art. 8.º Descontar-se-á, na remuneração do professor, a importância correspondente ao número de aulas a que tiver faltado. Não serão descontadas, no decurso de nove dias, as faltas ve-

rificadas por motivo de gala, ou de luto em consequência de falecimento do cônjuge, do pai ou da mãe, ou de filho.

Parágrafo único. No caso de moléstia do professor, devidamente comprovada, aplicar-se-ão os preceitos estabelecidos no art. 2.º do Decreto-lei n.º 6.905, de 25 de setembro de 1944.

Art. 9.º Quando o estabelecimento tiver necessidade de aumentar o número de aulas marcado no horário, remunerará o professor, findo cada mês, com uma importância complementar, correspondente ao número de aulas excedentes.

Art. 10. Em nenhum estabelecimento de ensino poderá o professor dar, por dia, mais de cinco aulas consecutivas, nem mais de oito, intercaladas,

Art. 11. Após o decurso de três aulas consecutivas, nos termos do número I do art. 4.º desta portaria ministerial, será facultado ao professor o período de noventa minutos, pelo menos, para descanso ou refeição.

Art. 12. A organização dos horários de ensino e de exames e as suas modificações eventuais se processarão mediante comum acordo entre diretores e professores.

Art. 13. Nos períodos de exames ou férias, terão os professores dos estabelecimentos particulares de ensino direito à remuneração mensal ordinária dos períodos de aulas, qualquer que tenha sido o tempo de exercício no decurso do ano.

§ 1.º Nos períodos de férias regulamentara não se exigirá dos professores outro serviço senão o de fiscalização, correção e julgamento de provas escritas e participação em bancas de prova oral.

§ 2.º Não se exigirá dos professores, nos períodos de exames, a prestação de mais de oito horas de trabalho di-

ário, salvo mediante pagamento complementar de cada hora excedente pelo preço correspondente ao de uma aula.

Art. 14. Dos professores não se exigirá, aos domingos e feriados, a regência de aulas nem o trabalho em provas e exames.

Atr. 15. Nos resultados das operações de cálculo indicadas nesta portaria, ministerial, as frações de cinco centavos ou mais serão aproximadas para a ordem imediatamente superior e desprezadas as inferiores a essa importância.

Art. 16. A remuneração mensal dos professores dos estabelecimentos particulares de ensino deverá ser paga até ao quinto dia útil do mês subsequente ao vencimento.

Art. 17. Os estabelecimentos que estiverem pagando aos seus professores remuneração que, calculada pelo número de aulas semanais, seja maior do que a mínima proveniente da execução das normas fixadas na presente portaria ministerial, não poderão diminuí-la com fundamento nos critérios nela estabelecidos.

Art. 18. Depois de cinco anos de efetivo exercício no mesmo estabelecimento, o professor não poderá ser transferido de série, desde que a transferência implique redução de remuneração, e terá direito a licença não remunerada, para tratar de interesses particulares, até dois anos, prorrogáveis a juízo do diretor.

Art. 19. Aos professores dos estabelecimentos particulares de ensino de qualquer grau ou ramo e aos sindicatos que os representem, é facultado dirigir reclamação escrita ao Ministério da Educação e Saúde contra a violação dos preceitos estabelecidos nesta portaria ministerial. Verificada a procedência da inação, providenciará o Ministro no sentido de ser imposta ao estabeleci-

mento faltoso a sanção estabelecida no art. 32.º do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943.

Art. 20. Incumbe às autoridades federais encarregadas da fiscalização do ensino em todo o país velar de modo especial pelo exato cumprimento das disposições constantes da presente portaria ministerial.

Parágrafo único. Os diretores dos estabelecimentos de ensino remeterão ao Ministério da Educação e Saúde ou aos sindicatos de professores, até trinta dias a contar do início do ano escolar, a relação completa do seu corpo docente, com a indicação do horário letivo de cada membro c da respectiva, remuneração mensal, bem como relação das anuidades devidas pelos alunos a título de ensino nas diferentes classes.

Art. 21. O diretor geral do Departamento Nacional de Educação estabelecerá os modelos dos documentos comprobatórios dos pagamentos feitos aos professores pelos estabelecimentos particulares de ensino.

Art. 22. Esta portaria ministerial terá pleno vigor, para todos os efeitos, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945. —
Gustavo Capanema.

(Publ. no *D. O.* de 24-4-945).

PORTARIA MINISTERIAL N.º 204-A, DE 5 DE ABRIL DE 1945.

Dispõe sobre a matéria da Portaria Ministerial n.º 204, de 5 de abril de 1945.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde, considerando a conveniência de minorar, no corrente ano, os encargos criados aos estabelecimentos particulares de ensino pela Portaria Ministerial n.º 204, desta data, resolve:

Artigo único. Aos estabelecimentos particulares de ensino é permitido, ex-

clusivamente no corrente ano, cobrar de seus alunos módica cota de inscrição em prova final. Essa remuneração não se incluirá entre as importâncias devidas a título de ensino.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1945, —
Gustavo Capanema.

(Publ. no *D. O.* de 24-4-945).

PORTARIA N.º 135, DE 14 DE MARÇO
DE 1945, do *Diretor Geral do D.N.E.*

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, resolve baixar as seguintes instruções para o cumprimento, nos estabelecimentos de ensino comercial, de ensino industrial e de ensino secundário, do Decreto-lei n.º 4.642, de 2 de setembro de 1942:

Art. 1.º Os Diretores dos estabelecimentos de ensino comercial, de ensino industrial e de ensino secundário reservarão, nos horários escolares, uma hora por semana para as aulas de instrução pré-militar, até o máximo de 30 (trinta) por ano letivo.

Art. 2.º Nos estabelecimentos reconhecidos, a fiscalização da execução da presente portaria incumbirá aos Inspectores Federais e nos mantidos pelo Governo Federal aos respectivos Diretores.

Art. 3.º Ao aluno reprovado nos exames de instrução pré-militar não será expedido certificado de conclusão do primeiro ciclo do ensino industrial, salvo o curso de mestría, e do primeiro ciclo do ensino secundário, até que seja considerado habilitado naquelas provas.

Art. 4.º Não poderá prestar exame de primeira época o aluno que não comparecer a 75% pelo menos, e em segunda a 50%, pelo menos, das aulas dadas, e perderá o ano o que exceder este limite.

Art. 5.º A justificação das faltas e a dispensa de comparecimento) às aulas, por motivo de moléstia, dar-se-ão mediante atestado do médico do estabelecimento e, não o havendo, por ato do Inspetor Federal.

Art. 6.º As aulas serão ministradas em turmas que não excederão 100 (cem) alunos.

Art. 7.º Nos estabelecimentos fiscalizados caberá aos instrutores uma gratificação de Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) por hora de aula, correndo a despesa por conta da respectiva Diretoria.

Art. 8.º Os casos omissos serão resolvidos por esta Diretoria Geral.

Art. 9.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. —
Abgar Renault.

(Publ. no *D. O.* de 21-3-945).

PORTARIA MINISTERIAL N.º 165
DE 27 DE MARÇO DE 1945

Aprova instruções expedidas pelo Reitor da Universidade do Brasil e recomenda seu cumprimento em todo o país.

O Ministro de Estado da Educação e Saúde resolve aprovar as instruções expedidas pelo Reitor da Universidade do Brasil, datadas de hoje e anexadas à presente portaria ministerial, relativamente a matrícula e transferências, e recomenda que essas instruções sejam integralmente cumpridas em todos os estabelecimentos de ensino superior do país.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1945.
— *Gustavo Capanema.*

Instruções a que se refere a Portaria Ministerial n.º 165, de 27 de março de 1945.

1. A transferência será requerida no período de matrícula e não poderá ser

aceita para o primeiro ou para o último ano do curso respectivo.

2. O candidato à transferência deverá apresentar:

a) guia, devidamente autenticada, expedida pelo Diretor da escola congênere, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde, que obedeça ao mesmo plano de estudos e faça exigências idênticas para a seriação das matérias;

b) histórico escolar do qual conste:

I. Curso secundário com a indicação do local e a época dos exames feitos.

II. Exame vestibular ou concurso de habilitação com a referência às respectivas matérias e graus de aprovação.

III. Resultados dos trabalhos escolares já realizados e notas com que tenha sido promovido.

3. Se houver vaga, o conselho técnico-administrativo, considerados idôneos

os documentos, determinará o ano que o aluno deverá cursar, de acordo com a adaptação mais conveniente a cada caso concreto e de modo que não fique dispensado de qualquer das disciplinas do curso seriado da escola.

4. Não é permitida a matrícula colateral. O candidato já diplomado ou o que não seja então, para, ser admitido à matrícula em outra, deverá submeter-se ao concurso de habilitação na época regulamentar.

5. O funcionário público civil ou o militar, matriculado em estabelecimento de ensino, quando removido ou transferido, terá direito a matricular-se em estabelecimento congênere no local da nova sede de suas atividades, em qualquer época e independentemente de vaga. Essa concessão é extensiva às pessoas da família, cuja subsistência esteja a seu cargo.

(Publ. no *D. O.* de 29-3-945).

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL RURAL, DO ESTADO DO PARA, APROVADO PELO DECRETO N.º 243, DE 3 DE MARÇO DE 1945.

CAPÍTULO I

Da Escola Normal Rural e seus fins

Art. 1.º A finalidade da Escola Normal Rural é proporcionar às educandas uma formação esmerada, sólidamente moral, preparando-se para o desempenho de sua profissão, visando sobretudo dar à mulher uma perfeita compreensão das responsabilidades que lhe assistem como futuras mestras, orientando-

as sobre o emprego dos recursos que a natureza oferece à humanidade.

Art. 2.º À professora rural, de ação educacional limitada ao interior do Estado, são assegurados os conhecimentos teóricos e práticos, em curso regular de três anos.

CAPÍTULO II

Do curso

Art. 3.º O curso rural será integrado pelo ensino das seguintes disciplinas:

1.º ano. Português, Matemática, Ciências Sociais, Desenho, Instrução Moral e Cívica, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Noções de Ciências Físico-Naturais e Educação Física.

2.º ano. Português, Matemática, Ciências Sociais, Desenho, Psicologia, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Noções de Agricultura, Horticultura, Pomicultura e Jardinagem, Educação Física.

3.º ano. Português, Matemática, Prática Pedagógica, Educação Sanitária, e Puericultura, Galinocultura e Apicultura, Educação Física, Canto Orfeônico, Trabalhos Manuais, Desenho e Arte Culinária.

Art. 4.º Além do ensino teórico da Prática-Profissional às alunas, desde o 2.º ano, darão aulas aos alunos do curso primário, precedidas do preparo das lições pelas normalistas que as consignarão em seus diários de classe e terão a assistência e orientação do professor dessa disciplina, o qual corrigirá as falhas e lacunas. Estas aulas devem orientar-se pelo método intuitivo de forma a serem facilmente assimiladas e aproveitadas pelas alunas.

Art. 5.º As aulas práticas de Jardinagem, horticultura, pomicultura, galinocultura e apicultura serão ministradas no terreno do próprio educandário ou em estações agrícolas próximas.

Art. 6.º As aulas de arte culinária e trabalhos manuais serão essencialmente práticas. As de educação física constarão de exercícios físicos e jogos recreativos, podendo-se organizar pequenos clubes, entre as próprias alunas.

CAPÍTULO III

Da matrícula

Art. 7.º Para a matrícula no curso, as candidatas deverão satisfazer as seguintes condições:

a) idade de doze anos, completos, no mínimo, provada por certidão de regis-

tro civil e, na falta desta, por outro documento idôneo;

b) ter o curso primário;

c) aprovação, com a média global mínima de 6, nos exames de admissão prestados perante uma comissão escolhida pela Diretoria do Estabelecimento, com a assistência do orientador escolar do Município, e constante de prova escrita e oral de português e aritmética, matéria do 5.º ano primário;

d) ser vacinada e não sofrer moléstia contagiosa;

e) ter boa conduta.

CAPÍTULO IV

Do regime de funcionamento

Art. 8.º Os cursos normais rurais poderão funcionar no regime misto de internato, semi-internato e externato.

Art. 9.º Em qualquer dos regimes o aluno é obrigado ao tempo integral dos trabalhos determinados pelos horários.

Art. 10. A gratuidade só será admissível para o internato limitando o Governo a respectiva matrícula, reservada a estudantes órfãs e residentes na região, compreendido o município e municípios vizinhos.

Art. 11. O semi-internato e externato serão remunerados, submetendo a diretoria do curso, anualmente, à aprovação do Governo, a tabela de emolumentos a serem cobrados.

Art. 12. O benefício da gratuidade importa em compromissos da beneficiada em servir à instrução do Estado, em municípios donde provier ou em outro, indicado pelo Governo.

Art. 13. O não cumprimento desse compromisso autorizará o Governo a

cobrar da beneficiada, uma vez que tenha ciência de estar a mesma empregada, as despesas de sua educação, na base dos emolumentos prefixados para as alunas externas.

CAPÍTULO V

Das férias

Art. 14. As férias começarão logo após a conclusão dos exames finais e encerramento dos trabalhos letivos, em 30 de novembro.

Parágrafo único. Os alunos entrarão em férias, por turmas, de forma a haver sempre uma, turma de alunas encarregada da conservação e cultivo dos trabalhos agrícolas.

CAPÍTULO VI

Do estímulo

Art. 15. Serão expedidos, às alunas que terminarem o curso, diplomas de professoras primárias rurais, que lhes clarão direito à nomeação para regência de escolas primárias no interior do Estado, salvo a hipótese figurada no art. 16.

Art. 16. Às normalistas rurais é assegurado lecionar nos grupos escolares do interior, sem direito ao acesso da Capital.

Art. 17. O Governo subvencionará as escolas rurais ou agro-profissionais, criadas e mantidas por professoras rurais, podendo estender esses favores à oficialização, desde que a programação da escola atenda às necessidades da região em que estiver localizada.

Art. 18. Às alunas que concluírem o curso normal rural com as melhores médias nas disciplinas especializadas, notadamente nas de parte prática, e que não se dedicarem ao ensino, o Governo

concederá lotes de terra no município de nascimento da diplomada.

Art. 19. Às premiadas assistirá o Governo do Estado e do Município com auxílios mensais para que aplique seus conhecimentos no enriquecimento do terreno que lhe fôr doado.

Art. 20. Verificado, no fim do primeiro semestre, que a beneficiada nada tenha realizado de apreciável no aproveitamento da terra, esta será restituída aos poderes públicos.

Art. 21. O Governo exercerá a máxima fiscalização sobre a boa aplicação dos benefícios previstos nos artigos anteriores.

CAPÍTULO VII

Da equiparação

Art. 22. O Governo poderá conceder a equiparação aos cursos normais rurais oficiais e estabelecimentos particulares similares, enquadrados nesta regulamentação.

Art. 23. Esses institutos equiparados deverão seguir a programação oficial e estarão sujeitos, sem ônus algum, à fiscalização do Departamento de Educação e Cultura.

Art. 24. Durante o período de férias anuais, o educandário, que pretender a equiparação, a requererá ao Governo, por intermédio do Departamento de Educação e Cultura, que o mandará inspecionar e, após um relatório completo, proporá a concessão ou não do favor pleiteado.

Art. 25. Verificando-se a infração dos dispositivos desta regulamentação ou a prática de atos atentatórios à boa pedagogia ou ao bom conceito educacional, por parte do educandário equiparado, o Departamento de Educação e Cultura proporá ao Governo a suspensão da concessão da equiparação.

CAPÍTULO VIII
Disposições gerais

Art. 26. Os cursos normais rurais se regerão, por paridade, pelo Regulamento da Escola Normal oficial quanto aos dispositivos não expressos no presente Regulamento.

Art. 27. A disposição referente ao regime de três anos abrangerá, somente, os alunos matriculados na 1.^a série, no corrente ano.

Art. 28. Todos os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Educação e Cultura, com a prévia aprovação do Governo.